



**INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO**

Pedro Miguel da Silva Rocha

O CAMPO E A CIDADE

Avaliação das perspetivas, interesses e capacidades de cooperação urbano-rural para a inovação e desenvolvimento sustentável

Mestrado em Agricultura Biológica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Joaquim Mamede Alonso (CIBIO-InBIO, pro-Metheus, IPVC)
Doutora Ângela Cristina de Araújo Rodrigues Lomba (CIBIO-InBIO, BIOPOLIS,
Universidade do Porto)

Fevereiro de 2023

As doutrinas expressas neste
trabalho são da exclusiva
responsabilidade do autor

“Burn down your cities and leave our farms,
and your cities will spring up again as if by magic;
but destroy our farms
and the grass will grow in the streets of every city in the country.”
William Jennings Bryan

INDICE

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vi
INDICE DE QUADROS.....	vii
INDICE DE FIGURAS	viii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Motivações	2
1.2. Objetivos da investigação	2
1.3. Estrutura do trabalho	4
2. AVALIAÇÃO COMPARATIVA DA PERCEÇÃO E CAPACIDADE DE VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ECOSSISTEMA.....	5
2.1. Os desafios sociais, ambientais e económicos.....	6
2.1.1. Desafios sociais.....	6
2.1.2. Desafios ambientais	13
2.1.3. Desafios económicos.....	17
2.2. Características e oportunidades entre o rural e o urbano	18
2.3. Evolução e o reconhecimento da produção e geração de serviços de ecossistema nos espaços rurais.....	27
2.4. Avaliação dos serviços de ecossistema	29
3. METODOLOGIA.....	31
3.1. Unidade de análise territorial – Melgaço	31
3.2. Painel de inquiridos	36
3.3. Inquéritos	37
3.4. Análise de resultados	39
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
4.1. Caracterização do grupo	42
4.2. Resultados da primeira ronda	43
4.3. Resultados da segunda ronda	48
4.4. Análise comparativa de respostas entre grupos de atores.....	51
4.5. Os grupos de inquiridos (ACP).....	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
BIBLIOGRAFIA.....	62
ANEXOS	70
Anexo I	70

Anexo II.....	71
Anexo III.....	75
Anexo IV	78
Anexo V	88
Anexo VI	89
Anexo VII	91
AnexoVIII	92
Anexo IX.....	93
Anexo X.....	94
Anexo XI.....	95
Anexo XII.....	106
Anexo XIII.....	107
Anexo XIV	110

AGRADECIMENTOS

Aqui deixo os meus agradecimentos a todos aqueles que tornaram este processo de aprendizagem possível e sem os quais nada teria o mesmo sabor.

À Filipa Almeida que me aguçou a curiosidade para me inscrever no MAB.

À Professora Isabel Mourão que me agarrou com entusiasmo e paixão.

Ao Professor Joaquim Mamede Alonso pela enorme generosidade e com quem tive o privilégio de desenvolver este trabalho.

À Ângela Lomba pelo apoio e coorientação neste trabalho.

À Ângela Ribeiro pelo inestimável apoio no trabalho de campo em Melgaço.

A todos os professores da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima e seu contributo para a Agricultura Biológica em Portugal.

A todos os meus colegas de Mestrado pela amizade.

À Noocity pelo apoio e facilitação, para que fosse possível participar no MAB.

Um agradecimento especial às mulheres e homens da minha vida:

À minha avó Elvira Marques que me ligou à terra desde o berço.

À minha mãe Margarida Marques que me deu a força de viver.

À minha filha Lyra da Rocha primeira estrela e vida da minha carne.

À minha mulher Irene Monteiro, que Amo profundamente.

Ao meu filho Eloy Rocha, segunda estrela e vida da minha carne.

Aos meus enteados Gastão e Clementina Carvalho pelo amor incondicional.

A mim próprio, porque mereço!

Um agradecimento final para o painel de peritos que foi consultado e tornou este trabalho possível:

Agostinho Alves; Alex McDonald; Alfredo Cunhal Sendim; Carla Lima; Catarina Barbosa; Diogo Castro; Fernanda Carvalho; Filipe Araújo; Gonçalo Hall; Inês Costa; Inês Santos; Joana Madureira; João Araújo; Luís Alves; Luís Araújo; Madalena Barbosa; Manoel Batista; Márcio Nabeiro; Maria João Almeida; Maria João Cerdeira; Nádía Cruz; Natascha Caldas; Ondina Afonso; Patrícia Lopes; Paulo Azevedo; Paulo Monteiro; Pedro Bezerra; Ricardo Jorge; Rita Nabeiro; Rui Rosa Dias; Tiago Brandão; Verónica Solheiro

RESUMO

Os espaços e as atividades rurais perdem população, dinâmica e importância económica num quadro de urbanização, globalização, digitalização, dependendo a qualidade de vida no espaço urbano da coordenação entre os atores urbano-rurais e os processos de desenvolvimento gerados entre estes territórios, atividades e processos.

O presente estudo, inquiriu um grupo de atores urbanos e rurais sobre a natureza, a similaridade e as diferenças de perspetivas, interesses e capacidades sobre atividades de cooperação urbano-rural para a inovação e desenvolvimento sustentável. Para este efeito, realizaram-se inquéritos on-line em duas rondas recorrendo a um método de inquéritos estruturas e efetuou-se uma análise quantitativa de similaridade e de componentes principais bem como, de avaliação qualitativa sobre as sugestões e opiniões descritivas indicadas pelos inquiridos. O painel foi formado por atores maioritariamente entre os 40 a 50 anos, elevada formação escolar, equilíbrio de género, e territorial (rurais e urbanos), com funções de liderança em entidades públicas e privadas.

Os resultados indicaram, a importância da dimensão crítica da perda populacional na viabilidade dos espaços rurais, a relevância das políticas públicas na atração e fixação de pessoas, assim como empresas, bem como a necessidade de avaliar, valorizar e promover os serviços de ecossistemas em espaços rurais. No conjunto, sublinha-se a importância atribuída aos modelos de produção biológica e formas de produção sustentável.

Os processos e estes resultados mostraram o interesse de melhorar, experimentar e transferir este modelo de avaliação, bem como definir um conjunto de políticas, estratégias e atividades que permitam a interação entre atores urbanos e rurais no sentido de melhorar a comunicação, a negociação e preparação de iniciativas de interesse mútuo.

Palavras-chave: agricultura biológica, desenvolvimento rural, inovação rural, serviços de ecossistema.

ABSTRACT

Rural spaces and activities lose population, dynamism and economic importance in a context of urbanization, globalization, digitization, with the quality of life in the urban space depending on the coordination between urban-rural actors and the development processes generated between these territories, activities and Law Suit.

The present study asked a group of urban and rural actors about the nature, similarity and differences of perspectives, interests and capacities on urban-rural cooperation activities for innovation and sustainable development. For this purpose, online surveys were carried out in two rounds using a structured survey method and a quantitative analysis of similarity and principal components was carried out, as well as a qualitative assessment of the suggestions and descriptive opinions indicated by the respondents. The panel was made up of actors, mostly between 40 and 50 years old, with high school education, gender balance, and territorial (rural and urban), with leadership roles in public and private entities.

The results indicated the importance of the critical dimension of population loss in the viability of rural spaces, the relevance of public policies in attracting and retaining people, as well as companies, as well as the need to evaluate, value and promote ecosystem services in spaces rural. Overall, the importance given to organic production models and forms of sustainable production is underlined.

The processes and these results showed interest in improving, experimenting and transferring this evaluation model, as well as defining a set of policies, strategies and activities that allow interaction between urban and rural actors in order to improve communication, negotiation and preparation of initiatives of mutual interest.

Keywords: organic farming, rural development, rural innovation, ecosystem services.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP – Análise de Componentes Principais

ANM – Associação Nacional de Municípios

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

GEE – Gases de Efeito Estufa

EU – European Union

FAO – Food and Agriculture Organization

HNVf – High Natural Value Farmland

IM – Inovação em Marketing

INE – Instituto Nacional de Estatística

IO – Inovação Organizacional

IP – Inovação de Processos

IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo

IR – Inovação Rural

IS – Inovação Social

IT – Inovação Territorial

MA – The Millennium Ecosystem Assessment

OECD – Organization for Economic Co-operation and Development

PAC – Política Agrária Comum

RSA – Responsabilidade Social e Ambiental

SE – Serviços de Ecossistema

TEEB – The Economics of Ecosystems and Biodiversity

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UN – United Nations

INDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 Limitações e oportunidades à inovação em territórios rurais.	21
Quadro 2.2 Exemplos de iniciativas de difusão e inovação urbana em territórios rurais a partir de iniciativas com participação urbana.	23
Quadro 3.1 Caracterização segundo zonas climáticas homogéneas do Concelho de Melgaço (Honrado et al., 2012).	33
Quadro 3.2 Classificação da variação altimétrica de três áreas geográficas do Concelho de Melgaço (Honrado et al., 2012).	33
Quadro 3.3 Distribuição e evolução da ocupação do solo entre 2000 e 2009 no Concelho de Melgaço (Honrado et al., 2012).	34
Quadro 3.4 Características demográficas do Concelho de Melgaço entre 1960 e 2021 (INE, 2023).	35
Quadro 3.5 Características segundo o nível de instrução do Concelho de Melgaço entre 1960 e 2021 (INE, 2023).	35
Quadro 3.6 População empregada por setor de atividade económica no Concelho de Melgaço entre 1960 e 2021 (INE, 2023).	36
Quadro 3.7 Graus de consenso pelo coeficiente de variação (Dajani et al., 1979).	40
Quadro 3.8 Critérios de inclusão e exclusão pelo coeficiente de variação (Dajani et al., 1979).	40
Quadro 3.9 Critério de valorização e desvalorização com recurso à média aritmética (Dajani et al., 1979).	41
Quadro 4.1 Questões de dispersão moderada da segunda ronda de inquérito.	50

INDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 Estrutura conceptual de ligação rural-urbana baseada em serviços de ecossistemas (Gebre e Gebremedhin, 2019).	5
Figura 2.2 Diferença da média salarial (expressa em euros) entre os 164 municípios de baixa densidade em Portugal e os municípios de Lisboa e Porto no ano de 2019 (PORDATA, 2023).	8
Figura 2.3 Média anual de ofertas de emprego, disponíveis nos centros de formação profissional, (número total e por grandes setores de atividade económica), para o ano 2014 no total dos 164 municípios de baixa densidade em Portugal e para os municípios de Lisboa e Porto (PORDATA, 2023).	9
Figura 2.4 Evolução em percentagem do número de pessoas empregadas por setor de atividade económica em Portugal (PORDATA, 2023).	9
Figura 2.5 Evolução do número de profissionais de saúde, nos 164 municípios de baixa densidade em Portugal entre 2001 e 2021 (PORDATA, 2023).	10
Figura 2.6 Evolução do nível de habilitações nos territórios rurais em Portugal entre 2001 e 2021 (PORDATA, 2023).	12
Figura 2.7 Evolução do nível de habilitações nos municípios de Lisboa e Porto entre 2001 e 2021 (PORDATA, 2023).	12
Figura 2.8 Diagrama da economia donut de Kate Raworth, representando os limites sociais e ambientais (Raworth, 2018).	14
Figura 2.9 Diagrama da teoria dos três magnetismos entre cidade e campo apresentados por Ebenezer Howard no livro “Garden Cities of To-Morrow, representando atração e repulsão da cidade em campo (Howard, 1965).	19
Figura 2.10 Crescimento da procura de recursos minerais na economia global (Dubiński, 2013).	25
Figura 2.11 Relação entre SE e o bem-estar humano (Reid et al., 2005).	28
Figura 3.1 Modelo digital do terreno do concelho de Melgaço (Honrado et al., 2012).	32
Figura 3.2 Carta de ocupação de solo de 2009 para o Concelho de Melgaço (Honrado et al., 2012).	34
Figura 3.3 Esquema metodológico aplicado no trabalho.	38
Figura 3.4 Escala de Likert de 1 a 5, sendo 1 discordância total e 5 concordância total.	39
Figura 4.1 Distribuição dos indivíduos do grupo de inquiridos por setor de atividade económica.	42
Figura 4.2 Distribuição dos indivíduos do grupo de inquiridos por níveis de qualificação académica.	43
Figura 4.3 Distribuição das respostas à primeira ronda de inquérito de acordo com o coeficiente de variação para a primeira ronda de inquérito.	44
Figura 4.4 Consensos e divergências na primeira ronda de inquérito, para a totalidade dos 32 indivíduos que constituem o grupo de inquiridos.	45

Figura 4.5 Distribuição das respostas à segunda ronda de inquérito de acordo com o coeficiente de variação.	48
Figura 4.6 Consensos e divergências da segunda ronda de inquérito, para a totalidade dos 32 indivíduos que constituem o grupo de inquiridos.	49
Figura 4.7 Diferenças nos consensos e divergências entre o subgrupo urbano e rural.	51
Figura 4.8 Valor médio de habilitações por componente na primeira ronda de inquérito para a totalidade dos 32 indivíduos que constituem o grupo de inquiridos.	54
Figura 4.9 Valor médio de habilitações por componente na primeira ronda de inquérito para a totalidade dos 32 indivíduos que constituem o grupo de inquiridos.	55
Figura 5.1 Proposta conceptual para projeto de investigação na área da cooperação urbano-rural inovação e desenvolvimento sustentável.	60

1. INTRODUÇÃO

A evolução histórica, desde os territórios naturais à ocupação pelo homem, indica o impacto atrópico na paisagem, na qualidade ambiental e na própria qualidade de vida das populações. A cidade e o campo são consequência dessa dinâmica. Cada uma dessas unidades funcionais foram desenvolvidas de forma dependente, mas distinta, o que lhes confere características identitárias únicas e diferenciadoras, embora relacionadas e integradas. Os territórios urbanos apresentam uma elevada concentração espacial da população, da economia, assumem o poder político, as oportunidades e o investimento (Antonov, 2020), bem como a oferta de serviços socioeducativos e culturais.

Os territórios rurais, pelo contrário, apresentam uma baixa densidade populacional e de infraestruturas habitacionais, industriais e rodoviárias em oposição à elevada produção e oferta de serviços de ecossistema, muito associada à diversidade e naturalidade do meio. Embora com características e funções distintas dos territórios urbanos, a respetiva interdependência e necessidade de um desenvolvimento equilibrado e sustentável implica uma relação e funcionamento articulado com estes territórios como elemento indispensável na promoção das atividades económicas, sociais e ambientais que contribuam para o bem-estar humano (Bosworth e Venhorst, 2018; Gebre e Gebremedhin, 2019; Pizzoli e Gong, 2007). Os territórios rurais carecem de acesso à população, mercados, emprego, tecnologia ou informação (Gebre e Gebremedhin, 2019) e os territórios urbanos necessitam de serviços de ecossistema (SE) de provisão, regulação, suporte e culturais. A perda populacional nos territórios rurais e os desafios que resultam da concentração da população nos territórios urbanos promovem a necessidade de investigar e inovar as relações entre estas territórios e seus atores.

Em Portugal o declínio demográfico do interior e espaços remotos do país acontece a partir da década de 60 do século XX. Os Censos identificam a perda de mais 50% da sua população em 53% dos municípios, entre 1960-2011 (Almeida, 2018). A perda populacional nos territórios rurais é provavelmente o fator mais importante para a viabilidade e continuidade na exploração de SE necessários às atividades e à sobrevivência da humanidade. Neste quadro reconhece-se e explora-se a existência de um conjunto de desafios sociais, ambientais e económicos que se relacionam com o fornecimento de bens e serviços essenciais ao bem-estar na sociedade. Assim, torna-se urgente analisar e compreender como a sustentabilidade dos territórios rurais de baixa

densidade, poderá ser promovida a partir da complementaridade, dinamização social e económica, gerada a partir de territórios e atores urbanos.

Nesta análise considera-se o conjunto dos SE, bem como os recursos e as competências que a urbe poderá mobilizar para a concretização desse apoio e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Na prática, procura-se avaliar em concreto a perceção, a intenção e o interesse real de líderes urbanos e atores rurais para dinamizar atividades para a valorização e preservação das paisagens rurais do concelho de Melgaço.

Em termos de metodologia pretende-se conduzir duas rondas de inquéritos estruturados a dois subgrupos (urbanos e rurais), com posições e cargos de decisão distintas em território urbano e no concelho de Melgaço. Na totalidade dos dois subgrupos pretende-se representar um conjunto de setores e atores públicos, privados e académico, cargos, funções e experiências profissionais de liderança que possibilitem a análise de posições, representações, interesses e ações distintas.

Tendo em conta a necessidade da preservação dos SE, da ação climática e da promoção de uma agricultura sustentável e biológica à escala local, apresentam-se as conclusões e considerações finais e sua aplicação no contexto do território de Melgaço. Por último, discutem-se as implicações para o desenvolvimento de abordagens e modelo aplicável a outros territórios espaços e contextos de decisão-ação.

1.1 Motivações

Este trabalho realiza-se a partir de um conjunto de motivações pessoais e profissionais. Com dezassete anos de experiência profissional na ligação entre o campo e a cidade, este trabalho de investigação constitui assim uma oportunidade de aprofundar, conhecimento e explorar a temática num conceito mais alargado e na perspetiva de encontrar caminhos e ações possíveis a desenvolver.

1.2. Objetivos da investigação

Constitui-se como objetivo deste trabalho identificar oportunidades e possibilidades que poderão apoiar a tomada de decisões para o desenvolvimento de ações de desenvolvimento local e rural. Por fim, pretende-se sobre a base metodológica e modelo

de avaliação utilizado desenvolver as alterações necessárias no sentido de propor um modelo conceptual adequado poder ser transferido e aplicado a outros territórios, condições e momentos. A avaliação comparativa da perceção pela população urbana e rural concretiza-se para o concelho de Melgaço na relação com um plano de ação que visa transferir conhecimento de base académico para agentes económicos e administração local e promoção da sustentabilidade dos territórios rurais do Vale do Minho (IPVC-NUTRIR, 2021).

Na busca de respostas para o problema que este trabalho de investigação coloca, com o objetivo de compreender como a partir de territórios urbanos podemos encontrar disponibilidades e capacidades de ação para a valorização e preservação de territórios rurais, partiu-se para este trabalho com um conjunto de princípios de grande relevância:

- (1) As soluções para a resolução dos desafios dos territórios rurais, dificilmente serão encontradas e implementadas sem o envolvimento de todos os atores (rurais e urbanos), com ação direta na dinamização de paisagens, conservação e exploração de SE (Gebre e Gebremedhin, 2019);
- (2) Os territórios urbanos concentram a maioria da população, dinâmica social, mas também o poder político e económico;
- (3) Os territórios urbanos concentram a necessidade de recursos naturais, matérias primas e bens alimentares que são garantidos em grande medida pelos SE, gerados maioritariamente pelos territórios rurais;
- (4) Os territórios urbanos oferecem um conjunto de diferentes oportunidades que respondem a necessidades existentes nos territórios rurais, mercado, capital humano, capital financeiro, cultura, conhecimento, entre outros fatores promotores de inovação e empreendedorismo.

Neste trabalho procura-se encontrar no diálogo entre o território urbano e rural, através dos objetivos e metodologia:

- (1) pontos de convergência e divergência entre a população urbana e rural;
- (2) encontrar os temas valorizados em ambos os territórios;
- (3) quais as perspetivas a partir dessa base de conhecimento, estratégias ou caminhos possíveis a explorar.

1.3. Estrutura do trabalho

No seguimento do âmbito e enquadramento descrito anteriormente este trabalho estrutura-se de forma sequencial: (1) revisão bibliográfica; (2) recolha de dados junto do grupo de indivíduos selecionados e envolvidos no estudo; (3) apresentação e análise de resultados e (5) considerações e recomendações.

2. AVALIAÇÃO COMPARATIVA DA PERCEPÇÃO E CAPACIDADE DE VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ECOSSISTEMA

Segundo Gebre e Gebremedhin, “as áreas rurais e urbanas são espaços economicamente, socialmente e ambientalmente interligados. Os serviços de ecossistema estão entre as principais áreas de ligação rural-urbana nas quais sua interdependência é altamente manifestada” (Gebre e Gebremedhin, 2019, p. 1). Estando a população urbana e rural posicionada em pontos distintos de observação, percepção e relação com os diferentes SE dos quais dispõe e beneficiam é apenas natural que possam existir diferenças na forma como cada uma das populações percebem o seu valor. Haverá diferenças significativas sobre a forma como urbanos e rurais percebem o valor dos serviços de provisão alimentar? Atribuirão os urbanos maior valor ao ar e água pura do que aqueles que vivem em zonas rurais? Traduzem-se essas diferenças entre intenções e disponibilidades para a valorização dos diferentes SE, contribuindo para o desenvolvimento dos territórios rurais? Estas são questões que interessa explorar assumindo a existência de uma forte interdependência entre territórios urbanos e rurais (Figura 2.1), no estudo sobre benefícios mútuos da promoção das ligações rurais-urbanas, através dos SE (Gebre e Gebremedhin, 2019).

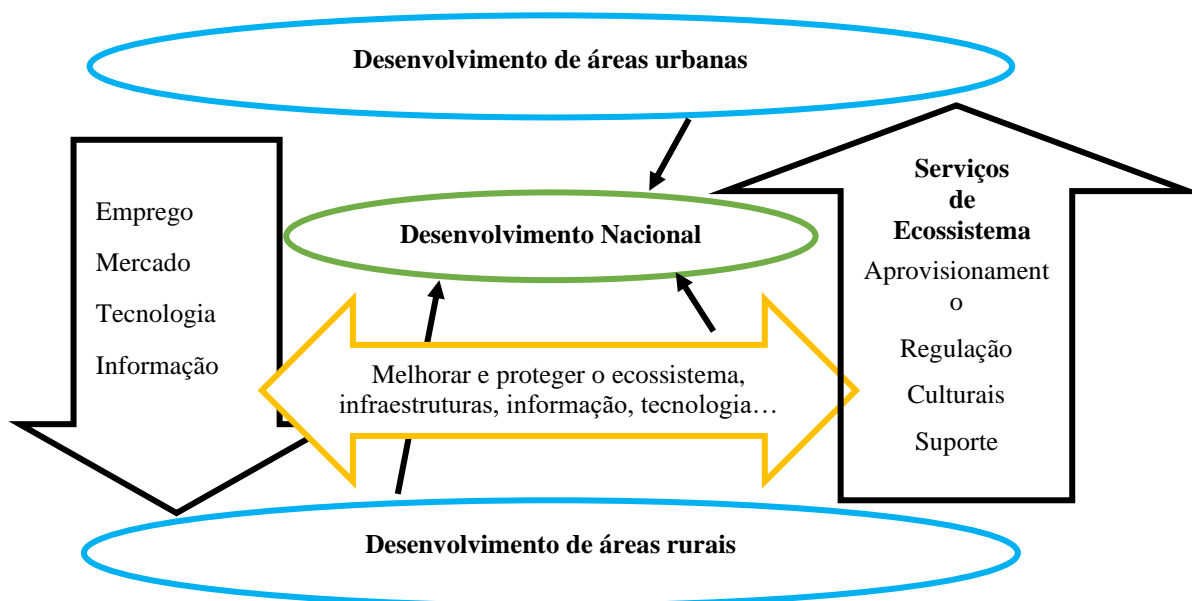


Figura 2.1 Estrutura conceitual de ligação rural-urbana baseada em serviços de ecossistemas (Gebre e Gebremedhin, 2019).

Não se pode ignorar que as cidades e a população urbana desempenham um papel fundamental na transição para modelos socioeconómicos e de organização da sociedade inteligentes e sustentáveis. Mais de 50% da população mundial concentra-se em zonas urbanas, 80% da economia, 70% do consumo de energia e das emissões relacionadas têm origem e concentram-se nas zonas urbanas (Seto et al., 2017). Esta concentração exerce enorme pressão sobre os SE, sobretudo no aprovisionamento de recursos (alimentares ou matérias primas), serviços de suporte e regulação, com consequência direta nos ecossistemas e biodiversidade. A importância das ligações urbano-rurais ganha assim significado, sendo por um lado importante os territórios urbanos apoiarem o desenvolvimento rural, assim como os territórios rurais atuarem em apoio aos territórios urbanos, assegurando uma relação mutuamente benéfica para a sustentabilidade económica, social e ambiental dos territórios. O sequestro de carbono, parcialmente assegurado pelas florestas, os sistemas agroalimentares, a biodiversidade e regulação do clima terão, porventura sempre, uma maior preponderância nos territórios rurais, enquanto o acesso a mercados, inovação tecnologia, capital humano e financeiro terá um maior peso nos territórios urbanos (Gebre e Gebremedhin, 2019).

Neste contexto explora-se os desafios sociais, ambientais e económicos, características e diferenças entre territórios urbanos e rurais, assim como a evolução, reconhecimento e avaliação de serviços de ecossistema (SE).

2.1. Os desafios sociais, ambientais e económicos

2.1.1. Desafios sociais

Perda de população - A perda de população nos territórios rurais, é um processo global (World Bank Group, 2021), tal como em Portugal, poderá assumir-se como o mais preocupante para a viabilidade dos territórios rurais e o seu desenvolvimento, com consequências diretas na exploração dos SE. Atualmente 55% da população mundial vive em cidades, sendo projetado, pelas Nações Unidas (UN), que atinja os 68% em 2050 (United Nations, 2016). Na União Europeia (EU) a população urbana atinge inclusivamente os 75%, chegando a 85% em países como a Bélgica, Malta ou Países Baixos (Perpiñá Castillo et al., 2019). Este progressivo movimento migratório dos territórios rurais para urbanos surge como consequência da procura de melhores salários, maior acesso a bens de consumo, cultura e educação, num contexto de busca de melhoria

das condições de vida (Rosario et al., 2021). Esta tendência levanta questões sobre como e quando se inverte a perda e envelhecimento populacional nos territórios rurais.

A perda de população nos territórios rurais tem um impacto significativo na ocupação e uso do solo, afetando as dimensões da distribuição e natureza dos serviços de ecossistema (Leitão, 2015). A diminuição da população leva à redução da atividade econômica, como agricultura e pecuária, resultando em menor utilização de terrenos agrícolas. Consequentemente, os terrenos são abandonados, levando a uma mudança do coberto vegetal e ocupação do solo. A redução da população significa também um menor número de pessoas para gerir e proteger os recursos naturais, o que pode resultar em uma diminuição na qualidade e quantidade dos serviços de ecossistemas fornecidos, como polinização, regulação do clima e qualidade da água. Em resumo, a perda de população nos territórios rurais tem implicações significativas na sustentabilidade e qualidade de vida das pessoas que dependem dessas áreas.

Em Portugal, 164 municípios (num total de 308 municípios nacionais) foram classificados como municípios de baixa densidade populacional, por deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC Portugal, 2020). O conjunto destes 164 municípios representa 72% do território e cerca de 18% da população, tendo perdido mais de 1.2 milhões de habitantes entre 1960 e 2021 (INE, 2021). Não havendo indicadores de inversão da tendência de perda de população generalizada nestes territórios estamos perante um grande desafio para a viabilidade dos territórios rurais com consequências que poderão comprometer o acesso a bens e serviços essenciais para o bem-estar de toda a população no território (Almeida, 2018). A perda de população, como consequência tornam cada vez menos viável a gestão do território, facilitando a ocupação do solo por espécies arbustivas típicas num processo de sucessão ecológica (Henrique Miguel Pereira et al., 2009). Como primeira consequência da perda populacional observa-se um abandono do território com implicação direta na ocupação e uso do solo. Algumas zonas observa-se uma intensificação no uso do solo, tipicamente em zonas planas com acesso a água e solo fértil, enquanto outras, sendo menos produtivas ou montanhosas são abandonadas (Bruno et al., 2021). Outras consequências, nomeadamente em Portugal, poderá ser o aumento da frequência de incêndios, existindo evidências da sua relação com processos ecológicos e socioeconómicos (Marques et al., 2011).

Acresce, o conjunto de políticas que procura inverter a tendência de perda de população nos territórios rurais, não apresentar os resultados desejados ou não ser suficiente (Dyrting et al., 2020; Fernandes, 2019; Pinilla e Sáez, 2021).

As profundas alterações tecnológicas e sociais das últimas décadas, como a internet, a inteligência artificial, tecnologia 5G, incluindo a pandemia COVID, anunciam novas oportunidades para a inversão desta tendência, de perda de população generalizada, tirando partido de movimentos de contraurbanização, de processos de inovação social e dos benefícios diferenciadores que os territórios rurais oferecem à população urbana (Duque e Calheiros, 2012).

Oportunidades de emprego - a pouca oportunidade de emprego e baixo salário, constitui uma das causas da perda de população nos territórios rurais. Se em áreas de atividade especializadas e de maior qualificação os territórios rurais revelam-se menos atrativos do que os territórios urbanos, no setor agrícola, sujeito a trabalho sazonal, a falta de competitividade dos salários e a dificuldade de assegurar trabalho perante constituem as principais dificuldades. O facto do rendimento per capita em territórios rurais ser pouco mais do que metade em comparação com o rendimento observado em áreas urbanas (Costa et al., 2009), constitui ainda um fator menor atratividade. Para as gerações mais jovens e qualificadas, em idade estudantil avançada ou em busca dos seus primeiros empregos, estes são fatores determinantes (Rosario et al., 2021). No caso específico de Portugal observa-se igualmente uma diferença significativa, quer a nível salarial (Figura 2.2), como a nível da oferta de emprego (Figura 2.3).

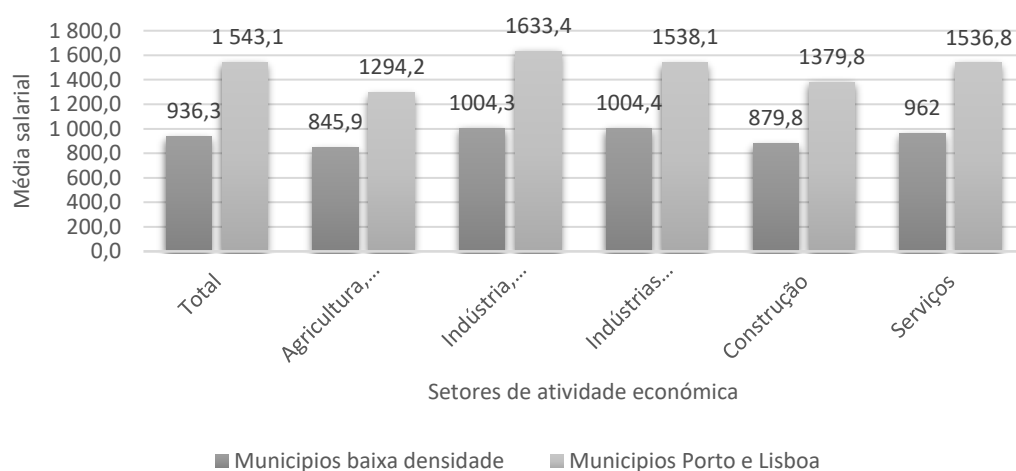


Figura 2.2 Diferença da média salarial (expressa em euros) entre os 164 municípios de baixa densidade em Portugal e os municípios de Lisboa e Porto no ano de 2019 (PORDATA, 2023).

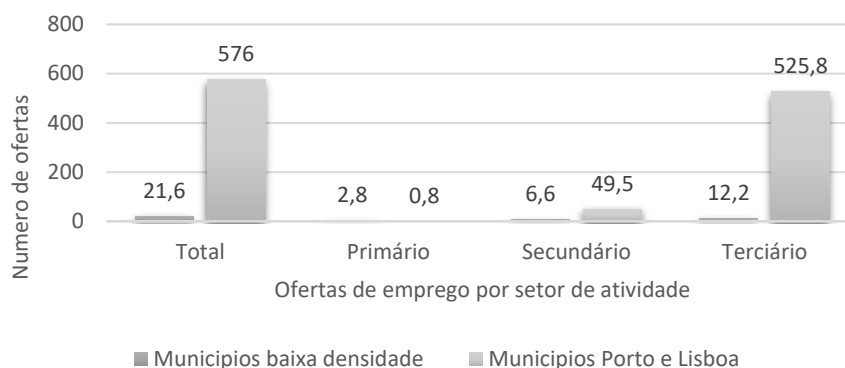


Figura 2.3 Média anual de ofertas de emprego, disponíveis nos centros de formação profissional, (número total e por grandes setores de atividade económica), para o ano 2014 no total dos 164 municípios de baixa densidade em Portugal e para os municípios de Lisboa e Porto (PORDATA, 2023).

As zonas rurais apresentam um menor custo de vida, mas também um menor rendimento e poder de compra. A tudo isto não é indiferente a perda de peso do número de postos de trabalho, que o setor primário sofreu, não representando hoje mais de 2,7% da população ativa (Figura 2.4), tendo ocorrido uma inversão do número de postos de trabalho nos setores de atividade económica. Hoje é o setor terciário, com 70% de postos de trabalho, que oferece mais emprego, enquanto até meados do Século XX era o setor primário que dominava. Por isso a revitalização dos territórios rurais e inversão da perda de população, não é expectável que ocorra através do setor primário. Será necessário acrescentar valor através do setor secundário e terciário à base produtiva de bens e serviços disponíveis e viáveis com base nos SE, onde se inclui agricultura e a exploração da floresta, para encontrar soluções para os baixos salários e menores oportunidades.

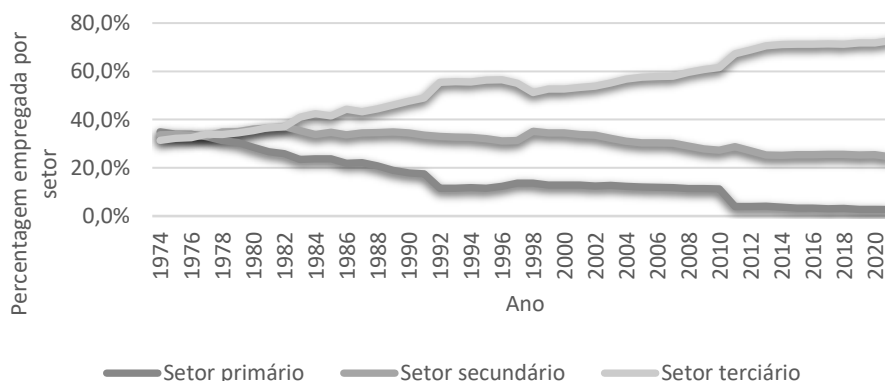


Figura 2.4 Evolução em percentagem do número de pessoas empregadas por setor de atividade económica em Portugal (PORDATA, 2023).

Estando no setor terciário as melhores oportunidades de emprego, para pessoas mais qualificadas, e melhores salários, o desafio para os territórios rurais passa por explorar oportunidades de atrair investimento, empresas e pessoas dentro desse setor com valor para o território, trazendo inovação, modelos de negócio sustentáveis e circulares. A exploração de oportunidades na área da digitalização e precisão no setor agroflorestal, o desenvolvimento e design de novos produtos, e-marketing e e-commerce, associados à inovação de produtos, processo, serviços e organização (Pato, 2020), são estratégias de interesse para a valorização dos SE e desenvolvimento dos espaços rurais. Podem ser importados modelos de inovação social que hoje são aplicados em contexto urbano, atuando em três dimensões; (1) a satisfação das necessidades humanas; (2) as alterações das relações sociais; (3) aumento da capacidade sociopolítica de aceder a recursos (Moulaert et al., 2005).

O acesso a serviços de saúde - Por toda a Europa, como em Portugal, predomina o estado social solidário, constituindo os serviços de saúde um pilar central desse modelo. Existe por isso uma elevada expectativa e exigência da população no acesso aos serviços de saúde ao longo da vida. O tema é complexo e nem sempre a localização do território significa ou dita menor acesso a serviços de saúde (Smith et al., 2008). Em Portugal, o estudo “A geografia da saúde da população” (Santana, 2015), afirma que o combate às desigualdades em saúde constitui um dos maiores desafios das administrações públicas de saúde, mas constata que de forma geral tem havido uma evolução positiva. Genericamente diminuíram as desigualdades entre municípios, apesar dessa evolução não ser igual em todas as suas dimensões. De facto, o número de profissionais de saúde, em territórios rurais aumentou (Figura 2.5), em número de médicos, enfermeiros, dentistas e farmacêuticos respondendo melhor a serviços de saúde primários.

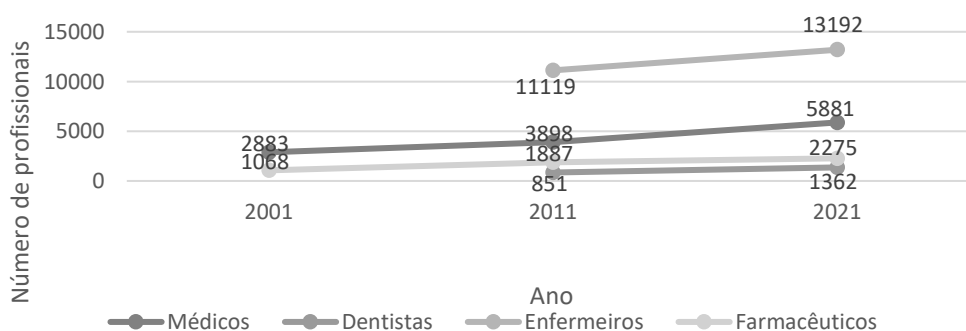


Figura 2.5 Evolução do número de profissionais de saúde, nos 164 municípios de baixa densidade em Portugal entre 2001 e 2021 (PORDATA, 2023).

Sendo verdade que as melhorias no acesso a serviços de saúde primários, o mesmo não acontece nos serviços de saúde hospitalar, sobretudo para hospitais de especialidade localizados nos grandes centros urbanos (ex: oncologia ou cardiologia), (Santana, 2015). Numa população cada vez mais envelhecida, nos territórios rurais, isto constitui um desafio para oferecer maior segurança e qualidade de serviços à população residente, ficando a pergunta: Como?

Também aqui interessa explorar oportunidades de inovação, podendo ser desenvolvidas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para comunidades rurais inteligentes, com a finalidade de prestar melhores serviços de saúde. Através das TIC pode existir um melhor apoio da população prevenindo deslocamentos a centros de saúde e hospitais, maior integração dos cuidados de saúde e sociais e maior acesso, qualidade, eficiência e sustentabilidade dos serviços, criando também emprego numa rede mais alargada de cuidados de saúde para os territórios rurais (Bogataj et al., 2020). Esta oportunidade de novos modelos de serviços de saúde pode ainda contribuir para a atração de população, integrando benefícios do contacto com a natureza não só na saúde física mas também mental (Maller et al., 2006). A área da saúde é assim uma oportunidade para o desenvolvimento dos territórios rurais, respondendo a necessidades locais, mas também urbanas, podendo atrair novos residentes com uma oferta onde a saúde é colocada como ponto central, criando novas dinâmicas e beneficiando o desenvolvimento do território.

Os serviços de educação – A educação e os serviço educativo prestado pelo estado constituem outro pilar do modelo social europeu em que vivemos, podendo a sociedade atual ser classificada como a sociedade do conhecimento (Sharma et al., 2012). Nunca na história da humanidade se dedicou tanto tempo à aprendizagem, nunca na história se passou tanto tempo dentro de um sistema de ensino e nunca antes a formação continua ao longo da vida profissional foi tão relevante. Atualmente em Portugal a população com ensino superior atinge os 15%, sendo que, entre a população dos 30 ao 34 anos a formação superior é de 29% (INE, 2021). A aprendizagem e conhecimento além de uma necessidade são valores que transmitimos desde cedo, valores promovidos igualmente em territórios rurais, onde existem idênticas e legítimas expectativas à dos territórios urbanos.

O desafio para os serviços de ensino resulta da redução da população jovem e redução da taxa bruta de natalidade, colocando em causa a viabilidade do funcionamento de escolas e fixação de profissionais de ensino no território rural. Este fato não só constitui uma forte

barreira à continuidade da população jovem no território, como dificulta a atração e fixação de população em idade ativa e com filhos para territórios rurais. Conhecendo-se a relação entre escolaridade e desenvolvimento (Sianesi e Reenen, 2003), deve ser um objetivo elevar os níveis de qualificação da população rural que continua abaixo do níveis de qualificação em territórios urbanos. Esta diferença explica parte do grau de desenvolvimento socio económico dos territórios rurais. Ainda hoje mais de 40% da população rural não tem mais que o 4º ano de escolaridade (Figura 2.6), em contraste com apenas 19,4% em municípios como Lisboa e Porto (Figura 2.7).

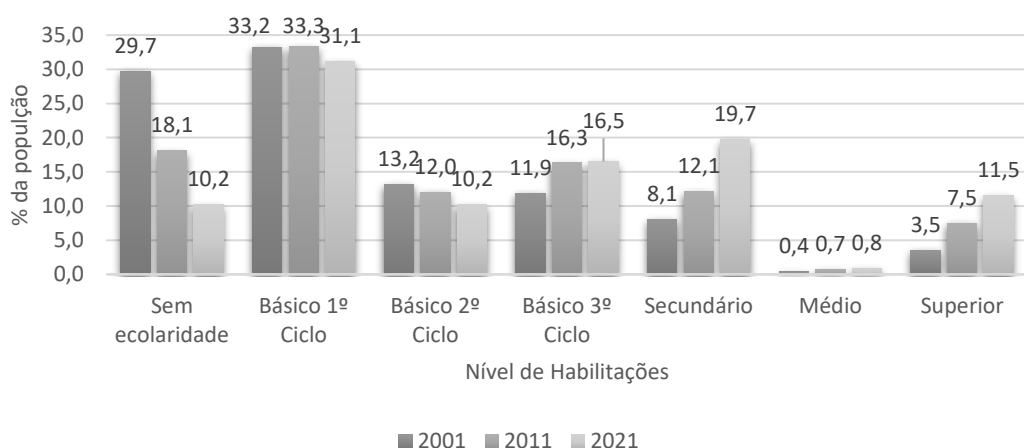


Figura 2.6 Evolução do nível de habilitações nos territórios rurais em Portugal entre 2001 e 2021 (PORDATA, 2023).

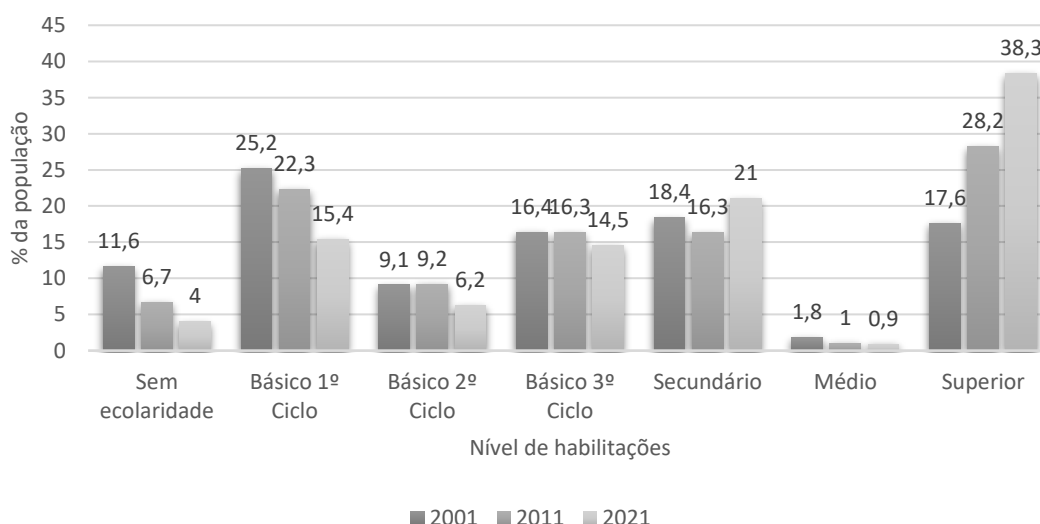


Figura 2.7 Evolução do nível de habilitações nos municípios de Lisboa e Porto entre 2001 e 2021 (PORDATA, 2023).

A observação das diferenças de nível de qualificação médio dos agentes entre territórios rurais e urbanos, remete para a necessidade e oportunidade de melhoria das qualificações da população residente para níveis de habilitação mais elevados, inclusive através de formação de caráter profissional que responda a necessidades de mão-de-obra qualificada e especializada em áreas de atividade agrícola, florestal, do turismo, hotelaria e restauração, entre outras. Na atração de população mais qualificada e com nível de habilitações superiores a constituição de centros de investigação e desenvolvimento com um foco na inovação e desenvolvimento sustentável poderá ser outra possível estratégia. Já nas escolas locais, até ao ensino secundário, os territórios rurais devido à sua menor dimensão poderão tirar partido de uma melhor relação entre a comunidade e a escola, uma vez os pais terem maior tendência e disponibilidade para participar nos eventos escolares e existirem evidências dos professores reportarem maiores níveis de satisfação (Schafft, 2016).

A adoção de um ensino mais adaptado à realidade local e modelos pedagógicos alternativos podem ser estratégias a considerar pelos decisores políticos (Pedder, 2006).

Conceitos como “Forest School” (O’Brien, 2009), ou modelos pedagógicos holísticos, com a pedagogia Waldorf (Rudge, 2008) ou Montessori (Marshall, 2017), oferecem a uma população urbana propostas alternativas de ensino. A educação para o desenvolvimento sustentável tanto em territórios urbanos como rurais é mais uma oportunidade a explorar (Hedefalk et al., 2015), sendo importante para a valorização dos SE a médio e longo prazo, com sensibilização para a sua importância, podendo consistir numa cooperação e interação urbano-rural importante.

2.1.2. Desafios ambientais

As alterações climáticas - A pressão da atividade humana sobre os sistemas terrestres nunca foi tão elevada, com consequências ambientais e climáticas profundas obrigando a encontrar novos modelos para a atividade humana acontecer dentro dos limites globais de sustentabilidade (Rockström et al., 2009). Propostas como o modelo de economia donut de Kate Raworth proposto nas “Sete formas de pensar como um economista do Século XXI (Raworth, 2018), para que a economia aconteça dentro dos limites sociais e ecológicos do planeta são hoje modelos necessários considerar (Figura 2.8).

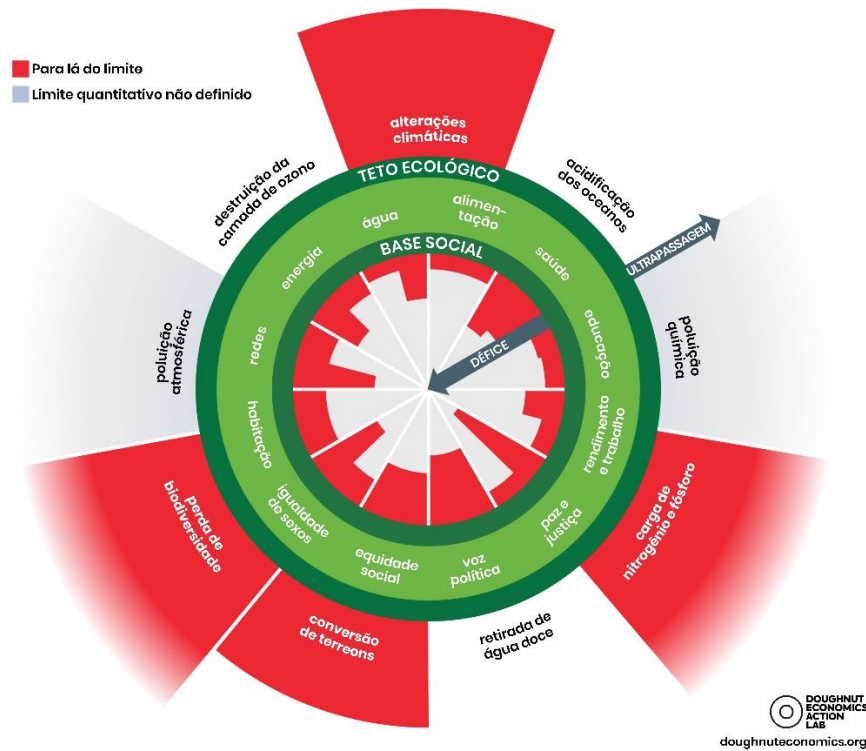


Figura 2.8 Diagrama da economia donut de Kate Raworth, representando os limites sociais e ambientais (Raworth, 2018).

A perda de biodiversidade, as alterações no uso do solo e as alterações climáticas são fenómenos que trazem desafios às fundações da nossa economia, quer no aprovisionamento alimentar, como na disponibilidade de matérias primas ou na saúde e qualidade de vida das populações, colocando em causa as condições de sobrevivência enquanto espécie (Pettorelli et al., 2021). Tendo diferentes vulnerabilidades, nenhum território ficará indiferente às alterações climáticas. Os espaços urbanos, mais concentradas em zonas costeiras poderão ficar particularmente vulneráveis à subida do nível médio das águas do mar, de inundações por intensa precipitação, colocando o seu capital económico e humano em risco, com consequentes desafios sociais e económicos (Gasper et al., 2011). Já os territórios rurais com menos recursos e alternativas poderão sentir fortes consequências na agricultura, nos incêndios florestais e outras atividades ligadas aos SE (Lal et al., 2011). Não sendo os SE exclusivos dos territórios rurais, as alterações climáticas colocam em risco a viabilidade e capacidade de fornecer SE aos territórios urbanos, nomeadamente a nível do aprovisionamento alimentar, de matérias primas, de regulação e suporte. Deve-se por isso, reconhecer também a importância, papel e presença de SE nos territórios urbanos. Reconhecendo a existência de uma

interdependência entre os territórios e os SE que cada um pode prestar, existe a necessidade de envolver ambos os territórios em processos de mitigação das alterações climáticas (Crick, 2014).

As emissões de Gases Efeito Estufa (GEE) constituem a principal causa do aquecimento global com impacto e consequência diretas no ecossistema, sendo estimado que o setor agrícola, floresta e outras utilizações do solo sejam responsáveis por 23% das emissões no período entre 2007-2016 (IPCC, 2019). Nesse sentido, a Política Agrária Comum (PAC), o Green Deal e iniciativas como Farm to Fork surgem também como estratégias de combate às alterações climáticas (“Common agricultural policy,” 2023; “Farm to Fork Strategy,” 2023; “O Pacto Ecológico Europeu,” 2021). Estas oportunidades, podem ser exploradas para a introdução de práticas agrícolas mais sustentáveis e explorar o mercado de carbono, sendo que existem já empresas e iniciativas com um papel importante nesta ligação urbano-rural.

Os incêndios – Sendo um fenômeno global e natural, os incêndios colocam em risco a vida humana e propriedade, com impacto na biodiversidade, perda de valores naturais e paisagem. As alterações climáticas, tendem a aumentar e influenciar este fenômeno, propiciando o seu desenvolvimento (teor de humidade, instabilidade atmosférica, entre outras) (Di Virgilio et al., 2019). Em locais como a Califórnia entre 1972-2018 a área ardida anual aumentou cinco vezes, estando bem estabelecidas as relações que propiciam os incêndios e as consequências expectáveis pelas alterações climáticas (Williams et al., 2019). Em Portugal desde 1980 arderam 3/5 da área florestal (Pereira et al., 2013), representando um problema para os territórios rurais, sendo possível encontrar correlações com variáveis climáticas, explicando 2/3 da área ardida por variações das condições climatéricas (Marques et al., 2011). Existem igualmente evidências da relação da incidência de incêndios com as alterações demográficas, pelo seu impacto na capacidade de intervir no território, assim como as alterações do uso de solo e abandono agrícola (Oliveira e Zêzere, 2020).

O aumento do risco de incêndios intensifica a pobreza dos territórios rurais (Lynn, 2003), quando o seu desenvolvimento depende fortemente de atividades turísticas e de natureza (Molina et al., 2019), acrescendo perdas ambientais e socioeconómicas. Os incêndios acrescentam alterações profundas na estrutura e composição da floresta, com perturbação de ciclos hidrológicos, perdas de biodiversidade e impacto no solo expondo-o a fenómenos de erosão (Lopes et al., 2022). Acresce um enorme sentimento de insegurança

nas populações residentes nos territórios rurais (Ribeiro, 2022) e um elemento de medo para fixar população e investimentos, dado o risco de perda de património e vidas humanas. Acresce os incêndios contribuírem para o aumento das emissões e perda de capacidade no sequestro de CO₂.

Sendo um fenómeno maioritariamente distante dos territórios urbanos é essencial encontrar ações conjuntas que reúnam o apoio e participação dos territórios urbanos na preservação da floresta. A constituição de florestas de suporte à biodiversidade e sumidouros de carbono, constituídas por folhosas, o recurso a espécies autóctones mais adaptadas ao clima, constitui uma oportunidade para desenvolver uma economia de carbono (Brown e Corbera, 2003), gerindo a floresta de forma sustentável. Novos conceitos de floresta permitem integrar uma produção agroflorestal com a valorização de diversos produtos como cogumelos, madeira, bolota, caça, castanha, entre outros valorizando o espaço rural, criando atividade económica, prevenindo incêndios, sendo alternativa a modelos de exploração monocultural, que em Portugal assenta em apenas 3 espécies (Eucalipto, Pinheiro Bravo e Sobreiro), (Nunes et al., 2019). Outra alternativa passa pela valorização de matéria orgânica para compostagem ou valorização energética como estratégia para prevenção de incêndios, desenvolvendo uma fileira de valorização de resíduos florestais (Sirous et al., 2020).

A perda de biodiversidade – Atualmente é referido a existência atual do sexto evento de extinção em massa na história conhecida do planeta (Kaiho, 2022). A magnitude de tal evento não está quantitativamente estimada, sendo previsto com o rápido aquecimento global, emissões de GEE, poluição e desflorestação uma perda de 20-50% das espécies animais do planeta entre 2060-2080 (Kaiho, 2022). Mesmo com a redução de todos esses fatores pode-se esperar uma perda de 10-15% das espécies animais (Kaiho, 2022). Ao contrário dos cinco eventos de extinção, pela primeira vez um sexto evento de extinção pode ser provocado pela atividade humana, sua crescente população e estilo de vida (Shivanna, 2020).

Atualmente o setor agrícola ocupa 50% da superfície terrestre, se excluirmos zonas rochosas, boreais, geladas, e desérticas, com impacto direto e redução da biodiversidade (Duru et al., 2015). Por isso, com uma ocupação territorial tão significativa, é importante que a agricultura integre a biodiversidade no seu modelo de produção e nas suas atividades. Nesse sentido a modelo de produção biológico, assim como outros modelos de agricultura baseados na agroecologia são desejáveis, respondendo às necessidades

alimentares da nossa sociedade, sem comprometer a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade (Padmavathy e Poyyamoli, 2011). Para além disso há que considerar a necessidade de ir além da introdução de práticas sustentáveis, que integram novas tecnologias, melhores praticas de gestão de recursos, substituição do químico pelo orgânico. Pode-se referir como forte modernização ecológica, uma agricultura baseada na biodiversidade, que assenta na diversidade biológica dos sistemas agrícolas produtivos, intensificação das interações ecológicas entre os diferentes componentes dos sistemas biofísicos que promovam a produtividade e resiliência do modelo agrícola (Duru et al., 2015).

2.1.3. Desafios económicos

Em 1948 Paul Anthony Samuelson define economia como sendo “o estudo de como as pessoas e a sociedade escolhem o emprego de recursos escassos, que podem ter usos alternativos, de forma a produzir vários bens e a distribuí-los para consumo, agora e no futuro, entre as várias pessoas e grupos na sociedade”. Nesta definição destacam-se dois aspetos importantes: (1) a escassez de recursos; e (2) a garantia de produção de vários bens que possam ser distribuídos agora e no futuro. Com as alterações climáticas, com o continuo crescimento demográfico, emigração das zonas rurais para as urbanas, e crescimento económico a procura de novos produtos no mercado vai igualmente aumentando, sendo cada vez mais difícil responder às necessidades das pessoas. Por outro lado, com a perda de população nas zonas rurais e a diminuição da sua relevância económica a viabilidade e produção de bens e serviços nestes territórios é colocada em causa. Sendo os espaços rurais uma componente essencial para a população tem existido um crescente foco por parte das instituições políticas, académicas e económicas para manter e promover a viabilidade dos territórios rurais (Rivza e Kruzmetra, 2017). A concentração espacial da população na cidade, traz uma igual concentração económica, financeira e política com impactos positivos no crescimento económico (Antonov, 2020), mas também traz desequilíbrios que colocam em causa a viabilidade dos territórios rurais. Numa análise a alguns indicadores sobre os espaços rurais na Europa verifica-se que as populações rurais se encontram mais expostas a riscos de pobreza e exclusão social. Apesar do desemprego ter baixado não se verifica um aumento no número de postos de trabalho e o desenvolvimento económico das áreas rurais é apenas 75% da média europeia, enquanto nas áreas urbanas é de 125% relativamente à média (EU, 2023).

Neste quadro, existe um conjunto de desafios para a continuidade da viabilidade económica dos territórios rurais. Desde logo na atividade agrícola, como atividade dependente do clima para a produção de alimento, fibras, carne e outras matérias primas. Existindo uma relação com a temperatura, radiação, nutrientes e água disponíveis, as alterações climáticas constituem em si, um risco para a viabilidade económica do setor, com riscos para a produtividade (Praveen e Sharma, 2019). Para além dos desafios biofísicos que as alterações climáticas possam trazer, existem ainda os desafios sociais para os quais se necessita encontrar uma resposta. A inovação social, o empreendedorismo e inovação rural surgem assim como elementos importantes para o desenvolvimento económico dos territórios rurais explorando novas formas de relação com os espaços urbanos (Ferreiro et al., 2021; Pato, 2020).

Será importante compreender qual o real valor económico gerado pelos territórios rurais através dos serviços de ecossistema. Facilmente se compreende a existência de um valor inerente à regulação do clima, aos serviços de suporte e aprovisionamento, mas ainda é necessária desenvolver métodos de avaliação do valor desses serviços e compreender como são pagos, constituindo um dos maiores desafios para a viabilização dos territórios rurais e na relação económica entre territórios urbanos e rurais (Bernués et al., 2014; Constanza et al., 1997; Leitão, 2015; Naeem et al., 2009).

2.2. Características e oportunidades entre o rural e o urbano

Entre territórios rurais e urbanos a principal diferença é normalmente definida pela densidade populacional. A sua classificação é contudo mais interessante com a utilização de multivariáveis que consideram a atividade económica, dimensão geográfica, características paisagísticas, como o domínio de paisagens agrícolas e naturais (Pizzoli e Gong, 2007). Em Portugal a Associação Nacional de Municípios (ANM) classificou 164 municípios como territórios de baixa densidade, tendo por base a utilização de um critério multivariável (CIC Portugal, 2020).

Nas áreas urbanas encontramos de forma mais abundante ecossistemas de inovação social, tecnológica, dinamismo cultural, económico e político, enquanto nas áreas rurais encontramos ecossistemas naturais, maior proximidade dentro da comunidade entre pessoas e atividades mais ligadas aos SE. Este diferencial entre territórios urbanos e rurais revela assimetrias sobre as quais ainda pouco foi estudado, principalmente na criação de

mecanismos de cooperação, partilha e troca de serviços que beneficiem ambos os territórios.

A visão de Ebenezer Howard (Howard, 1965) poderá servir de inspiração, reconhecendo quais os diferentes pontos de atração que campo e cidade exercem entre si (Figura 2.9). Podemos assim mais facilmente compreender como se poderão conjugar e interagir no desenvolvimento sustentável do território urbano e rural. Na teoria dos três magnetismos de Ebenezer Howard (1965) territórios rurais e urbanos detêm características de atração e repulsa, existindo uma oportunidade de conjugar os elementos de atração formando um terceiro “ímã” que combina as melhores características de ambos (Tizot, 2018). Howard elabora esta ideia no sentido de um planeamento urbanístico, num conceito que intitula de cidades jardins e que nos é útil para compreender oportunidades de integração de SE nos territórios urbanos, que devem explorados, como também de integrar nos territórios rurais características e dinâmicas tipicamente mais dominantes nos territórios urbanos, como é o caso de ecossistemas de inovação, empreendedorismo, tecnologia, cultura e outros. Esta troca de benefícios poderá não só contribuir para a revitalização dos territórios rurais, como para estabelecer novas relações e proximidades entre territórios, com dinâmicas e interações que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

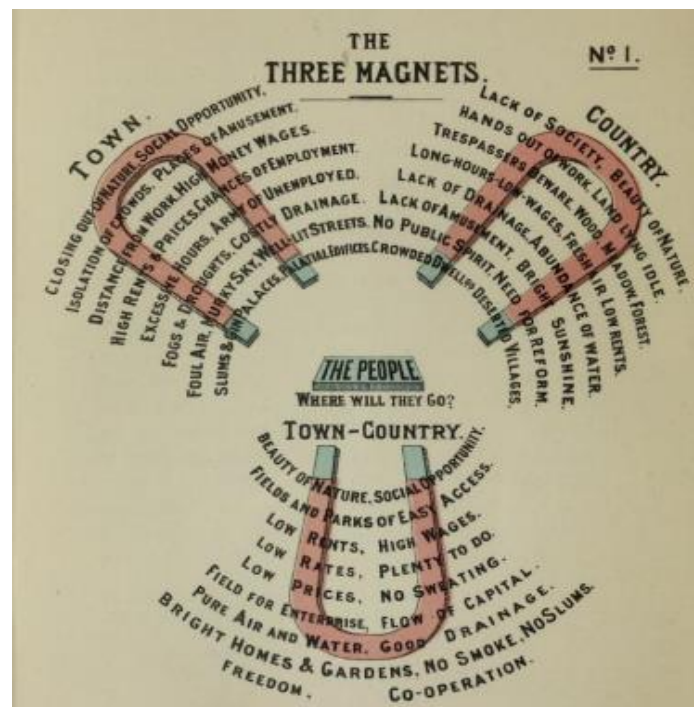


Figura 2.9 Diagrama da teoria dos três magnetismos entre cidade e campo apresentados por Ebenezer Howard no livro “Garden Cities of To-Morrow, representando atração e repulsão da cidade em campo (Howard, 1965).

A cidade é também um território com fragilidades económicas e sociais, suportadas pela população dada a necessidade de presença física no local onde se situa a indústria e a oferta de trabalho. Com o desenvolvimento tecnológico, das infraestruturas de comunicação, da mobilidade e declínio das indústrias tradicionais abre-se uma oportunidade para a rutura com a cidade física, sendo hoje, a cidade, uma comunidade urbana que se conecta através da tecnologia, interage social e profissionalmente através dela, transformando a cidade num conceito mais simbólico (Duque e Calheiros, 2012). Com a desmaterialização do local de trabalho, com uma indústria cada vez mais tecnológica, abre-se a oportunidade de pessoas e empresas procurarem os espaços rurais pela sua qualidade de vida, com menor criminalidade (INE, 2023), menos poluição, maior contacto com a natureza, ar puro e bem-estar. Pela tecnologia e desmaterialização do local de trabalho, viver em espaços rurais não significa uma perda de oportunidades ou conexão com o espaço urbano. Conceitos como nomadismo digital ou trabalho remoto, podem ser uma estratégia de atração de uma população mais jovem e digital, com contributos importantes em processos de inovação social e outras iniciativas locais. Estas dinâmicas podem através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), oferecer às áreas rurais serviços e alternativas na diversificação da sua economia, ativando sinergias e vitalizando mercados com as suas competências e conhecimentos, (Battino e Lampreu, 2019), no desenvolvimento sustentável do território e a valorização de SE.

A inovação rural (IR) - constitui uma oportunidade para o desenvolvimento dos territórios rurais e na relação urbano-rural, sendo útil compreender em primeiro lugar o conjunto de limitações e oportunidades que poderão existir (Quadro 2.1). Apesar de possíveis obstáculos deverá existir a capacidade de criar desafios e projetos únicos, estimulantes e agregadores, recorrendo a processos de inovação social (IS) e tirando partido de um maior sentido de comunidade que prevalece nas comunidades rurais.

Quadro 2.1 Limitações e oportunidades à inovação em territórios rurais.

	Limitações	Oportunidades
Acesso a capital financeiro	x	
Acesso a capital humano	x	
Acesso e disponibilidade de infraestruturas	x	
Acesso e disponibilidade a tecnologia	x	
Habilitações/Educação	x	
Digitalização das atividades económicas	x	
Isolamento económico	x	
Recursos naturais		x
Desenvolvimento de comunidades		x
Sustentabilidade		x
Bem-estar e qualidade de vida		x
Serviços de ecossistema		x

A busca de modelos alternativos para o desenvolvimento local e IS, certamente, não são exclusivos dos territórios urbanos e constituem ferramentas importantes para o desenvolvimento dos territórios rurais (Ferreiro et al., 2021; Moulaert et al., 2005). As características atribuídas a territórios rurais como o bem-estar, qualidade de vida, contacto com a natureza constituem ativos que poderão contribuir para a melhoria da atratividade do território pela inovação em marketing (IM), atraindo investimento, pessoas, promovendo bens e serviços, ligando-se à promoção de programas de empreendedorismos e IR, inovação de processos (IP) e inovação organizacional (IO), criando ecossistemas sociais e dinâmicos capazes de potenciar o desenvolvimento rural e inverter a tendência de perda demográfica sistémica (Pato, 2020; Plotnikova, 2014). Em cada limitação poderá ser encontrada uma oportunidade de inovação criando valor para o desenvolvimento sustentável do território existindo ainda nas limitações uma oportunidade de criação de novas ligações e relações com os territórios urbanos envolvendo-os e aproximando-os dos territórios rurais com troca de benefícios a nível do desenvolvimento sustentável da sociedade e das atividades humanas.

A inteligência territorial (IT) – com a capacidade tecnológica e computacional existente, a IT constitui uma ferramenta fundamental para a inovação e tomada de decisões (Singh, 2004). Entenda-se por IT o processo de recolha, análise e utilização de informação sobre os territórios para apoiar a tomada de decisões e promover o seu desenvolvimento sustentável. Essencialmente a inteligência territorial consiste em três aspetos: (1) a rede e participação de diferentes “atores” e agentes institucionais; (2) a sua inclusão na especificidade dos sistemas produtivos locais; (3) a adequação de políticas públicas (Kafkalas, 2002); sendo por isso a IT uma ferramenta extremamente útil. Ao ser

desenvolvida para territórios rurais poderá antecipar, planear e incorporar novos processos, adequados ao desenvolvimento do território. Embora a IT tenha inicialmente sido uma ferramenta com um único propósito económico, hoje a sua aplicabilidade é transversal a múltiplos setores através das TIC, permitindo o surgimento do conceito “Inteligente”, ou “Smart”, ouvindo-se hoje falar em “Smart Growth”, “Smart Cities”, “Smart Tourism”, “Smart Business”, “Smart Experience” entre outros. Novos conceitos como “Smart Villages” (Foronda-Robles e Galindo-Pérez-de-Azpillaga, 2021), e “Smart Agriculture”, “Smart Forests”, entre outros, são por isso novas oportunidades para desenvolver tecnologia aplicada ao território rural e facilitar a conexão através da tecnologia entre territórios.

Para além das possíveis vantagens a retirar dos processos de digitalização, no apoio à tomada de decisões políticas e estratégias, a IT é ainda uma ferramenta importante para o desenvolvimento de mercados digitais, traduzindo o valor de bens e serviços em valor económico, para os territórios rurais.

A iniciativa urbana - Existe uma crescente **iniciativa externa (urbana) na dinâmica de inovação de espaços rurais**. Esta tendência de difusão de inovação urbana (IU) nos territórios rurais permite assim a introdução de práticas e tecnologias inovadoras nas comunidades rurais (Pato, 2020), estando muitas vezes associadas a objetivos de desenvolvimento sustentável. A crescente conectividade que a tecnologia, como os “smartphones” e internet móvel, permite a residentes rurais obter informações, conectar-se, participar em comunidades e mercados online, reduzindo a relevância da sua localização geográfica (Duque e Calheiros, 2012). Isto permite ainda aumentar a mobilidade de ideias, sem necessariamente obrigar a uma mobilidade física. Esta nova realidade abre um conjunto de oportunidades para empreendedores e empresas rurais, inovando nos processos, modelos de negócio ou no marketing, alcançando novos clientes e mercados, bem como permitindo o acesso a bens e serviços que antes não estavam disponíveis.

Existem já exemplos desde fenómeno de difusão de inovação urbana para espaços rurais (Quadro 2.2) em áreas tão distintas como, comunidades digitais, empreendedorismo, florestas ou cultura (Lopes e Mota, 2021), o que demonstra que, apesar de escassos existe uma predisposição para processos de ação e inovação.

Quadro 2.2 Exemplos de iniciativas de difusão e inovação urbana em territórios rurais a partir de iniciativas com participação urbana.

Nome	Descrição	Fonte
Tecnologia/Digital		
DNA Portugal	Associação de Nómadas Digitais de Portugal para a criação de hubs, descentralizados, de nómadas digitais pelo país, repovoando e descentralizando o impacto.	https://dnaportugal.pt
Sende	Uma aldeia galega que se transformou num espaço de coworking e coliving	https://www.sende.co/
Empreendedorismo		
Delta Ventures	Venture capita do Grupo Nabeiro, para trabalhar com Startups em três áreas, 1-Novo consumidor; 2-Sustentabilidade; 3-Trasnformação digital, promovendo o programa Disruption_22	https://deltaventures.gruponabeiro.com/
Estrela Digital	O projeto estrela digital visa incentivar o empreendedorismo criativo, as ideias inovadoras e a criação de serviços e produtos para atrair nómadas digitais e empreendedores para as regiões do interior.	https://estrela.digital/
Agro/Alimentar		
AMAP (Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade)	As AMAPs são uma parceria direta, baseada na relação humana entre um grupo de consumidores e um ou mais produtores, onde os riscos, responsabilidades e recompensas inerentes à produção agrícola são partilhadas, através do estabelecimento de uma ligação de longa duração	https://amap.movingcause.org/
Food4Sustainability	Associação sem fins lucrativos dedicada à inovação na produção alimentar sustentável e abordagem circular, envolvendo peritos nacionais e internacionais e vários parceiros (BGI, CM Idanha-a-Nova, EIT Digital, Climate KIC, EIT Food)	https://www.food4sustainability.org
Good Food Hubs	A Good Food Hubs pretende facilitar o acesso a alimentos biológicos, locais e saudáveis perto do local de trabalho, residência ou estudo.	https://goodfoodhubs.pt/
Inovação Alimentar Auchan	Prémio Auchan na promoção de produtos, serviços e embalagens inovadoras no agroalimentar	https://auchaneeu.auchan.pt/food-lovers/premio-inovacao-alimentar/
Floresta & Sustentabilidade		
Act4nature	Iniciativa BSCD Portugal com o objetivo de mobilizar as empresas a proteger, promover e restaurar a biodiversidade.	https://bcsdportugal.org/act4nature/
CoLab ForestWISE	Associação sem fins lucrativos que promove a gestão integrada da floresta com base em atividades de investigação e desenvolvimento e transferência de conhecimento e tecnologia entre a indústria, academia e administração pública.	https://www.forestwise.pt/
Agoro Cabon Alliance	Aborda a mudança climática capacitando os agricultores a sequestrar carbono em seus solos com incentivos de créditos de carbono, conhecimento agrônômico e tecnologia	https://replant.pt/en/
Cultura		
Pueblos en arte	Plataforma cultural que conecta a arte com o mundo rural, gerando novas ideias a partir do campo, apostando na arte como ferramenta para reativar territórios rurais afetados pelo despovoamento.	https://www.pueblosenarte.com/

Estas iniciativas demonstram as disponibilidades e a compreensão dos territórios urbanos e rurais para a necessidade de encontrar novos modelos de relação entre os territórios preservando SE, tendo como objetivo comum um desenvolvimento mais sustentável. Casos como o Green Valley Food Lab de Idanha-a-Nova, atraiu já 55 empresas para o município, captando 10 milhões de euros de investimento e criando 350 postos de trabalho. Esta iniciativa envolve maioritariamente jovens qualificados na área de investigação e desenvolvimento, demonstrando como pode ser criada uma nova vitalidade nos territórios rurais. Só em Idanha-a-Nova, esta iniciativa espera criar mais 1245 postos de trabalho no setor da agricultura biológica (Lopes e Mota, 2021). O nomadismo digital mereceu também particular atenção do governo, sendo possível obter um visto de trabalho para nómadas digitais até um ano. Várias empresas empresas/startups têm surgido na área da economia do carbono, oportunidade reconhecidas pela EU no espectro do “Green Deal”, para a melhoria de práticas agrícolas, gestão de solo e pagamento por SE a nível do sequestro de carbono a produtores agrícolas (McDonald et al., 2021). Em conclusão, surgem várias oportunidades para a difusão de inovação urbana em espaços rurais, com contributos significativos para o desenvolvimento sustentável e viabilidade dos territórios rurais. É assim possível com o poder da tecnologia, colaboração e comunidade, desenvolver novas formas de conexão entre espaços urbanos e rurais, inovando e melhorando a resiliência dos territórios.

O aumento da necessidade de matérias primas – a necessidade de matérias primas supera atualmente o crescimento da população, constituindo um aumento da pressão sobre os SE. Segundo a “Global Material Resources Outlook 2060 (OECD, 2019), até 2060 está estimado um crescimento num fator de 1.5 para a população mundial, 2.1 para materiais (Figura 2.10) e 2.7 para o crescimento económico. Por isso é fundamental compreender como gerir de forma mais eficiente e sustentável a exploração dos SE, garantindo resposta às necessidades da população, obrigando a repensar os modelos de desenvolvimento económico lineares para uma economia circular, dentro dos limites do bem-estar humano e social, como dos limites do planeta (Raworth, 2018).

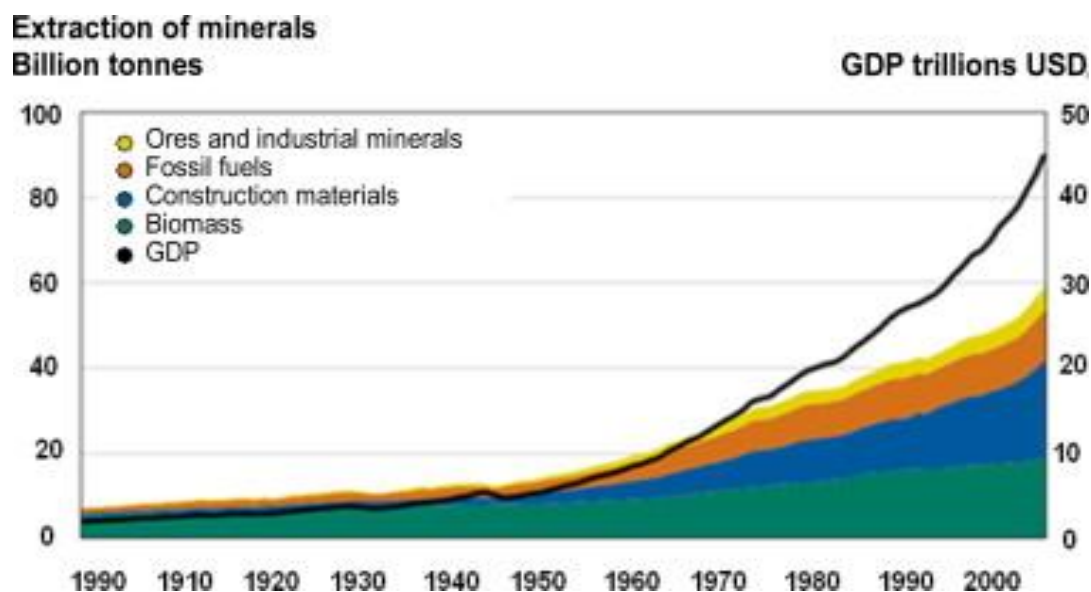


Figura 2.10 Crescimento da procura de recursos minerais na economia global (Dubiński, 2013).

Considerando a lógica de mercado sabemos que o aumento da procura provocará uma maior escassez de bens, com consequência económicas e sociais graves, tornando imperativo compreender como responder às crescentes necessidades sem comprometer a viabilidade e sustentabilidade de exploração desses recursos.

O aumento da produção de resíduos - com crescimento económico é igualmente expectável o aumento do volume de resíduos, sendo necessário introduzir conceitos de economia circular desde a fase inicial do design de produto, aos processos e aos próprios modelos de negócio (Raworth, 2018). Dessa forma no fim da sua vida útil um produto deverá constituir ou ser utilizado como matéria prima em novos processos e produtos, permitindo a sua reutilização ou regressando à sua origem natural. Um bom exemplo são os resíduos orgânicos alimentares que terminam em aterros ou são incinerados. Segundo a APA mais de 45% dos resíduos indiferenciados são constituídos por bio resíduos, não regressando à sua origem e repondo os níveis de matéria orgânica no solo (APA, 2022). Como consequência da falta de valorização dos resíduos orgânicos, assistimos à perda gradual do teor de matéria orgânica nos solos, com consequências na fertilidade e qualidade dos solos. A mesma lógica se aplica a diversos outros materiais, sendo necessário ganhar eficiências, reduzir a quantidade de resíduos, recircular e reciclar dando nova vida às matérias primas inicialmente extraídas. A economia circular é por isso uma estratégia importante nas relações e interações entre territórios urbanos e rurais. Estando os territórios rurais na origem dos serviços de aprovisionamento alimentar e de várias

matérias primas, existe uma oportunidade de inovar logo à partida pelo design de produtos e modelos de negócio circulares, explorando a oportunidade de envolver empresas e investimentos no território para a inovação nesta área (Kapsalis et al., 2019; Pato, 2020).

O uso do solo – a forma e o fim com que utilizamos o solo impacta a biodiversidade, influenciando a dispersão de espécies, criando barreiras e alterando a sua morfologia (Reginster e Rounsevell, 2004). Uma forma de categorizar a utilização de solo pode ser nestes quatro grupos principais: urbano, agricultura, floresta e outras classes (Faragò et al., 2019), mas globalmente o uso do solo, segundo o GLC-SHARE (Global Land Cover Share da FAO), distribui-se em: i) áreas artificiais/urbanas 0,6%; ii) terras aráveis 12,6%; pastagens e matos 31,5%; florestas 27,7%; terra livre 15,5%; neves/glaciares incluindo antártida 9,7% e águas e mangais 2,7%.

Compreende-se assim que, a ocupação de áreas artificiais ou urbanas é minoritária e que mais de 70% do território está dedicado à agricultura e florestas, com relevância para os SE. Na Europa, embora 80% da população viva em cidades com mais de 10 mil habitantes e da área urbana ter crescido cerca de dez vezes no último século, ainda assim a área urbana não ultrapassa 1,5% da utilização do solo (Reginster e Rounsevell, 2004). Em Portugal a ocupação de solo distribui-se segundo o Retrato Territorial de Portugal (2019), da seguinte forma: i) áreas artificiais/urbanas 5,1%; áreas agrícolas 26,3%; florestas 39%, matos 12,4%, sistemas agroflorestais 8%; pastagens 6,5%; corpos de água, espaços descobertos ou com vegetação espaça e zonas húmidas 2,7%.

Apesar de uma maior área de ocupação das zonas artificiais ou urbanas, indicando uma maior dispersão da malha urbana no território, ainda assim as grandes áreas do território têm ocupações fundamentais para os SE, estando na base das características dos territórios rurais. Esta ocupação não é homogénea por todo o território, sendo necessário compreender os desafios de cada região e como o solo poderá ser ocupado ou explorado, de forma sustentável para responder a necessidades dos territórios urbanos de proximidade e ao mesmo tempo garantir o desenvolvimento económico sustentável dos territórios rurais. Por isso é necessário compreender através de cartografia, com recurso a sistemas de informação geográfica, as aptidões do solo, percebendo quais as condições biofísicas no território para a instalação de sistemas produtivos agroflorestais e que explorações, espécies vegetais e animais, poderão ser viáveis de explorar. Aspectos como declive dos terrenos, horas de sol, tipologia e perfil de solo, altitude, temperatura,

precipitação, entre outros, são informações fundamentais que devem estar na base de decisão para o planeamento e desenvolvimento do território, orientando investimentos concretos no território.

Entre territórios rurais e urbanos encontram-se diferentes desafios e características, podendo a partir daí serem geradas oportunidades de inovação para o desenvolvimento sustentável dos territórios e da população, sendo certo que a existência de uma necessidade trás em si sempre uma oportunidade.

2.3. Evolução e o reconhecimento da produção e geração de serviços de ecossistema nos espaços rurais

A produção de SE tem ganho cada vez maior reconhecimento ao longo dos anos, tendo o seu conceito e valor sido consagrado em dois documentos de referência: “The Millennium Ecosystem Assessment (MA) (Reid et al., 2005) e “The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB) (Sukhdev et al., 2012). Nos espaços rurais os SE surgem como base da atividade económica pelo que o seu papel é fundamental no desenvolvimento destes territórios. Paralelamente é através dos SE que os territórios rurais ganham relevância e peso político na resposta aos desafios presentes de desenvolvimento sustentável, mitigação das alterações climáticas, necessidades alimentares e de materiais. É no reconhecimento desta importância que se abrem novas oportunidades na relação entre territórios urbanos e rurais. A existência de necessidades em espaços rurais e urbanos é em si um indicador de várias oportunidades, como sugerido por autores, como Eric Ries e Alexander Osterwalder, que referem a importância da identificação de necessidades para o desenvolvimento de produtos e serviços que resolvam o problema que apresentam (Osterwalder e Pigneur, 2013; Ries, 2011).

Entre a produção de bens (produtos) e serviços (em SE gerados pelos espaços rurais)

Produção e serviços são coisas distintas, mas complementares. A produção refere-se a bens tangíveis que são produzidos e vendidos, enquanto os serviços referem-se a atividades intangíveis, sendo que ambas respondem às necessidades das pessoas. Os espaços rurais desempenham um papel importante na produção de bens agrícolas, pecuários e florestais, entre outros, mas para além disso, os ecossistemas rurais fornecem

uma ampla gama de SE (Reid et al., 2005), como regulação do clima, água potável, conservação da biodiversidade e proteção contra desastres naturais. É importante reconhecer e compreender o valor económico dos SE (Leitão, 2015), tanto de produtos como de serviços para garantir um retorno financeiro às comunidades rurais, viabilizado a sua exploração. Além disso incluir o valor dos SE em decisões económicas e políticas pode ajudar a melhorar a gestão de recursos naturais e garantir que a economia se desenvolva de forma equilibrada e sustentável.

Tipologia dos serviços de ecossistema

No MA são definidas quatro categorias para os SE: Aprovisionamento, Regulação, Culturais e de Suporte, sendo que estas se ligam diretamente a benefícios e bem-estar humano (Figura 2.11).

Nos **serviços de aprovisionamento**, inclui-se a produção alimentar (agricultura), materiais como as madeiras, fibras e minerais ou outras matérias primas.

Nos **serviços de regulação**, encontra-se por exemplo a capacidade de ecossistemas filtrarem poluentes, água ou de armazenamento de carbono.

Nos **serviços culturais** encontramos as tradições, a gastronomia, valores espirituais e estéticos.

Nos **serviços de suporte** encontramos a formação de solo, o ciclo dos nutrientes ou a fotossíntese.

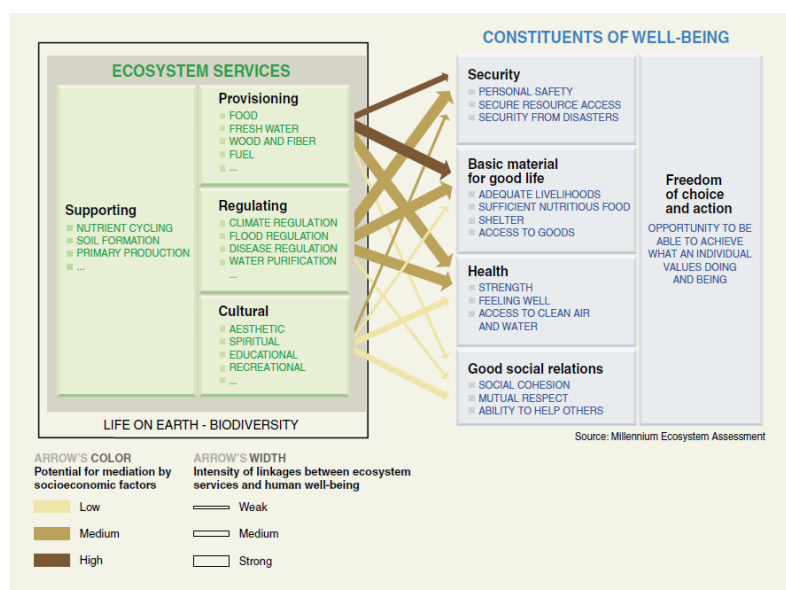


Figura 2.11 Relação entre SE e o bem-estar humano (Reid et al., 2005).

A importância de todos estes serviços é inegável e determinante para o bom funcionamento dos ecossistemas, oferecendo a possibilidade de existir vida no planeta, particularmente à espécie humana e contribuir para o seu bem-estar. É também verdade que os SE fazem parte e são fundamentais para os territórios rurais, tanto pelas características que lhes conferem, como para a sua viabilidade e desenvolvimento. Nesse sentido os territórios urbanos não se poderão dissociar dos SE presentes nos territórios rurais sendo importante a sua participação e contributo para a sua preservação, compreendendo que o seu próprio desenvolvimento sustentável depende da preservação de SE, externos ao seu território, que o servem e consequentemente da viabilidade e bom desenvolvimento dos territórios rurais.

2.4. Avaliação dos serviços de ecossistema

A avaliação de SE é um processo de identificação, quantificação e valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas aos seres humanos e à economia, com o objetivo de fornecer informações para a tomada de decisões que levem em conta os valores económicos e ambientais dos SE (Leitão, 2015). Nesta avaliação podem-se incluir métodos quantitativos, como a análise de custo-benefício e métodos qualitativos, como a participação comunitária e a valorização não-monetária, existindo várias abordagens possíveis.

Existe assim a necessidade de concretizar num valor tangível e sob que forma de pagamento os territórios rurais podem ser compensados pela preservação e promoção dos SE (Leitão, 2015).

Abordagens à avaliação e reconhecimento dos serviços de ecossistema

Avaliação monetária: Esta abordagem avalia os SE em termos monetários, atribuindo um preço e permitindo que os SE sejam comparados com outros bens e serviços no mercado (Constanza et al., 1997).

Avaliação não monetária: Esta abordagem avalia os SE em termos que não são monetários, como valores culturais, estéticos e de identidade (Martínez-Alier, 2003).

Análise de valor total: Esta abordagem considera tanto os valores monetários quanto os não monetários dos SE (Mace et al., 2012).

Reconhecimento institucional: Esta abordagem destaca a importância dos SE e apoia a sua inclusão em políticas públicas e decisões de gestão do território (Haas et al., 1993).

Todas estas abordagens são importantes ajudando a destacar e entender o valor dos SE permitindo através dessa valorização a participação de diferentes atores, em diferentes modelos de exploração dos SE, aumentando o nível da sua proteção e gestão sustentável.

O resultado da avaliação pode ser usado para orientar políticas e decisões relacionadas à gestão dos ecossistemas, incluindo a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais (Leitão, 2015). A quantificação em valor económico dos SE poderá também permitir a integração de custos nas atividades económicas como é, por exemplo, o caso da economia do carbono. Ao quantificar o valor tonelada de CO₂, é possível criar um sistema de pagamento a territórios rurais pelo sequestro de carbono promovendo o investimento nas florestas e práticas agrícolas promotoras da fertilidade dos solos através da incorporação de matéria orgânica. Não sendo todos os bens e serviços de fácil quantificação, existe a necessidade de recorrer a abordagens de avaliação alternativas, existindo aqui um caminho ainda a percorrer na compreensão de como os territórios rurais poderão ser compensados e de que forma se traduz em valor esses SE prestados. Segundo o TEEB a conservação das florestas terá um valor de 3.7 triliões de dólares, os modelos de pesca insustentável reduziram em 50 biliões de dólares o mercado da pesca, o valor económico total da polinização por insetos é estimado em 153 biliões de dólares (Sukhdev et al., 2012), dando uma perspetiva sobre o valor dos SE. Este valor, nem sempre se traduz num retorno para os territórios rurais.

3. METODOLOGIA

Para que se identifiquem as disponibilidades existentes nos territórios urbanos de ação concreta para a valorização e preservação de territórios rurais aplica-se, como metodologia, duas rondas de inquéritos estruturados a um grupo focal de trinta e dois indivíduos, divididos em dois subgrupos (rurais e urbanos), permitindo fazer uma análise comparativa dos grupos, sendo este um dos métodos mais comuns (Madill, 2011).

Todo o processo de inquéritos e interação com o painel de indivíduos aconteceu online entre junho e setembro de 2022 garantindo anonimato entre indivíduos. Ao garantir-se anonimato e um processo de inquéritos online, oferece-se a possibilidade de cada indivíduo responder de forma mais refletida, de rever as suas posições, sem estarem submetidos ao julgamento de mudança de opinião, e partilhar um ponto de vista mais pessoal, bem como, sem necessárias cautelas institucionais que poderão existir quando em representação do seu cargo ou posição.

Este é ainda um método que permite o desenvolvimento deste trabalho com um baixo custo, agilidade e flexibilidade de execução (Madill, 2011). A interação entre indivíduos e o autor limita-se ao convite à participação no estudo, envio dos inquéritos e solicitação de resposta, não interferindo com as opiniões e perceções do grupo sobre a temática num claro intuito de preservação da genuinidade. Esta investigação envolve ainda um conjunto de passos metodológicos para o desenvolvimento do trabalho que são definidos nos pontos seguintes.

3.1. Unidade de análise territorial – Melgaço

Como forma de concretização e experimentação prática deste trabalho utilizou-se o território do concelho de Melgaço como caso de estudo. O concelho de Melgaço (NW Portugal) é um espaço transfronteiriço que se caracteriza pela sua diversidade e identidade paisagística, património natural e cultural (Honrado et al., 2012) (Figura 3.1). Este território apresenta uma região de vale marcadamente agrícola e de maior densidade demográfica e paisagem ribeirinha fragmentada, marcada pela implantação e expansão de vinhas para produzir Vinho Verde, da casta Alvarinho. No outro extremo de maior altitude ocorrem espaços seminaturais arbóreos-arbustivos e florestas autóctones ou exóticas que incluem espaços e atividades de silvopastorícia ancestrais. A vila histórica

de Melgaço é conhecida pela sua arquitetura medieval bem preservada e marcos históricos. O concelho possui também uma forte identidade cultural, com tradições e costumes próprios, sendo conhecido pela sua combinação de beleza natural, riqueza cultural e histórica.

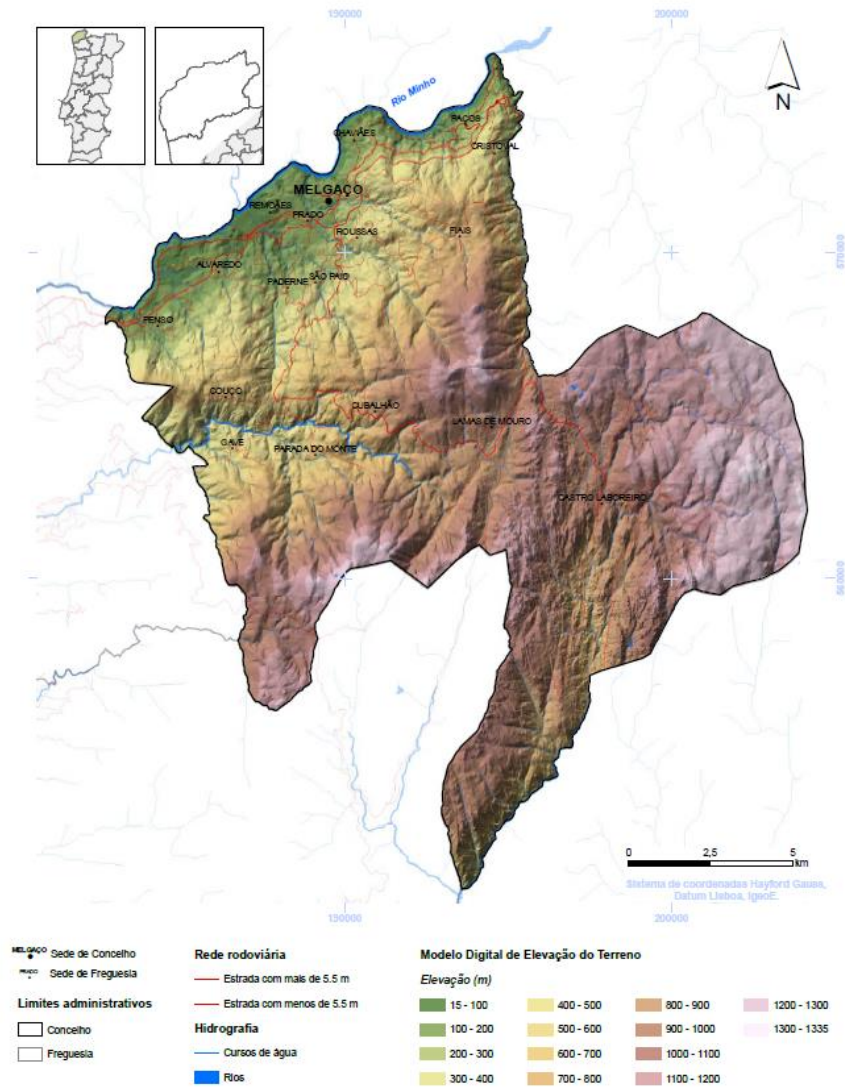


Figura 3.1 Modelo digital do terreno do concelho de Melgaço (Honrado et al., 2012).

Como **características biofísicas**, o concelho de Melgaço caracteriza-se pela sua diversidade de paisagens e pela sua heterogeneidade das condições agroecológicas, enquadradas num conjunto de zonas climáticas homogéneas (Quadro 3.1).

Quadro 3.1 Caracterização segundo zonas climáticas homogéneas do Concelho de Melgaço (Honrado et al., 2012).

	Área do território (%)	Temperatura (°C)	Altitude (m)	Precipitação (mm)
Terra fria de montanha e alta montanha	46,6	10,5	> 900 < 1300	1600 - 2400
Terra temperada fria	16,3	10,5-12,5	> 600 < 900	1200 - 2400
Terra de transição	21,27	12,5-14	> 400 < 600	1000 - 2400
Terra temperada quente	7,57	14,0-16	< 400	1000 - 2400

A sua classificação climática pode ser maioritariamente descrita como “Super-húmido” de acordo com a classificação de Thornthwaite (Honrado et al., 2012). Com uma elevação gradual desde o rio Minho até ao Planalto de Castro Laboreiro o território distingue-se em três áreas geográficas pela sua variação altimétrica, a Ribeira, a Pré-montanha e a Montanha (Quadro 3.2).

Quadro 3.2 Classificação da variação altimétrica de três áreas geográficas do Concelho de Melgaço (Honrado et al., 2012).

Áreas geográficas	Altitude (m)	Área do território (%)
A Ribeira	300	12,9
Pré-montanha	400-800	30,2
Montanha	> 800	56,9

Na Ribeira, encontram-se solos com declives agrícolas, com maior aptidão agrícola e um clima mais temperado, coincidindo com a área onde a população residente está concentrada. Na Pré-montanha encontra-se um clima de transição para a terra fria e/ou montanha, com declives fortes ou muito fortes e onde a ocupação de solo vai-se repartindo entre a exploração agrícola, florestal ou zonas incultas. A Montanha, que representa mais de 55% do território, caracteriza-se pelo seu clima mais fresco e frio e relevo acidentado, predominando zonas incultas, prados, lameiros, bosques de folhosas e/ou resinosas, podendo-se diferenciar o planalto de Castro Laboreiro, acima dos 1100 metros.

Em termos de aptidão dos solos, o Concelho de Melgaço, caracteriza-se por quase 85% do seu território não ter aptidão agrícola, dentro dos quais existem sim, em 61,15% dessa área, características e aptidão para a exploração florestal e silvo-pastorícia, podendo ser encontrada uma heterogeneidade espacial na ocupação do solo (Figura 3.2).

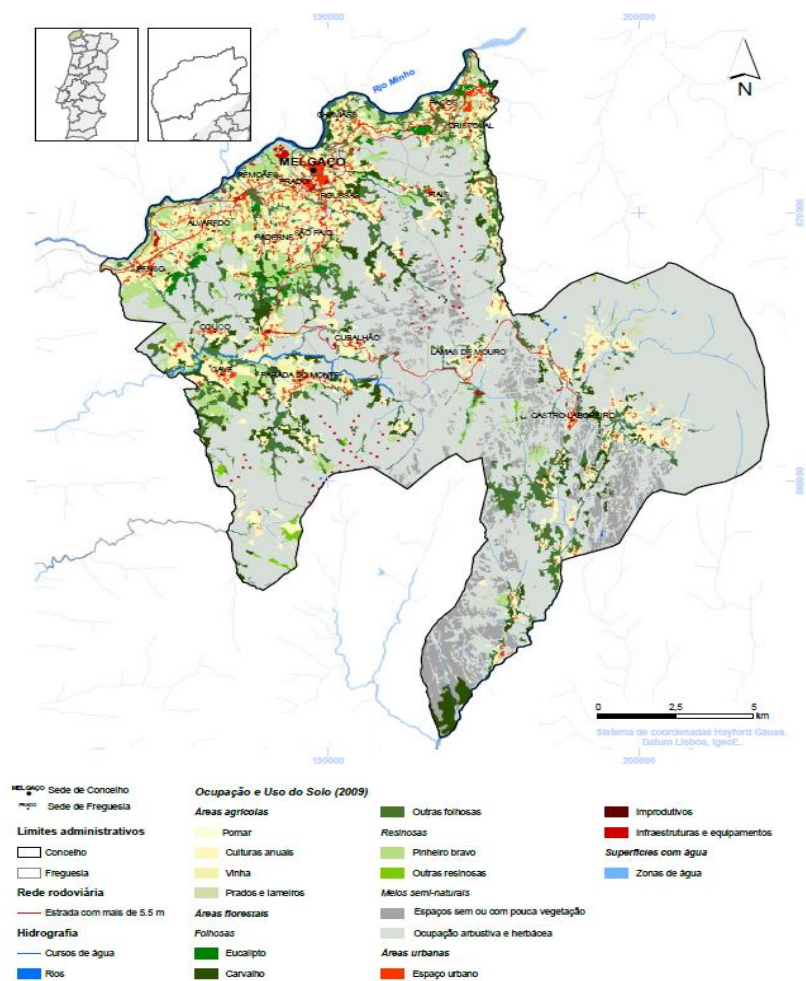


Figura 3.2 Carta de ocupação de solo de 2009 para o Concelho de Melgaço (Honrado et al., 2012).

Na ocupação de solo podemos observar uma certa estabilidade nas áreas ocupadas, com exceção da área florestal que revela uma redução significativa da área ocupada (Quadro 3.3).

Quadro 3.3 Distribuição e evolução da ocupação do solo entre 2000 e 2009 no Concelho de Melgaço (Honrado et al., 2012).

Evolução da ocupação do solo	Agrícola (%)	Floresta (%)	Inculto (%)	Urbano (%)	Água (%)
1990	16	25	56	2	0,2
2000	15	18	64	3	0,3
2005	14	18	64	4	0,3
2009	15	17	65	3	0,3

Pelas suas características, diversidade de formas e de paisagem, o Concelho de Melgaço oferece uma diversidade de microclimas que criam oportunidades ecológicas diversas, para a presença de habitats naturais e seminaturais, presentes na flora e fauna (macro e micro) do Concelho enquadrando-se no conceito de HNVf (Áreas Agrícola de Elevado Valor Natural) (Honrado et al., 2012).

Como **características socioeconómicas**, ao longo das últimas décadas o Concelho de Melgaço perdeu gradualmente população, à semelhança de outros Concelhos do interior do país. Desde a década de 60 do século XX, quando atingiu um máximo de 18 211 acumulou desde então uma perda de 57% da população (INE, 2023) (Quadro 3.4). A taxa bruta de mortalidade entre 2001 e 2021 variou entre 15,5% e 22,7%, sempre superior à taxa bruta de natalidade. Os dados mais recentes, não indicam uma inversão da tendência de diminuição da população residente.

Quadro 3.4 Características demográficas do Concelho de Melgaço entre 1960 e 2021 (INE, 2023).

	1960	2001	2011	2021
População residente (hab)	18 211	9 971	9 191	7 809
Densidade populacional (hab/km ²)	76	42	39	33
Varição da população (%)		-45	-8	-15
Taxa de natalidade bruta (‰)		5,3	4,5	3,6
Taxa bruta de mortalidade (‰)		15,5	16,2	22,7

A população de Melgaço regista uma grande evolução a nível das qualificações da sua população, tendo reduzido para apenas 12,5% a população residente sem qualquer nível de escolaridade, sendo essencialmente hoje população mais idosa, e aumentou para quase 10% a população com formação superior. Contudo verifica-se, ainda que 60,5% da população continua sem um grau de formação especializado e sem ultrapassar o 3º ciclo de escolaridade. Em simultâneo somente menos de 1% da população detém um nível de formação pós-secundário/profissional (Quadro 3.5).

Quadro 3.5 Características segundo o nível de instrução do Concelho de Melgaço entre 1960 e 2021 (INE, 2023).

	Sem nível de escolaridade (%)	1º Ciclo (%)	2º Ciclo (%)	3º Ciclo (%)	Secundário (%)	Pós-secundário/Profissional (%)	Superior (%)
1960	69,5	29,3			1		0,2
2001	35,6	33,2	11,6	8,6	6,9	0,4	3,7
2011	22,5	37,4	10	12,5	10,6	0,9	6,2
2021	12,5	38,7	10	11,7	10,6	0,9	9,6

O concelho de Melgaço ao longo das últimas seis décadas inverteu o seu tecido económico (Quadro 3.6). Enquanto nos anos 60 cerca de 74% vivia do setor primário e o setor terciário não chegava a representar 13%, hoje o setor primário não ultrapassa os 8% e verifica-se um crescimento acentuado do setor terciário que já ultrapassa os 68%.

Quadro 3.6 População empregada por setor de atividade económica no Concelho de Melgaço entre 1960 e 2021 (INE, 2023).

	Setor primário %	Setor secundário	Setor terciário
1960	74,2	13	12,8
2001	22,6	24,3	53,2
2011	9,8	22,7	67,4
2021	7,9	23,8	68,2

3.2. Painel de inquiridos

Na **identificação e seleção de indivíduos para constituição do grupo focal** (Anexo I) considera-se como critérios as posições de liderança ou decisão crítica dos indivíduos, nos cargos que desempenham em diferentes setores de atividade económica, do setor público, privado e académico. No setor privado foram convidados indivíduos dos diferentes setores de atividade (primária, secundária e terciária), enquanto no setor público procura-se estarem representados os diferentes níveis de decisão política (nacional, municipal e local). Os indivíduos foram ainda convidados segundo as suas diferentes áreas de atividade e responsabilidade profissional. Ao mesmo tempo, procura-se um equilíbrio de género, permitindo posteriormente verificar se existem diferenças quando a forma como cada um dos géneros olha para a temática que é explorada neste trabalho.

A constituição do painel inclui dessa forma a representação de tendências e visões a partir de um conjunto de 32 indivíduos, que pela sua posição de liderança e chefia, permitem uma obter uma visão abrangente das possibilidades e oportunidades dentro das temáticas apresentadas em 2 rondas de inquérito.

3.3. Inquéritos

Para a **identificação e investigação de questões**, dentro da complexidade e multiplicidade de temas envolvidos neste trabalho, explora-se na revisão bibliográfica, (Capítulo 2), os temas envolvidos na investigação. Como ponto de partida explora-se os desafios sociais, ambientais e económicos, desde logo de êxodo sistémico da população nos territórios rurais e sua interligação com a capacidade de explorar, gerir, conversar e valorizar SE em paisagens rurais, orientando um conjunto de questões importantes que se apresentam ao grupo de indivíduos em 2 rondas de inquérito. Por outro lado, procura-se explorar questões ligadas à inovação dos territórios rurais a partir de iniciativas ou territórios urbanos procurando compreender a valorização que os indivíduos dão aos diferentes SE em espaços rurais. É com base na revisão bibliográfica que procura-se encontrar, através de inquéritos ao grupo focal, pistas para os desafios e viabilidade da permanência humana e de atividades como a agricultura biológica entre outras atividades essenciais ao desenvolvimento sustentável da sociedade no território rural.

Após a constituição do grupo de indivíduos, subdividido em dois subgrupos, (urbanos e rural), o trabalho foi desenvolvido através de 2 rondas de inquérito e análise dos resultados deste trabalho (Figura 3.3). O subgrupo rural apresenta a particularidade de todos os indivíduos inquiridos serem ou estarem no concelho de Melgaço, permitindo aplicar a análise final a características concretas desse território.

Ao longo do trabalho realiza-se 2 rondas sucessivas de inquérito como estratégia para encontrar divergências e convergências dentro do grupo:

- (1) a primeira ronda de inquérito visa compreender qual o posicionamento do grupo e dos indivíduos sobre os temas em análise;
- (2) Na segunda ronda, após análise da primeira ronda de inquérito, apresenta-se um conjunto de cenários que o grupo classifica e valoriza;

Desta forma, no conjunto das duas rondas e através da análise estatística é possível encontrar as convergências e divergências de onde nos é possível concluir oportunidades e disponibilidades de ação nos territórios rurais.

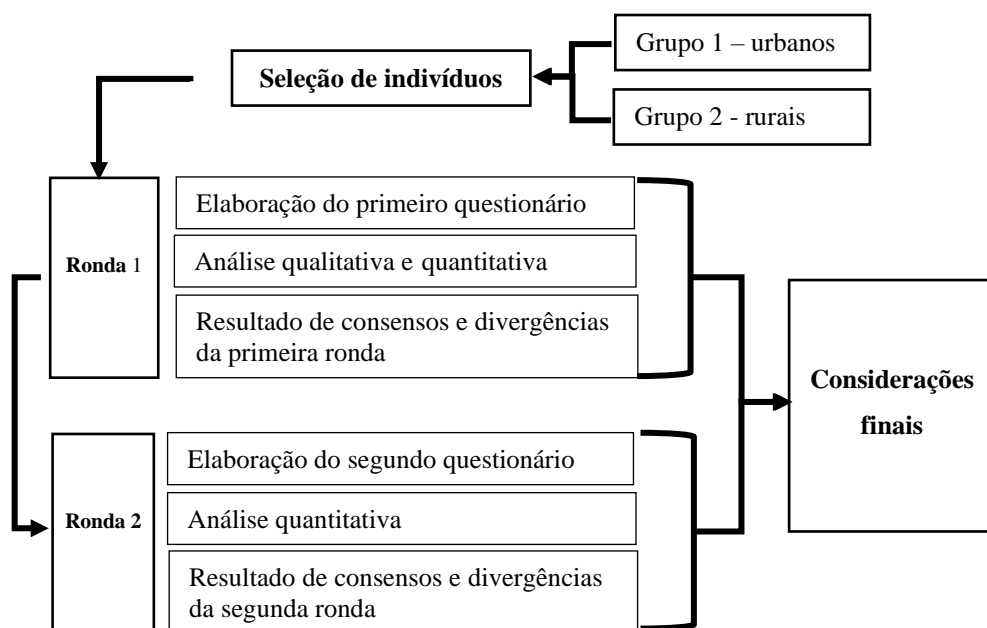


Figura 3.3 Esquema metodológico aplicado no trabalho.

As duas rondas de inquérito foram conduzidas através de inquérito online, (disponível a partir da plataforma do “Google Forms”), sendo a primeira ronda de inquérito; Anexo II disponibilizada através do endereço <https://forms.gle/aoMpq5oj7VKX8quT9> e uma segunda ronda de inquérito; Anexo III disponibilizada através do endereço <https://forms.gle/NQtELqSoJpTbMmrP6>.

Na **primeira ronda de inquérito** foram colocadas questões que nos permitem caracterizar melhor os indivíduos (Anexo II), nomeadamente idade e habilitações académicas. De seguida colocaram-se 14 questões, relativas a um conjunto de desafios, possibilidades e características dos territórios rurais, procurando responder a questões como:

- (1) Quais os fatores fundamentais para a viabilidade dos territórios rurais?
- (2) Como poderá ser solucionada a perda demográfica dos territórios rurais?
- (3) De que forma os territórios urbanos poderão atuar sobre os territórios rurais?
- (4) Qual o valor atribuído aos diferentes serviços de ecossistema?
- (5) Como poderão os territórios rurais ser pagos pelos serviços de ecossistema prestados?
- (6) Qual o papel dos territórios rurais?

Ao longo da primeira ronda de inquérito, o grupo pôde ainda acrescentar comentários (Anexo IV) e contributos qualitativos com o objetivo de procurar temas, motivações e opiniões a serem contempladas e auxiliar a construção da segunda ronda de inquérito.

Na **segunda ronda de inquérito**, após análise da primeira ronda, compreendendo os temas que geram consenso, divergências e temas em que não era clara a posição do painel apresenta-se um novo conjunto de questões, desta vez sob a forma de afirmações e cenários com o objetivo de reforçar ou clarificar a posição do painel sobre temas que na primeira ronda não ficaram claros, sendo que as questões fundamentais se mantêm:

Ao contrário da primeira ronda, nesta segunda ronda não foram recolhidos comentários.

Em ambas as rondas de inquérito, no processo de auscultação o grupo classifica e determina a sua posição com recurso a uma escala de Likert de 1 a 5, permitindo uma posterior análise estatística e conseqüente interpretação de resultados (Figura 3.4).

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente

Figura 3.4 Escala de Likert de 1 a 5, sendo 1 discordância total e 5 concordância total.

3.4. Análise de resultados

A análise dos resultados obtidos recorre a cálculos estatísticos da média aritmética, desvio padrão, coeficiente de variação e análise de componentes principais (ACP), permitindo uma posterior análise de resultados.

O coeficiente de variação foi usado particularmente como medida de estabilidade ao verificar a consistência das respostas do grupo de inquiridos, determinando o grau de consenso, aceitação ou rejeição (Dajani et al., 1979), levando à apresentação, na segunda ronda da questão sob uma nova perspetiva.

O consenso é alcançado se o coeficiente de variação for inferior a 15% ($CV \leq 15\%$). Por oposição, as respostas com menor consenso foram rejeitadas e apresentadas sob uma nova formulação na segunda ronda de auscultação (Quadro 3.7).

Quadro 3.7 Graus de consenso pelo coeficiente de variação (Dajani et al., 1979).

Intervalo da CV	Consenso	Decisão
$CV \leq 15\%$	Grau de consenso elevado	Aceitação
$15\% < CV \leq 30\%$	Grau de consenso médio	Rejeição e nova inclusão na segunda ronda, apresentado o tema sob a forma de um cenário concreto
$CV > 30\%$	Grau de consenso baixo	Rejeição e nova inclusão na segunda ronda, apresentado o tema sob a forma de um cenário concreto

Dessa forma, foi possível definir critérios de inclusão e exclusão necessários na definição das afirmações que foram submetidas nas 2 ronda de inquérito (Quadro 3.8).

Quadro 3.8 Critérios de inclusão e exclusão pelo coeficiente de variação (Dajani et al., 1979).

Consenso	Definição usando uma escala de Likert de 1 a 5	Medida de decisão	Dispersão
Critério de inclusão	Tendência central: média aritmética	$CV \leq 15\%$	Baixa
	Dispersão: Desvio padrão		
	Decisão: Coeficiente de variação (%)		
Critério de exclusão	Tendência central: média aritmética	$15\% < CV \leq 30\%$	Média e alta
	Dispersão: Desvio padrão		
	Decisão: Coeficiente de variação (%)		

Com recurso a um critério de valor pela média aritmética (Quadro 3.9), associamos a valorização da questão ao critério de inclusão e exclusão definido pelo coeficiente de variação, permitindo obter como resultado as questões que foram consensuais e valorizadas pelo painel de peritos.

Quadro 3.9 Critério de valorização e desvalorização com recurso à média aritmética (Dajani et al., 1979).

Consenso	Definição usando uma escala de Likert de 1 a 5	Medida de decisão	Valorização
Critério de inclusão	Média aritmética	$\bar{x} \geq 4,5$	Muito valorizado
Critério de exclusão	Média aritmética	$3.5 < \bar{x} < 4.5$	Valorizado
	Média aritmética	$\bar{x} \leq 3,5$	Desvalorizado

Como análise complementar ao estudo realizou-se uma análise de componentes principais (ACP). A ACP refere-se a uma técnica estatística de multivariáveis usada para reduzir um número de variáveis de um conjunto de dados num menor número de dimensões (Vyas e Kumaranayake, 2006).

Com recurso ao à ACP, procura-se encontrar padrões nos indivíduos que constituem o grupo, compreendendo se existe uma relação entre a forma como olham para os temas apresentados e aspetos das suas características, como habilitações, idade, sexo ou território (Vyas e Kumaranayake, 2006).

Na **apresentação de resultados**, inicia-se com a análise de consensos e divergência no grupo, o que permite a exploração de proposta de dinamização de espaços rurais, com um enquadramento concreto a um território e às suas características.

Na apresentação de resultados faz-se ainda uma análise comparativa, a partir de calculo estatístico da média aritmética, desvio padrão e coeficiente de variação, entre o subgrupo urbano e rural, o que permite encontrar convergências e divergências dentro do painel, tendo por base o seu território.

Por fim, nas **considerações finais**, procura-se fazer uma aplicação pratica ao território específico de Melgaço a partir dos resultados alcançados, assim como, apresentar sugestões de melhoria ao método e à investigação do problema explorado no trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Caracterização do grupo

Inicia-se a apresentação de resultados com a **caraterização do grupo**. No início da primeira ronda é assim inquirido qual a faixa etária, habilitações gênero (Anexo XII), devendo acrescentar as características previamente conhecidas quanto a funções e setor de atividade que representam.

O conjunto destas caraterísticas e a devida proporcionalidade percentual pode-se encontrar no Anexo V, desde logo revelando um equilíbrio na distribuição de gênero (53% masculino e 47% feminino), assim como territorial (53% urbano e 47% rural). A distribuição de 50-50% desejada, tanto na proporção do gênero, como no território de origem (urbano ou rural), não foi possível alcançar quer por falta de qualificação de indivíduos ou falta de resposta de indivíduos do território rural. Na totalidade dos indivíduos inquiridos 75% atuam no setor privado, enquanto 25% são do setor público (governo nacional, municípios, freguesias e ensino). O grupo apresenta-se ainda com grande diversidade nos setores de atividade económica, com destaque para o setor agrícola e administração, dada a importância do setor agrícola no desenvolvimento dos territórios rurais, bem como a relevância do setor publico em decisões políticas e sua promoção no território (Figura 4.1).

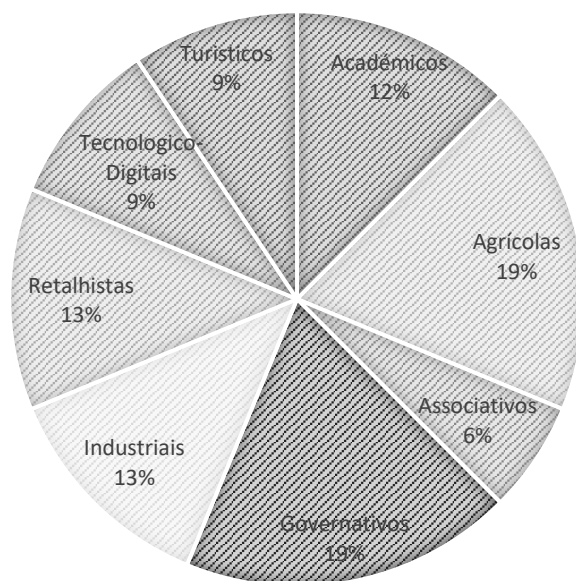


Figura 4.1 Distribuição dos indivíduos do grupo de inquiridos por setor de atividade económica.

Quanto à idade observa-se uma predominância entre os 40 e 50 anos de idade, encontrando-se 44% do painel de indivíduos dentro desta faixa etária. No conjunto 72% dos indivíduos do painel apresentam habilitações literárias superiores (Figura 4.2). Ainda no conjunto, verifica-se a existência de algumas diferenças significativas na forma como o subgrupo urbano e rural respondem, sendo essas diferenças exploradas no ponto 4.4.

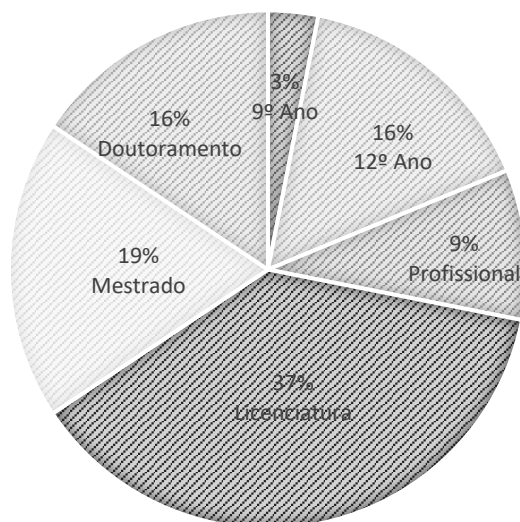


Figura 4.2 Distribuição dos indivíduos do grupo de inquiridos por níveis de qualificação acadêmica.

4.2. Resultados da primeira ronda

A primeira ronda de inquérito inicia-se com duas perguntas para identificação da faixa etária e das habilitações literárias (Anexo XII) possibilitando uma melhor caracterização do painel conforme apresentado anteriormente seguindo-se um conjunto de 14 questões conforme Anexo II e para o qual as respostas são apresentadas no Anexo XIII. A partir da resposta e valorização na escala de Likert realizou-se o cálculo do desvio padrão, coeficiente de variação e da média aritmética apresentadas no Anexo VI, permitindo uma análise, na procura de consensos e divergências no conjunto de respostas às questões apresentadas.

De forma a poder ter uma leitura mais simples da análise à primeira ronda de inquérito, na Figura 4.3 encontram-se as repostas que reúnem consenso dentro do painel e aquelas em que existem divergências fortes ($CV \geq 30\%$), ou moderadas ($15\% < CV \leq 30\%$), seguindo-se uma análise descritiva mais detalhada.

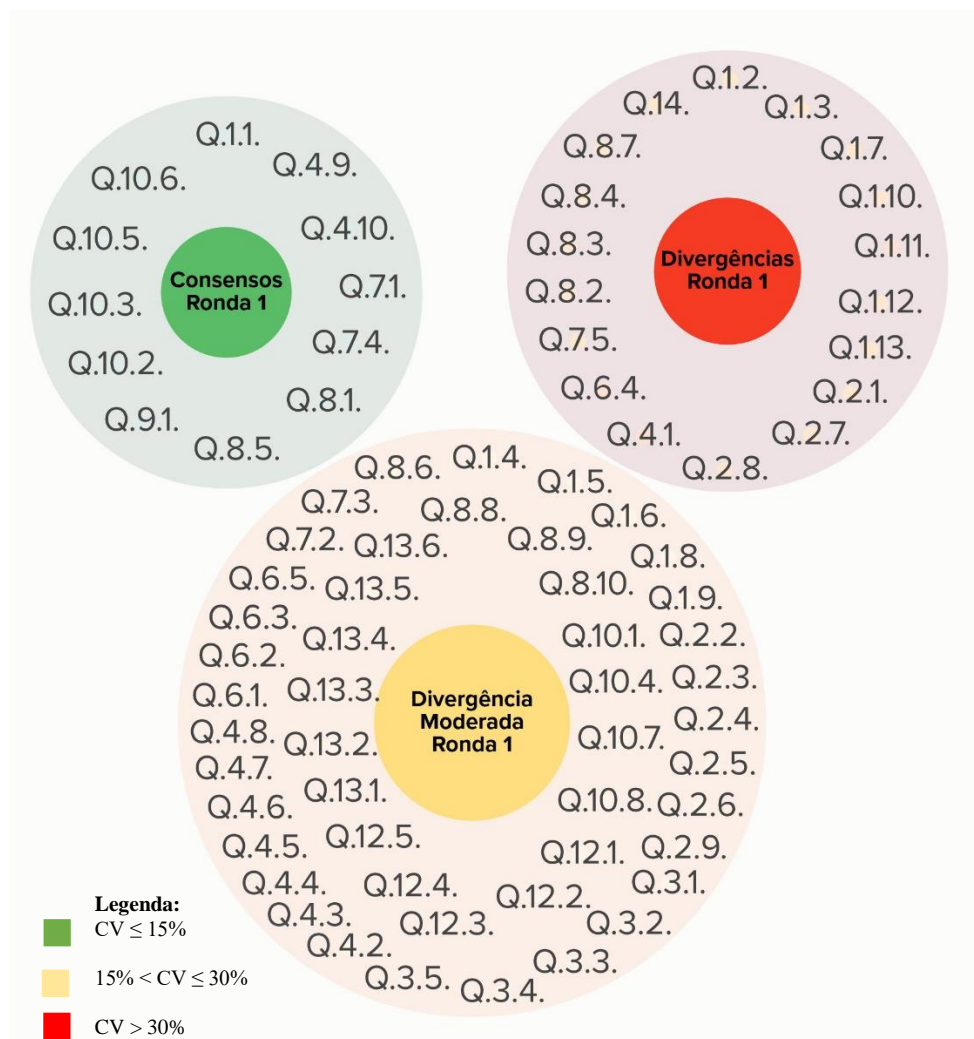


Figura 4.3. Distribuição das respostas à primeira ronda de inquérito de acordo com o coeficiente de variação para a primeira ronda de inquérito.

Nesta primeira ronda de inquérito destacam-se como **indefinições** um conjunto respostas com um $15\% < CV \leq 30\%$, assim como com uma média aritmética entre os 3.5 e os 4.5, revelando uma posição mais neutral ou indefinida, como é possível observar na figura 4.3. Estas questões, descritas no Anexo II, com resultados da análise estatística apresentados no Anexo VI, são assim rejeitadas, na primeira ronda de inquérito, mas tidas em consideração na construção da segunda ronda de inquérito.

Interessa observar em maior detalhe o conjunto de questões que obtêm um $CV \leq 15\%$ e $CV > 30\%$ (Figura 4.4), sendo que estes resultados, indicando respetivamente um forte consenso ou divergência, se encontraram na base das conclusões deste trabalho.

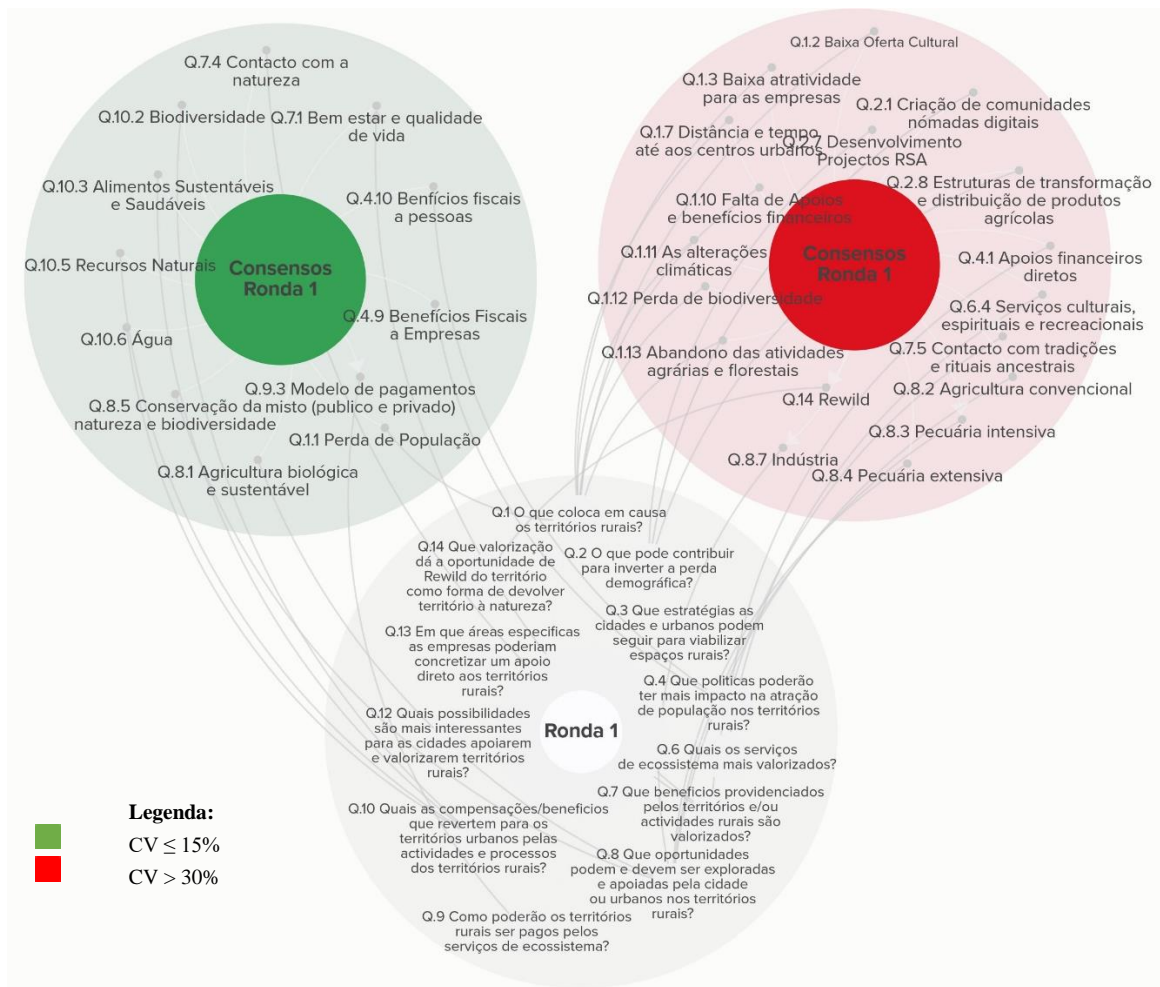


Figura 4.4 Consensos e divergências na primeira ronda de inquérito, para a totalidade dos 32 indivíduos que constituem o grupo de inquiridos.

Ao nível dos **consensos** ($CV \leq 15\%$), destaca-se o entendimento generalizado da **perda de população** (Q.1.1) como fator determinante para a viabilidade e inovação dos territórios rurais, resultado que é apoiado no ponto 2.1.1. deste trabalho. Quanto à forma de contrariar a tendência de perda demográfica o painel é também consensual quanto à necessidade de existirem políticas de **benefícios fiscais a pessoas e empresas**, como promotores e facilitadores da atração e fixação de população (Q.4.9. e Q.4.10), sendo necessário melhorar a eficiência da sua aplicação (Dyrting et al., 2020; Fernandes, 2019; Pinilla e Sáez, 2021).

O grupo é consensual nos benefícios a nível do **bem-estar e qualidade de vida** (Q.7.1), que os espaços rurais oferecem e permitem. Em particular o grupo destaca de forma consensual o **contacto com a natureza** (Q.7.4), que se relaciona diretamente com o bem-estar humano explorado no MA (Reid et al., 2005).

A **agricultura biológica e sustentável** (Q.8.1), assim como a **conservação da natureza** (Q.8.5) surgem também como oportunidades que o grupo destaca deverem ser apoiadas e exploradas pela sociedade e comunidades urbanas. Existe ainda um reconhecimento consensual da importância da **biodiversidade** (Q.10.2), **os alimentos sustentáveis e saudáveis** (Q.10.3), **os recursos naturais** (Q.10.5) e da **água** (Q.10.6) como um conjunto de benefícios/compensações a reverter para os territórios urbanos a partir das atividades e processos que ocorrem em território rural. O conjunto destes resultados revela a importância atribuída à sustentabilidade ambiental patente ao longo do ponto 2.

Quanto ao nível de **divergências** ($CV \geq 30\%$) destaca-se o facto de o grupo discordar, divergir e rejeitar que aspetos como a **baixa oferta cultural** (Q.1.2), **baixa atratividade para empresas** (Q.1.3), **distância em tempo entre territórios** (Q.1.7), **a falta de apoios e benefícios financeiros** (Q.1.10), **as alterações climáticas** (Q.1.11), **a perda de biodiversidade** (Q.1.12) e **abandono das atividades agrárias e florestais** (Q.1.13), sejam elementos preponderantes para a atração e viabilidade dos territórios rurais. Este resultado poderá significar o reconhecimento de oportunidades que ao longo do ponto 2 são explorados, sendo necessário uma investigação mais profunda para identificar as motivações do grupo nesta divergência.

O grupo discorda, diverge e rejeita ainda que a **criação de comunidades nómadas** (Q.2.1) ou **o desenvolvimento de projetos de responsabilidade social e ambiental** (Q.2.7) ou **a criação e dinamização de estruturas para a transformação e distribuição de produtos agrícolas** (Q.2.8), venha a contribuir para a inversão da perda demográfica nos territórios rurais e para a sua dinamização económica.

Como políticas de apoio para atração e fixação de população nos territórios rurais, o grupo discorda, diverge e rejeita como soluções **os apoios financeiros diretos** (Q.4.1). O painel discorda, diverge e rejeita que **serviços culturais, espirituais e recreacionais** (Q.6.4), sendo um serviço também largamente oferecido pelos espaços urbanos, seja um SE prestado pelos espaços e/ou atividades rurais, assim como o **contacto com tradições e rituais ancestrais** (Q.7.5) seja um benefício providenciado pelos territórios e/ou atividades rurais. A ineficiência de aplicação de apoios e a falta de resultados na inversão da perda demográfica patente no ponto 2 pode estar na base desta divergência.

Os modelos de **produção agrícola convencional** (Q.8.2), assim como a **pecuária intensiva ou extensiva** (Q.8.3 e Q.8.4.), geram também discordância, divergência e rejeição como oportunidades a serem apoiadas pelos territórios urbanos, o mesmo acontecendo como a **indústria** (Q.8.7), uma vez mais revelando a importância da sustentabilidade ambiental que este trabalho expõe.

O grupo discorda, diverge e rejeita ainda o processo de “**Rewild**” (Q.14.), (processo que a literatura aponta ter desafios, nomeadamente relativos à gestão da floresta e controlo de incêndios), como oportunidade de aproveitar benefícios na sequência do maior abandono dos territórios rurais, o que permitiria a devolução de território à natureza, promoção de florestas autóctones e reintrodução de vida selvagem. A divergência relativa a processo de “**Rewild**” encontra apoio nos riscos existentes a esse mesmo processo, nomeadamente a nível da gestão do território e riscos de incêndio.

A análise quantitativa - Ao desenvolver uma análise qualitativa aos comentários deixados pelo grupo (Anexo IV) destaca-se a **importância das infraestruturas e conexões digitais nos territórios rurais**, permitindo uma melhor conexão com o mundo urbano, assim como facilitando situações e possibilidades de trabalho remoto. A problemática do **acesso à habitação** parece ser também pertinente, bem como a necessidade de estabelecer um **marketing positivo e atrativo** para o setor agrícola, à promoção dos seus produtos e na atratividade dos territórios.

É referida a possibilidade de explorar conceitos inovadores de organizações como cooperativas, incluído a exploração de oportunidades de trabalho remoto, mas também de habitação, educação e cultura. A própria atração de pessoas qualificadas com possibilidades de residência em espaço rural e estar em trabalho remoto surge como oportunidade de fixar um conjunto de competências pessoais e organizacionais que poderão acrescentar valor ao próprio território rural.

O papel das políticas públicas surge como fundamental na criação de programas, incentivos e promoção de interações entre diferentes atores, seja com empresas, pessoas ou municípios tendo em vista o desenvolvimento do território rural e o estabelecimento de um ecossistema social, económico e ambiental que permita através de processos de inovação gerar benefícios mútuos para os territórios rurais e urbanos.

É a partir do conjunto de temas em que a posição do grupo é menos clara ou indefinida, assim como dos comentários deixados pelo grupo (Anexo IV), que se parte para a

Novamente nesta segunda ronda de inquérito destacam-se como **indefinições** um conjunto de respostas com um $15\% \leq CV \leq 30\%$, assim como uma média aritmética entre os 3.5 e os 4.5, revelando uma posição mais neutral ou indefinida, como é possível observar na figura 4.5. Estas questões, descritas no Anexo III, com resultados da análise estatística apresentados no Anexo VII, são assim rejeitadas.

Interessa sim observar em maior detalhe o conjunto de questões que obtêm um $CV \leq 15\%$ e $CV > 30\%$ (Figura 4.6), sendo que estes resultados, indicando respetivamente um forte consenso ou divergência, encontrando-se na base das conclusões do trabalho.

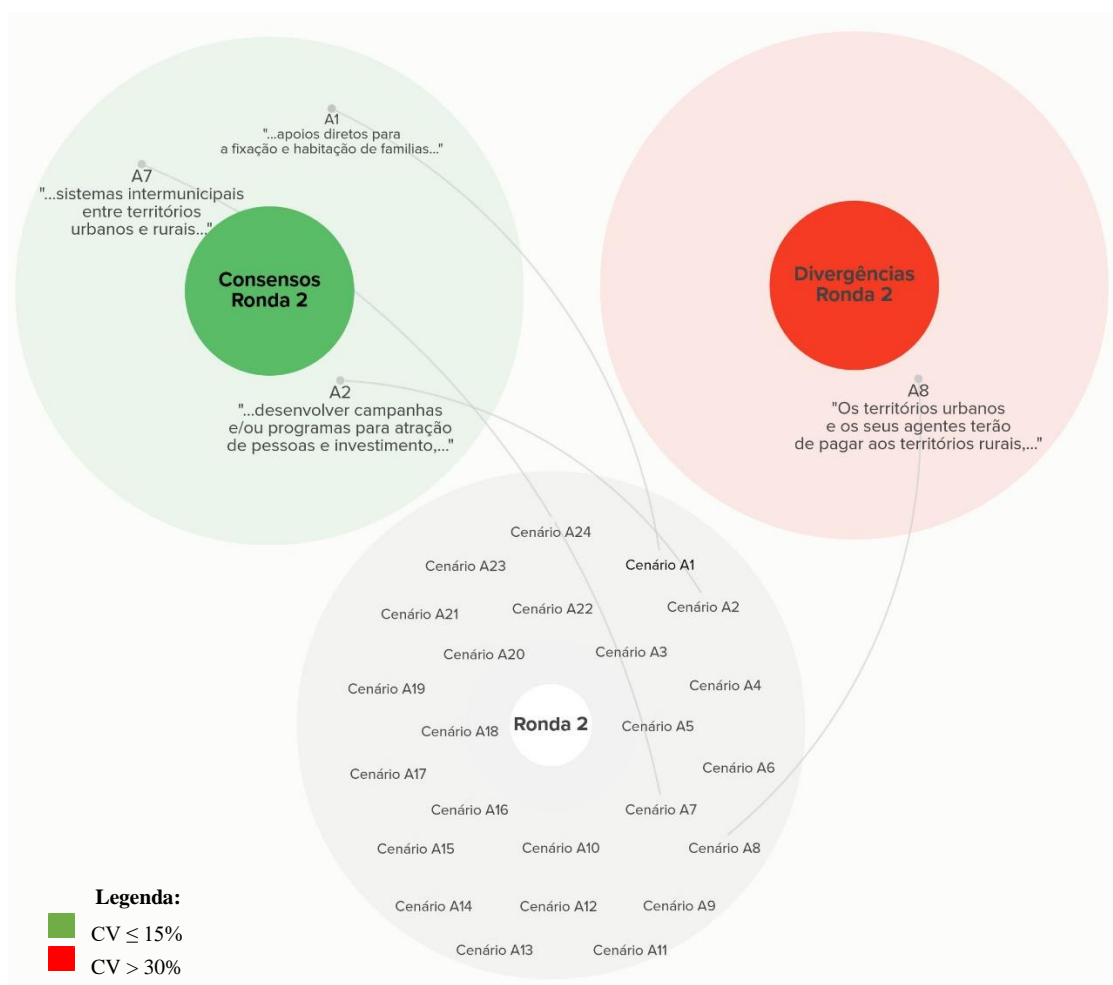


Figura 4.6 Consensos e divergências da segunda ronda de inquérito, para a totalidade dos 32 indivíduos que constituem o grupo de inquiridos.

Nesta segunda ronda encontra-se ao nível dos **consensos** ($CV \leq 15$) três dos cenários apresentados (A1, A2 e A7), nos quais se pode inserir um conjunto de temas da primeira ronda onde não foi clara a posição do painel.

No conjunto fica explícito que **devem existir políticas públicas com um foco em apoios diretos para a fixação e habitação de famílias com filhos menores**, complementadas por benefícios fiscais e garantias de acesso a saúde e educação (A1). Ao ser encontrado consenso neste cenário, questões da primeira ronda como, atração de famílias com filhos menores (Q.2.2), apoios financeiros diretos (Q.4.1), acesso a serviços de educação e saúde (Q.4.2 e Q.4.5) são clarificadas pelo grupo quando se apresenta e formula um cenário concreto que apresentamos na questão A1.

O grupo apresenta-se ainda consensual perante a **necessidade dos territórios rurais desenvolverem campanhas e/ou programas para atrair pessoas e investimentos** (A2), com base nos benefícios diferenciadores de bem-estar, qualidade de vida mais sustentável e proximidade com a natureza, estabelecendo parcerias estratégicas com agentes públicos e privados do meio urbano. Este cenário surge na segunda ronda de inquérito no seguimento de comentários deixados nomeadamente por i12 (comentários à Q1 , Q3), i13 (comentário à Q3) e i29 (comentário à Q5).

Surge ainda como consensual o cenário de **formação de sistemas intermunicipais entre territórios urbanos e rurais** (A7), com vista a uma gestão estratégica, exploração sustentável, economia circular e reequilíbrio na troca de benefícios entre territórios urbanos e rurais como fundamental, devendo envolver setor público e privado, como explorado no ponto 2.1.2 deste trabalho e sustentado na literatura (Crick, 2014). A consensualidade dentro desta cenários vem clarificar questões da primeira ronda como o sequestro de carbono (Q.10.1), estratégias e parcerias intermunicipais (Q.12.2) e investimento no setor florestal para compensação de emissões de carbono (Q.13.4).

Quanto ao nível de **divergências** ($CV \geq 30\%$) na segunda ronda de inquérito é rejeitado apenas um dos cenários apresentados (A8) pela totalidade do grupo. O cenário rejeitado afirma “**Os territórios urbanos e os seus agentes económicos terão de pagar aos territórios rurais, pelos serviços de ecossistema**, de regulação do clima, solo e água, como forma de financiamento, investimento e exploração desses mesmos serviços.” Este resultado parece estar em conflito com a resposta do grupo à questão 9 da primeira ronda de inquérito onde, de forma consensual, afirma os territórios rurais serem pagos pelos serviços de ecossistema prestados num modelo de pagamento misto (Q.9.3).

4.4. Análise comparativa de respostas entre grupos de atores

No conjunto das duas rondas de inquérito, interessa analisar conflitos entre o subgrupo urbano e o subgrupo rural. Esta análise comparativa é de particular importância para o conjunto de questões onde o painel não apresenta uma posição clara, como é demonstrado pelo coeficiente de variação ($15 \% \leq CV \leq 30 \%$). Por isso realiza-se esta análise comparativa com foco nas questões que são apresentadas na Figura 4.5.

Desenvolve-se assim uma análise comparativa das questões com coeficiente de variação $15 \% \leq CV \leq 30 \%$ e com posições diferentes entre o subgrupo urbano e rural.

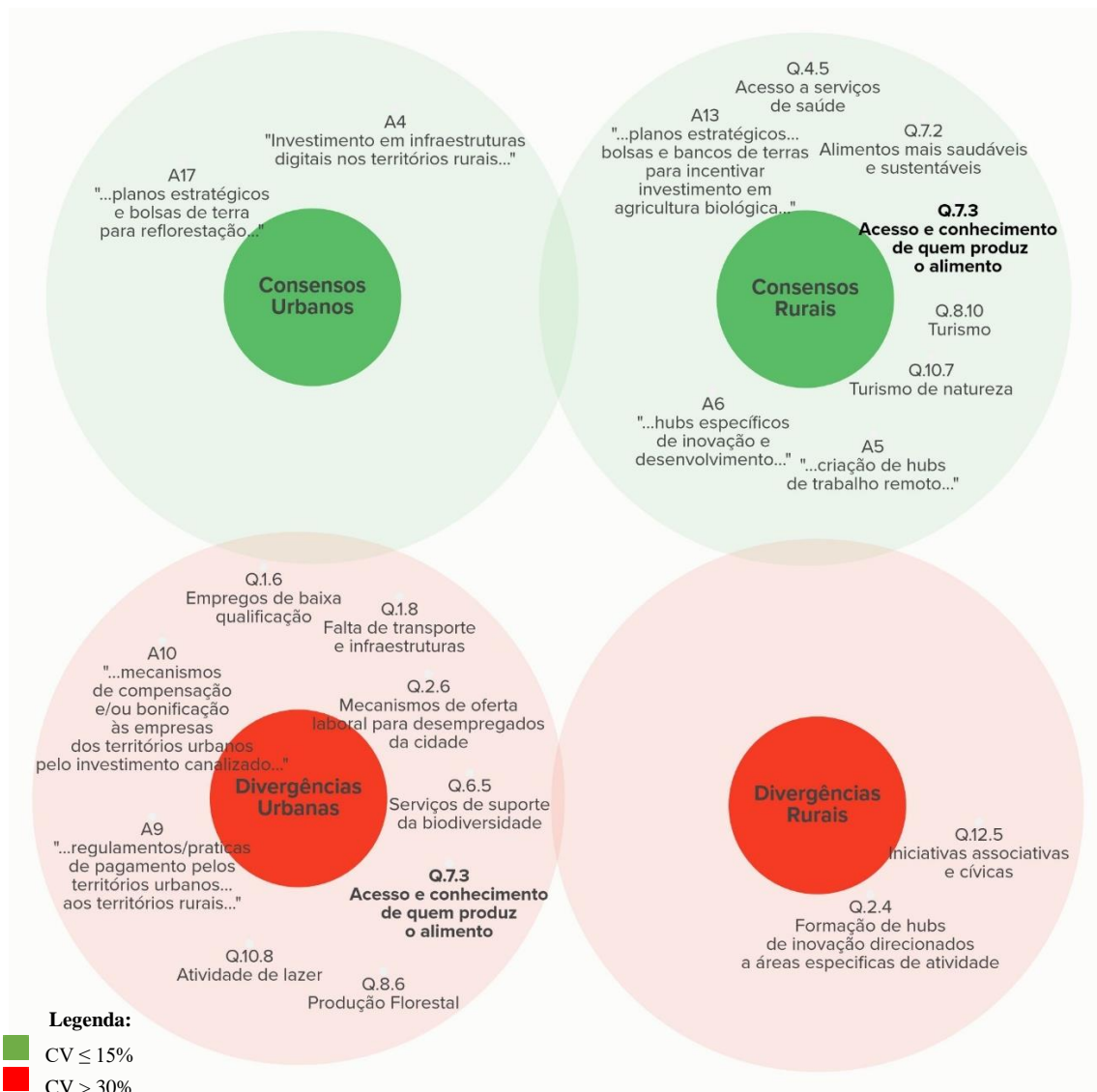


Figura 4.7 Diferenças nos consensos e divergências entre o subgrupo urbano e rural.

Como **consensos exclusivos ao subgrupo rural** ($CV \leq 15\%$), na primeira ronda de inquérito, observa-se a importância do **acesso a serviços de saúde** (Q.4.5), para a atração e fixação de população nos territórios rurais. Os **alimentos mais sustentáveis e saudáveis** (Q.7.2) são considerados pelo subgrupo rural como benefícios providenciados pelos territórios e/ou atividades rurais, assim como o **acesso e conhecimento de quem produz o alimento** (Q.7.3). É consensual ainda dentro do subgrupo rural que o **turismo** (Q.8.10) devem ser explorados/apoiados pela cidade (ou urbanos) nos territórios rurais. Por fim é consensual para o subgrupo rural que o **turismo de natureza** (Q.10.7) é uma compensação/benefício que reverte para os territórios urbanos pelas atividades e processos dos territórios rurais. Na segunda ronda, como consenso exclusivo ao subgrupo rural considera-se que as “**empresas sedeadas em território urbano terem benefícios em investir na criação de hubs de trabalho remoto** oferecendo aos seus colaboradores oportunidades de residência permanente ou temporária em territórios rurais, permitindo a estes usufruir dos benefícios, de bem-estar, de qualidade de vida, alimentação saudável e contacto com a natureza” (A5). É igualmente consensual para o subgrupo rural que “**a formação de hubs específicos de inovação e desenvolvimento** com participação e investimento direto do setor privado e apoio público, são fundamentais para o envolvimento de empresas nos territórios rurais” (A6). Por fim o subgrupo rural é consensual quanto aos territórios rurais desenvolverem **planos estratégicos e condições, promovendo bolsa e bancos de terras** para incentivar o investimento em agricultura biológica, regenerativa e sustentável (A13).

Por sua vez, existe um **consenso exclusivo ao subgrupo urbano**, quanto a **investimento em infraestruturas digitais nos territórios rurais**, como fundamentais para poder atrair e fixar investimento e pessoas, bem como dinamizar atividades promotoras da inovação económica e sustentabilidade (A4). Existe ainda consenso quanto aos municípios em territórios rurais desenvolverem **planos estratégicos e bolsas de terras para a reflorestação e investimento em gestão florestal sustentável para a fixação e compensação carbónica de emissões**, com origem nos territórios urbanos (A17).

Quanto a **divergências exclusivas ao subgrupo rural** ($CV \geq 30\%$) destaca-se a **formação de hubs de inovação direcionada a áreas específicas de atividade** (Q.2.4) com estratégia para a inversão da perda demográfica e dinamização económica nos territórios rurais e que **as iniciativas associativas e cívicas** (Q.12.5) sejam interessantes para as cidades apoiarem e valorizarem os territórios rurais.

Nas **divergências exclusivas ao subgrupo urbano** ($CV \geq 30\%$) são rejeitas ideias do **emprego de baixa qualificação** (Q.1.6) e da **falta de transporte e infraestruturas** (Q.1.8) serem processos que inviabilizem os territórios rurais. Como processo de inversão da perda demográfica e dinamização económica nos territórios rurais, é rejeitado a existência de **mecanismos de oferta laboral para desempregados na cidade** (Q.2.6). É rejeitado que **serviços de suporte da biodiversidade** (Q.6.5) sejam prestados pelos espaços e/ou atividades rurais, (pelo menos em exclusivo por estes espaços). Ao contrário do subgrupo rural o **acesso e conhecimento de quem produz o alimento** (Q.7.3) é rejeitado pelo subgrupo urbano, como sendo um benefício providenciado pelos territórios e/ou atividades rurais. Como oportunidades que possam ou devam ser exploradas/apoiadas pela cidade (ou urbanos) nos territórios rurais a **produção florestal** (Q.8.6) é rejeitada e **as atividades de lazer** (Q.10.8) não são consideradas como compensações/benefícios que revertem para os territórios urbanos pelas atividades e processos dos territórios rurais, pelo subgrupo urbano. Existe ainda **divergência exclusiva** ($CV \geq 30\%$) na segunda ronda **dentro do subgrupo urbano** e que conflituam com o subgrupo rural. Destaca-se a rejeição de ser necessária a **criação de um conjunto de modelos e regulamentos/práticas de pagamento pelos territórios urbanos** aos territórios rurais pelos serviços de ecossistemas prestados (A9) e a necessidade de **mecanismos de compensação e/ou bonificação às empresas em territórios urbanos** pelo investimento canalizado para territórios rurais na valorização e investimento em serviços de ecossistema (A10).

Numa análise de síntese ao exposto acima, apesar de posições de conflito, reconhecem-se oportunidades a serem exploradas dentro dos consensos, mesmo que parciais. O cenário de criação de planos estratégicos e bolsas de terra é consensual para o subgrupo rural para a agricultura sustentável (A6) e para a reflorestação (A17) pelo subgrupo urbano, podendo este plano estratégico abranger essas duas dimensões e encontrar um consenso mais alargado entre urbanos e rurais. Aliás o cenário apresentado em A6 apresenta um coeficiente de variação na totalidade do painel de 15,10%, muito próximo de atingir um consenso.

Do lado das divergências deve-se olhar com particular atenção para a rejeição de modelos e regulamentos/práticas de pagamentos pelos territórios urbanos aos territórios rurais pelos serviços de ecossistemas prestados (A9) contradizendo a resposta dada na primeira ronda de inquérito em Q.9.3 onde o painel é unanime ao afirmar que os territórios rurais

poderão ser pagos pelos serviços de ecossistema prestados através de um modelo de pagamento misto, entenda-se publico e privado. Destaca-se ainda, a posição antagónica dos subgrupos na questão Q.7.3.

4.5. Os grupos de inquiridos (ACP)

Concluída a análise temática na primeira e segunda ronda, explora-se a existência de padrões dentro do grupo de indivíduos pelo conjunto de características conhecidas, nomeadamente, idade, sexo, origem territorial e habilitações, através da análise de componentes principais.

Na **primeira ronda de inquérito** a ACP (Anexo VIII) os indivíduos são agrupados em 5 componentes. Na análise aos indivíduos compreende-se existir uma possível relação na forma como os indivíduos respondem ao inquérito da primeira ronda e com o seu nível de qualificação. Quer isto dizer que os indivíduos na primeira componente apresentam um nível de qualificação médio superior aos da segunda componente e assim sucessivamente. Para uma melhor visualização (Figura 4.6) classificou-se os níveis de habilitações de 1 a 10 e calculou-se a média aritmética das habilitações (Anexo X) para cada componente a partir da qual se constrói a Figura 4.6 permitindo visualizar que a média de habilitações decaiu.

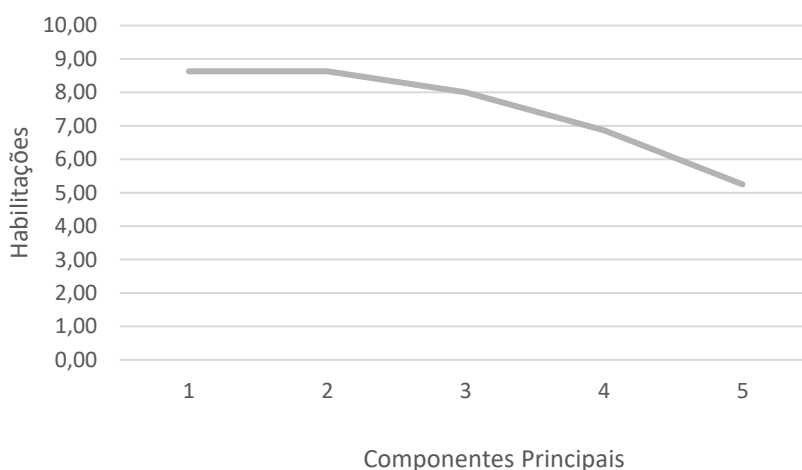


Figura 4.8 Valor médio de habilitações por componente na primeira ronda de inquérito para a totalidade dos 32 indivíduos que constituem o grupo de inquiridos.

Com uma análise mais atenta a cada uma das componentes no Anexo VIII observa-se ainda que o número de indivíduos do painel urbano vai diminuindo da primeira para a quinta componente, ao contrário do número de indivíduos do painel rural que aumenta revelando também a diferença do nível de habilitações existente entre urbanos e rurais.

Na **segunda ronda de inquérito** a ACP (Anexo IX) os indivíduos são agrupados em 3 componentes sendo a conclusão idêntica à da primeira ronda de inquérito. A separação em 3 componentes indica uma aproximação das posições relativamente às posições da primeira ronda, mas igualmente como na ACP da primeira ronda os indivíduos na primeira componente apresentam qualificações médias superiores aos da segunda componente e assim sucessivamente. Seguindo o mesmo procedimento calculou-se a média aritmética de habilitações para cada componente (Anexo XI), permitindo visualizar esse padrão (Figura 4.7).

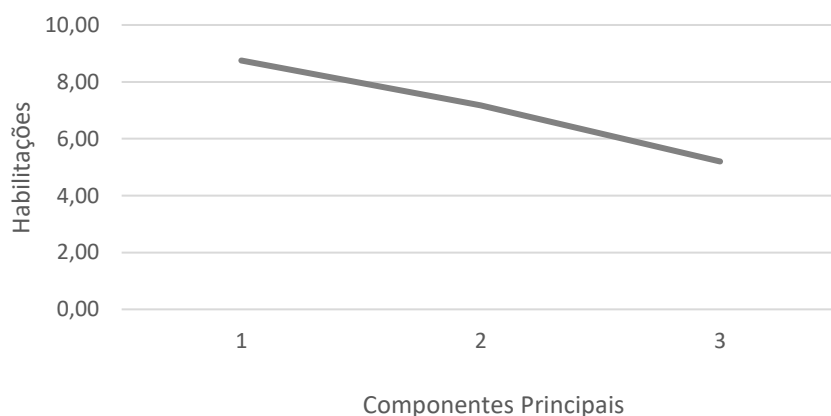


Figura 4.9 Valor médio de habilitações por componente na segunda ronda de inquérito para a totalidade dos 32 indivíduos que constituem o grupo de inquiridos.

Conclui-se assim pela ACP nas duas rondas de inquérito que o grau de habilitações se relaciona com a forma que o grupo olha e opina sobre as questões que foram apresentadas. Este padrão diz que a aproximação dos níveis de qualificação entre a população urbana e rural poderá facilitar entendimentos e consensos.

Por outro lado, não são observados padrões dentro das componentes relacionadas com o género, origem territorial ou idade, devendo destacar-se o fato da origem territorial dos indivíduos não constituir um fator importante nas perceções e forma de resposta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade e habitabilidade dos locais depende da interação das diversas escalas hierárquicas e unidades funcionais de decisão-ação em particular entre espaços rurais e urbanos. Ao longo deste trabalho de investigação explora-se um conjunto alargado de possibilidades e relações urbano-rurais com o objetivo de encontrar disponibilidades para ações concretas, com participação e contributo direto dos territórios urbanos para o desenvolvimento dos territórios rurais. Neste trabalho reconhece-se ainda a importância dos SE como uma base importante de atividades económicas, geradoras de produtos e serviços, que importa preservar e valorizar, mas também explorar respondendo a necessidades concretas das populações urbanas e rurais. Aliás é na base dos SE que encontramos diversas oportunidades de inovação e desenvolvimento sustentável em espaços rurais apoiados pela capacidade e dinâmicas dos espaços e atores urbanos.

Ao longo da revisão bibliográfica revelam-se oportunidade e necessidades, quer de resposta para a viabilização de territórios rurais, quer de resposta a necessidades da sociedade. Objetivamente esta necessidade refere uma nova oportunidade de encontrar novos modelos e processos que através da inovação permita revitalizar os territórios rurais. Apresenta-se ainda um conjunto de exemplos e iniciativas que decorrem já em territórios rurais em diferentes setores, demonstrativas de uma nova agenda política e iniciativas urbanas nos territórios rurais. No conjunto dessas iniciativas consegue-se perceber a criação de comunidades que procuram dinamizar economicamente o território e contribuem para a fixação das pessoas no território onde essas iniciativas se desenvolvem, normalmente atraindo pessoas das cidades.

A metodologia utilizada facilitou a auscultação ao grupo, não exigindo mobilidade física das pessoas, garantindo anonimato entre indivíduos e uma mínima interação do investigador. Este método possibilita assim manter a integridade das opiniões de cada indivíduo não sendo influenciado, nem inibido pelas opiniões do investigador (ou outros). Este é também um método ágil, na sua execução, por não exigir deslocações. Do lado das desvantagens, houve dificuldade em obter todas as respostas do grupo fazendo com que o período de auscultação se tenha alongado durante várias semanas até reunir todas as respostas.

A realização de sessões com grupos focais, poderá permitir uma exploração prévia e qualitativa dos temas, auxiliando a construção de inquéritos e permitindo um

envolvimento mais alargado das populações rurais e urbanas. Poder-se-á assim reservar para um grupo de inquiridos especialista em áreas nas áreas da inovação rural, serviços de ecossistema, território, marketing agroalimentar, entre outros, rondas de inquérito melhor desenhadas.

Como resultados, após as duas rondas de inquérito, destacam-se três ideias principais:

1. **A perda populacional** apresenta-se como o fator mais determinante para a viabilidade dos territórios rurais exigindo uma resposta das políticas públicas para, não só reter população, mas também atrair população para os territórios rurais.
2. **O bem-estar, qualidade de vida e contacto com a natureza** constituem pontos fortes de atração dos territórios rurais, podendo os territórios rurais desenvolver campanhas e/ou programas de atração de pessoas e investimento com base numa oferta diferenciadora.
3. **A agricultura biológica, a sustentabilidade e a conservação da natureza** – apresentam-se como oportunidades que devem ser promovidas e exploradas, contando com o apoio expresso do grupo de indivíduos para a sua dinamização.

Olhando para a disponibilidade e motivação dentro de cada um dos subgrupos (urbano e rural), encontram-se ainda aspetos que merecem atenção:

1. **No painel urbano** – a valorização das infraestruturas digitais e o investimento florestal para sequestro de carbono reúne consenso e são valorizados.
2. **No painel rural** – a disponibilidade e valorização da relação entre produtores e consumidores, assim como a criação de hubs de investigação e bolsas de terras para uma agricultura sustentável.

No sentido da concretização dessas oportunidades o grupo considera fundamental existir um conjunto de políticas complementadas com benefícios fiscais, apoios diretos a pessoas, famílias, a empresas e garantias de acesso a serviços de saúde e educação. Neste trabalho de investigação encontramos por fim um conjunto alargado de questões para as quais o painel manteve uma posição mais neutral ou indefinida ($15\% < CV < 30\%$). Este facto poderia ter sido eventualmente reduzido pela realização de grupos focais com exploração prévia dos temas e questões, como sugerimos acima, ou através da realização de uma terceira ronda de inquérito, permitindo ao grupo rever a sua posição ou apresentar novas propostas ao grupo. Destaca-se ainda o facto de os indivíduos urbanos

desvalorizarem a relação com a produção e produtores agrícolas, indicando uma menor valorização da população urbana dos serviços de aprovisionamento alimentar.

Para efetiva dinamização social e económica das áreas rurais importa além das infraestruturas e reforço das tecnologias, mesmo digitais, a aposta no envolvimento de atores urbanos com as entidades/atores locais na discussão, formulação e implementação de projetos de desenvolvimento rural. Para tal, importa aproximar os atores, identificar oportunidades e modelos de desenvolvimento dos trabalhos (mesmo de promotores, financiamento e viabilidade). Esta aposta poderá incluir a dinamização da produção agroflorestal e agroindustrial, em particular em modos de produção biológicos, bem como a aposta em economias de serviços associados a eventos, visitação e turismo.

Uma ideia chave - Neste trabalho surge, uma ideia chave e consensual, o cenário de *“formação de sistemas intermunicipais urbano-rurais com vista a uma gestão estratégica e exploração sustentável dos serviç os de ecossistema, numa lógica de desenvolvimento sustentável, economia circular e reequilíbrio na troca de benefícios entre territórios urbano e rurais”*, sendo um dos consensos mais estratégicos e de relevância política a desenvolver.

A constituição de sistemas intermunicipais urbano-rurais pode ser em si um catalisador dos processos de inovação nas relações urbano-rurais, atribuindo peso político, económico e social na gestão territorial e para um desenvolvimento sustentável.

Com base nos resultados obtidos e **considerando as características de Melgaço** nota-se existir no Concelho uma limitação quanto ao desenvolvimento do seu setor agrícola. Estando 85% do território classificado como de aptidão não agrícola e estando a parcela de território apta para a agricultura bastante ocupada, sobretudo pela produção de vinho verde, o desenvolvimento deste setor deverá acontecer pelo aumento da qualidade e valor dos seus produtos e não pela expansão da produção. No setor agrícola, o Concelho de Melgaço, tendo um reconhecido prestígio na produção de vinho verde da casta alvarinho, poderá explorar oportunidades de inovação e valorização da sua marca como território. A aposta na agricultura biológica, o desenvolvimento de relações de proximidade e de economia circular com os territórios mais urbanos, pode constituir uma oportunidade no acréscimo de valor e na promoção dos produtos da região.

Já o setor florestal aparece como praticamente inexistente. Destaca-se que dos 85% do território sem aptidão agrícola, mais de 60% tem aptidão para a exploração florestal. Na

realização deste trabalho procurou-se encontrar representação do setor florestal não tendo sido possível incluir qualquer indivíduo ligado ao setor no Concelho. Olhando as características do território, sendo maioritariamente de montanha e pré-montanha o setor florestal constitui uma oportunidade de desenvolvimento para o Concelho, podendo associar a produção florestal sustentável à produção de cogumelos silvestres, atividades pastorícias, entre outras, com grande potencial de ligação ao turismo de natureza e gastronomia. Este setor florestal aliás, poderá permitir o surgimento de toda uma fileira de atividade económica, desde o setor primário ao terciário, desde produção de madeira, ao sequestro de carbono, e envolvendo empresas na área da produção, transformação e serviços. É de particular interesse a recente regulação do governo português do mercado voluntário de carbono abrindo novas oportunidades a investimento no setor florestal.

Concluído este trabalho **recomenda-se uma continuidade no diálogo urbano-rural** que este trabalho de investigação procura iniciar através da sua metodologia de auscultação a um grupo constituído por indivíduos urbanos e rurais aprofundando estudo e investigação sobre as perceções e capacidade para a valorização e exploração dos serviços de ecossistema em espaços rurais, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento sustentável e viabilidade social e económica.

A **aposta na sustentabilidade** é fundamental e absolutamente consensual, mas a necessidade de **políticas e incentivos para a atração de uma nova população** para os territórios urbanos é determinante para que exista capacidade humana de intervenção e para a viabilização dos territórios rurais.

Os territórios rurais deverão procurar junto dos territórios urbanos desenvolver sinergias para o seu desenvolvimento, enquanto os territórios urbanos deverão olhar de forma mais estratégica para os territórios rurais, como extensões naturais das suas políticas de desenvolvimento sustentável, assim como garantia de acesso a recursos e serviços de ecossistema para o seu funcionamento.

Será por isso importante encontrar uma continuidade para este trabalho, assim como a oportunidade de introduzir melhorias metodológicas, assim como no objeto de estudo.

Por fim, resume-se para este trabalho de investigação a um conjunto de **melhorias a nível metodológico** em três pontos e que constituem ponto de partida para a continuidade do trabalho:

- (1) Desenvolvimento de um modelo conceptual (Figura 5.1)

- (2) Realização de sessões com grupos focais para um envolvimento mais alargado de comunidades rurais e urbanas e de diferentes setores de atividade económica (pública e privada).
- (3) Um grupo de peritos especialista, na área social, económica, ambiental, territorial, de inovação, marketing entre outras, para ser auscultado posterior à realização de grupos focais.

Apresenta-se assim como proposta para a continuidade deste trabalho um modelo conceptual, enquadrando melhor o âmbito do estudo, os temas e processos a serem investigados (Figura 5.1.).

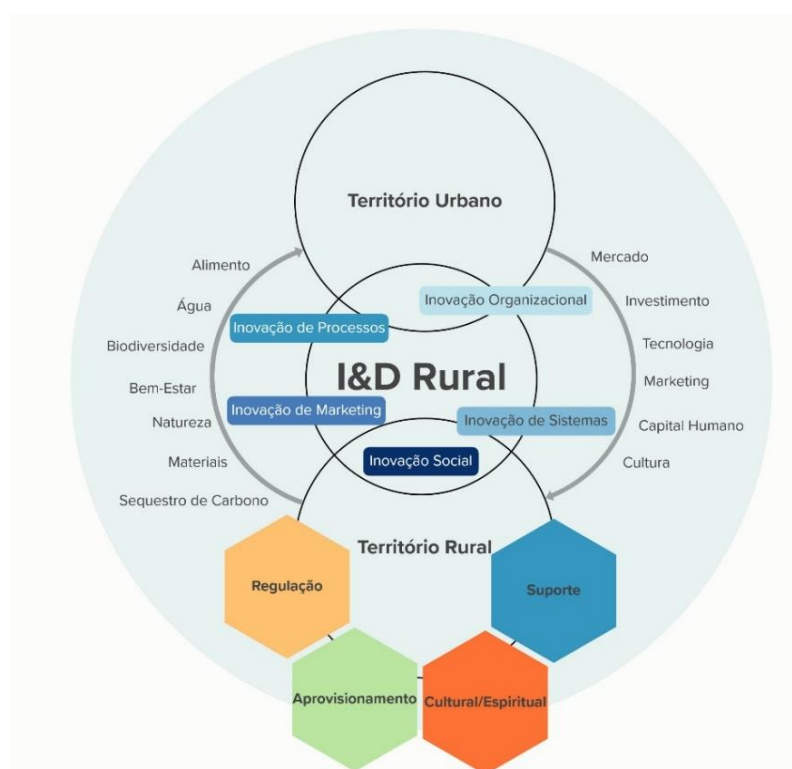


Figura 5.1 Proposta conceptual para projeto de investigação na área da cooperação urbano-rural inovação e desenvolvimento sustentável.

Ao propor-se este modelo levanta-se a questão que parece ser pertinente responder no futuro:

“Como criar e desenvolver espaços de cooperação urbano-rural para o desenvolvimento, inovação e sustentabilidade?”

Na relação urbano-rural a urbe não poderá manter uma posição distante e indiferente aos processos socioeconómicos dos territórios rurais, sob risco de ficar privada dos próprios produtos e serviços que necessita. Já os territórios rurais, necessitam de se abrir à

inovação, permitindo através de incursões urbanas que novos modelos e processos sejam desenvolvidos e aumentem o acesso a tecnologia, mercados, fixação de novas pessoas e investimentos que revitalizem os territórios rurais.

Tudo isto implica abertura à inovação e transformação, obrigando a um diálogo entre territórios que este trabalho abre e propõe dar continuidade.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, M., 2018. Fighting depopulation in Portugal: Local and central government policies in times of crisis. *Portuguese Journal of Social Science* 17, 289–309. https://doi.org/10.1386/pjss.17.3.289_1
- Antonov, E.V., 2020. Territorial Concentration of the Economy and Population in European Union Countries and Russia and the Role of Global Cities. *Reg. Res. Russ.* 10, 360–372. <https://doi.org/10.1134/S2079970520030028>
- APA, 2022. Relatório Anual: Resíduos Urbanos 2021.
- Battino, S., Lampreu, S., 2019. The Role of the Sharing Economy for a Sustainable and Innovative Development of Rural Areas: A Case Study in Sardinia (Italy). *Sustainability* 11, 3004. <https://doi.org/10.3390/su11113004>
- Bernués, A., Rodríguez-Ortega, T., Ripoll-Bosch, R., Alfnes, F., 2014. Socio-Cultural and Economic Valuation of Ecosystem Services Provided by Mediterranean Mountain Agroecosystems. *PLoS ONE* 9, e102479. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0102479>
- Bogataj, D., Bolarin, F.C., Kavšek, M., Rogelj, V., 2020. Smart Silver Villages as part of Social Infrastructure for Older Adults in Rural Areas. *IFAC-PapersOnLine*, 21st IFAC World Congress 53, 16914–16919. <https://doi.org/10.1016/j.ifacol.2020.12.1233>
- Bosworth, G., Venhorst, V., 2018. Economic linkages between urban and rural regions – what’s in it for the rural? *Regional Studies* 52, 1075–1085. <https://doi.org/10.1080/00343404.2017.1339868>
- Brown, K., Corbera, E., 2003. Exploring equity and sustainable development in the new carbon economy. *Climate Policy* 3, S41–S56. <https://doi.org/10.1016/j.clipol.2003.10.004>
- Bruno, D., Sorando, R., Álvarez-Farizo, B., Castellano, C., Céspedes, V., Gallardo, B., Jiménez, J.J., López, M.V., López-Flores, R., Moret-Fernández, D., Navarro, E., Picazo, F., Sevilla-Callejo, M., Tormo, J., Vidal-Macua, J.J., Nicolau, J.M., Comín, F.A., 2021. Depopulation impacts on ecosystem services in Mediterranean rural areas. *Ecosystem Services* 52, 101369. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2021.101369>
- CIC Portugal, 2020. Deliberação de territórios de baixa densidade [WWW Document]. URL https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/noticias/deliberacao_cic_baixadensidade_20150326.pdf (accessed 12.2.22).
- Common agricultural policy [WWW Document], 2023. URL https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy_en (accessed 4.29.23).
- Constanza, R., d’Arge, R., Groot, R. de, Farber, S., Grasso, M., Bruce Hannon, Karin Limburg, Shahid Naeem, Robert V. O’Neill, Jose Paruelo, Robert G. Raskin, Paul Sutton, Marjan van den Belt, 1997. The value of the world’s ecosystem

- services and natural capital | Nature [WWW Document]. URL <https://www.nature.com/articles/387253a0> (accessed 2.9.23).
- Costa, S., Madureira, L., Marques, C., 2009. Innovation in rural areas and impact on job creation: evidence from EU and Portugal [WWW Document]. URL <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2020/274A.pdf> (accessed 1.21.23).
- Crick, H.L., Florence, 2014. Beyond urban-rural boundaries: Encouraging inter-municipal collaboration for climate change adaptation in KwaZulu-Natal, South Africa, in: *Planning Across Borders in a Climate of Change*. Routledge.
- Dajani, J.S., Sincoff, M.Z., Talley, W.K., 1979a. Stability and agreement criteria for the termination of Delphi studies. *Technological Forecasting and Social Change* 13, 83–90. [https://doi.org/10.1016/0040-1625\(79\)90007-6](https://doi.org/10.1016/0040-1625(79)90007-6)
- Dajani, J.S., Sincoff, M.Z., Talley, W.K., 1979b. Stability and agreement criteria for the termination of Delphi studies. *Technological Forecasting and Social Change* 13, 83–90. [https://doi.org/10.1016/0040-1625\(79\)90007-6](https://doi.org/10.1016/0040-1625(79)90007-6)
- Di Virgilio, G., Evans, J.P., Blake, S.A.P., Armstrong, M., Dowdy, A.J., Sharples, J., McRae, R., 2019. Climate Change Increases the Potential for Extreme Wildfires. *Geophysical Research Letters* 46, 8517–8526. <https://doi.org/10.1029/2019GL083699>
- Dubiński, J., 2013. Sustainable Development of Mining Mineral Resources. *Journal of Sustainable Mining* 12, 1–6. <https://doi.org/10.7424/jsm130102>
- Duque, E., Calheiros, A., 2012. A Contra-urbanização. *paisagem e humanidade*.
- Duru, M., Therond, O., Martin, G., Martin-Clouaire, R., Magne, M.-A., Justes, E., Journet, E.-P., Aubertot, J.-N., Savary, S., Bergez, J.-E., Sarthou, J.P., 2015. How to implement biodiversity-based agriculture to enhance ecosystem services: a review. *Agron. Sustain. Dev.* 35, 1259–1281. <https://doi.org/10.1007/s13593-015-0306-1>
- Dyrting, S., Taylor, A., Shalley, F., 2020. A life-stage approach for understanding population retention in sparsely populated areas. *Journal of Rural Studies* 80, 439–451. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.10.021>
- EU, 2023. Rural areas in numbers [WWW Document]. EU rural areas in numbers. URL https://rural-vision.europa.eu/maps-data/rural-areas-numbers_en (accessed 5.6.23).
- Faragò, M., Benini, L., Sala, S., Secchi, M., Laurent, A., 2019. National inventories of land occupation and transformation flows in the world for land use impact assessment. *Int J Life Cycle Assess* 24, 1333–1347. <https://doi.org/10.1007/s11367-018-01581-8>
- Farm to Fork Strategy [WWW Document], 2023. URL https://food.ec.europa.eu/horizontal-topics/farm-fork-strategy_en (accessed 4.29.23).
- Fernandes, G.P., 2019. Rural depopulation, social resilience and context costs in the border municipalities of central Portugal. *Dichotomies of social reorganization*

- vs absence of public policies. *Economía Agraria y Recursos Naturales - Agricultural and Resource Economics* 19, 121–149.
<https://doi.org/10.7201/earn.2019.01.07>
- Ferreiro, M. de F., Sousa, C., Sheikh, F.A., Novikova, M., 2021. Social innovation and rural territories: Exploring invisible contexts and actors in Portugal and India. *Journal of Rural Studies*. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.04.013>
- Foronda-Robles, C., Galindo-Pérez-de-Azpillaga, L., 2021. Territorial intelligence in rural areas: The digitization of non-profit associations through social media. *Technology in Society* 64, 101459.
<https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2020.101459>
- Gaspar, R., Blohm, A., Ruth, M., 2011. Social and economic impacts of climate change on the urban environment. *Current Opinion in Environmental Sustainability* 3, 150–157. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2010.12.009>
- Gebre, T., Gebremedhin, B., 2019. The mutual benefits of promoting rural-urban interdependence through linked ecosystem services. *Global Ecology and Conservation* 20, e00707. <https://doi.org/10.1016/j.gecco.2019.e00707>
- Haas, P.M., Keohane, R.O., Levy, M.A., Keohane, J.B.D.P. of P.S.R.O., Gasser, L., 1993. *Institutions for the Earth: Sources of Effective International Environmental Protection*. MIT Press.
- Hedefalk, M., Almqvist, J., Östman, L., 2015. Education for sustainable development in early childhood education: a review of the research literature. *Environmental Education Research* 21, 975–990.
<https://doi.org/10.1080/13504622.2014.971716>
- Henrique Miguel Pereira, Tiago Domingos, Luís Vicente, Vânia Proença, 2009. *Ecosistemas e Bem-Estar Humano .. Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*.
- Honrado, J., Alonso, J.M., Paredes, C., Leitão, B., Martins, I., Santos, S., Guerra, C., Costa, C., 2012. A agro-ecologia e a conservação da biodiversidade em paisagens rurais de elevado valor natural no concelho de Melgaço.
- Howard, E., 1965. *Garden Cities of To-Morrow*. MIT Press.
- INE, 2023. Portal do INE [WWW Document]. URL
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE (accessed 2.19.23).
- INE, 2021. Censos 2021 [WWW Document]. URL
https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt (accessed 12.9.22).
- IPCC, 2019. *Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems* [P.R. Shukla, J. Skea, E. Calvo Buendia, V. Masson-Delmotte, H.-O. Pörtner, D. C. Roberts, P. Zhai, R. Slade, S. Connors, R. van Diemen, M. Ferrat, E. Haughey, S. Luz, S. Neogi, M. Pathak, J. Petzold, J. Portugal Pereira, P. Vyas, E. Huntley, K. Kissick, M.

- Belkacemi, J. Malley, (eds.]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA 896. <https://doi.org/10.1017/9781009157988>
- IPVC-NUTRIR, 2021. IPVC-NUTRIR [WWW Document]. Instituto Politécnico de Viana do Castelo. URL <https://www.ipvc.pt/nutrir-oficialmente-apresentado/> (accessed 2.2.23).
- Kafkalas, G., 2002. Intelligent Territorial Governance.
- Kaiho, K., 2022. Extinction magnitude of animals in the near future. *Sci Rep* 12, 19593. <https://doi.org/10.1038/s41598-022-23369-5>
- Kapsalis, V.C., Kyriakopoulos, G.L., Aravossis, K.G., 2019. Investigation of Ecosystem Services and Circular Economy Interactions under an Inter-organizational Framework. *Energies* 12, 1734. <https://doi.org/10.3390/en12091734>
- Lal, P., Alavalapati, J.R.R., Mercer, E.D., 2011. Socio-economic impacts of climate change on rural United States. *Mitig Adapt Strateg Glob Change* 16, 819. <https://doi.org/10.1007/s11027-011-9295-9>
- Leitão, B., 2015. Avaliação económica e espacial de serviços de ecossistema: O caso do Alto-Minho.
- Lopes, L.F., Fernandes, P.M., Rego, F.C., Acácio, V., 2022. Public funding constrains effective postfire emergency restoration in Portugal. *Restoration Ecology* n/a, e13769. <https://doi.org/10.1111/rec.13769>
- Lopes, R., Mota, B., 2021. Innovative Local Policies in Portuguese Low-Density Rural Areas. *European Countryside* 13, 388–409. <https://doi.org/10.2478/euco-2021-0024>
- Lynn, K., 2003. Wildfire and rural poverty: disastrous connections.
- Mace, G.M., Norris, K., Fitter, A.H., 2012. Biodiversity and ecosystem services: a multilayered relationship. *Trends in Ecology & Evolution* 27, 19–26. <https://doi.org/10.1016/j.tree.2011.08.006>
- Madill, A., 2011. Interaction in the Semi-Structured Interview: A Comparative Analysis of the Use of and Response to Indirect Complaints. *Qualitative Research in Psychology* 8, 333–353. <https://doi.org/10.1080/14780880903521633>
- Maller, C., Townsend, M., Pryor, A., Brown, P., St Leger, L., 2006. Healthy nature healthy people: ‘contact with nature’ as an upstream health promotion intervention for populations. *Health Promotion International* 21, 45–54. <https://doi.org/10.1093/heapro/dai032>
- Marques, S., Borges, J.G., Garcia-Gonzalo, J., Moreira, F., Carreiras, J.M.B., Oliveira, M.M., Cantarinha, A., Botequim, B., Pereira, J.M.C., 2011. Characterization of wildfires in Portugal. *Eur J Forest Res* 130, 775–784. <https://doi.org/10.1007/s10342-010-0470-4>
- Marshall, C., 2017. Montessori education: a review of the evidence base. *npj Science Learn* 2, 1–9. <https://doi.org/10.1038/s41539-017-0012-7>
- Martínez-Alier, J., 2003. *The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation*. Edward Elgar Publishing.

- Mcdonald, H., Freluh-Larsen, A., Lóránt, A., Duin, L., Andersen, S.P., Costa, G., Bradley, H., 2021. Carbon Farming: Making agriculture fit for 2030.
- Molina, J.R., González-Cabán, A., Rodríguez y Silva, F., 2019. Wildfires impact on the economic susceptibility of recreation activities: Application in a Mediterranean protected area. *Journal of Environmental Management* 245, 454–463. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2019.05.131>
- Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E., Gonzalez, S., 2005. Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. *Urban Studies* 42. <https://doi.org/10.1080/00420980500279893>
- Naeem, S., Bunker, D.E., Hector, A., Loreau, M., Perrings, C., 2009. Biodiversity, Ecosystem Functioning, and Human Wellbeing: An Ecological and Economic Perspective. Oxford University Press.
- Nunes, L.J.R., Meireles, C.I.R., Pinto Gomes, C.J., Almeida Ribeiro, N.M.C., 2019. Historical Development of the Portuguese Forest: The Introduction of Invasive Species. *Forests* 10, 974. <https://doi.org/10.3390/f10110974>
- O Pacto Ecológico Europeu [WWW Document], 2021. URL https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt (accessed 4.29.23).
- O'Brien, L., 2009. Learning outdoors: the Forest School approach. *Education 3-13* 37, 45–60. <https://doi.org/10.1080/03004270802291798>
- OECD, 2019. Global Material Resources Outlook to 2060: Economic Drivers and Environmental Consequences. OECD. <https://doi.org/10.1787/9789264307452-en>
- Oliveira, S., Zêzere, J.L., 2020. Assessing the biophysical and social drivers of burned area distribution at the local scale. *Journal of Environmental Management* 264, 110449. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2020.110449>
- Osterwalder, A., Pigneur, Y., 2013. Business Model Generation: A Handbook for Visionaries, Game Changers, and Challengers. John Wiley & Sons.
- Padmavathy, K., Poyyamoli, G., 2011. Alternative Farming Techniques for Sustainable Food Production, in: Lichtfouse, E. (Ed.), Genetics, Biofuels and Local Farming Systems, Sustainable Agriculture Reviews. Springer Netherlands, Dordrecht, pp. 367–424. https://doi.org/10.1007/978-94-007-1521-9_13
- Pato, L., 2020. Entrepreneurship and Innovation Towards Rural Development Evidence from a Peripheral Area in Portugal. *European Countryside* 12, 209–220. <https://doi.org/10.2478/euco-2020-0012>
- Pedder, D., 2006. Are small classes better? Understanding relationships between class size, classroom processes and pupils' learning. *Oxford Review of Education* 32, 213–234. <https://doi.org/10.1080/03054980600645396>
- Pereira, M.G., Calado, T.J., DaCamara, C.C., Calheiros, T., 2013. Effects of regional climate change on rural fires in Portugal. *Climate Research* 57, 187–200. <https://doi.org/10.3354/cr01176>

- Perpiñá Castillo, C., Barranco, R., Kavalov, B., Jacobs-Crisioni, C., Silva, F., Baranzelli, C., Lavalle, C., Diogo, V., 2019. Territorial Facts and Trends in the EU Rural Areas within 2015-2030.
- Pettorelli, N., Graham, N.A.J., Seddon, N., Maria da Cunha Bustamante, M., Lowton, M.J., Sutherland, W.J., Koldewey, H.J., Prentice, H.C., Barlow, J., 2021. Time to integrate global climate change and biodiversity science-policy agendas. *Journal of Applied Ecology* 58, 2384–2393. <https://doi.org/10.1111/1365-2664.13985>
- Pinilla, V., Sáez, L.A., 2021. What Do Public Policies Teach us About Rural Depopulation: The Case Study of Spain. *European Countryside* 13, 330–351. <https://doi.org/10.2478/euco-2021-0021>
- Pizzoli, E., Gong, X., 2007. How to Best Classify Rural and Urban?
- Plotnikova, M., 2014. Innovative character of rural territories social potential realization. *Management Theory and Studies for Rural Business and Infrastructure Development* 36, 946–958. <https://doi.org/10.15544/mts.2014.089>
- PORDATA, 2023. Pordata Estatística sobre Portugal e Europa [WWW Document]. PORDATA. URL <https://www.pordata.pt/#AnchorMainHighlights> (accessed 1.19.23).
- Praveen, B., Sharma, P., 2019. A review of literature on climate change and its impacts on agriculture productivity. *Journal of Public Affairs* 19, e1960. <https://doi.org/10.1002/pa.1960>
- Raworth, K., 2018. Doughnut Economics: Seven ways to think a 21st-Century economist.
- Reginster, I., Rounsevell, M., 2004. Scenarios of future urban land use in Europe.
- Reid, W.V., Mooney, H.A., Cropper, A., Capistrano, D., Carpenter, S.R., Chopra, K., Dasgupta, P., Dietz, T., Duraiappah, A.K., Hassan, R., Kaspersen, R., Leemans, R., May, R.M., McMichael, A.J., Pingali, P., Samper, C., Scholes, R., Watson, R.T., Zakri, A.H., Shidong, Z., Ash, N.J., Bennett, E., Kumar, P., Lee, M.J., Raudsepp-Hearne, C., Simons, H., Thonell, J., Zurek, M.B., 2005. *Ecosystems and human well-being - Synthesis: A Report of the Millennium Ecosystem Assessment*. Island Press, Washington D.C.
- Ribeiro, A.S., 2022. *Young People and Wildfire Disasters: A capability for Safety?* Rowman & Littlefield.
- Ries, E., 2011. *The Lean Startup: How Today's Entrepreneurs Use Continuous Innovation to Create Radically Successful Businesses*. Crown.
- Rivza, B., Kruzmetra, M., 2017. Through economic growth to the viability of rural space. *JESI* 5, 283–296. [https://doi.org/10.9770/jesi.2017.5.2\(9\)](https://doi.org/10.9770/jesi.2017.5.2(9))
- Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin, F.S.I., Lambin, E., Lenton, T., Scheffer, M., Folke, C., Schellnhuber, H.J., Nykvist, B., de Wit, C., Hughes, T., van der Leeuw, S., Rodhe, H., Sörlin, S., Snyder, P., Costanza, R., Svedin, U., Falkenmark, M., Karlberg, L., Corell, R., Fabry, V., Hansen, J., Walker, B., Liverman, D., Richardson, K., Crutzen, P., Foley, J., 2009. Planetary

- Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. *Ecology and Society* 14. <https://doi.org/10.5751/ES-03180-140232>
- Rosario, P.-M., Carolina, P.-R., Montserrat, N.-C., Elena, M.-M., 2021. Determinant factors of individuals' decision to emigrate in rural Spain: The role of ICT-based public policies [WWW Document]. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2021.101777>
- Rudge, L.T., 2008. *Holistic Education: An Analysis of its Pedagogical Application*. The Ohio State University.
- Santana, P., 2015. *A Geografia da Saúde da População. Evolução nos últimos 20 anos em Portugal Continental*. Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). <https://doi.org/10.17127/cegot/2015.GS>
- Schafft, K.A., 2016. Rural Education As Rural Development: Understanding the Rural School–Community Well-Being Linkage in a 21st-Century Policy Context. *Peabody Journal of Education* 91, 137–154. <https://doi.org/10.1080/0161956X.2016.1151734>
- Seto, K.C., Golden, J.S., Alberti, M., Turner, B.L., 2017. Sustainability in an urbanizing planet. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114, 8935–8938. <https://doi.org/10.1073/pnas.1606037114>
- Sharma, R.S., Ng, E.W.J., Dharmawirya, M., Samuel, E.M., 2012. A Policy Framework for Developing Knowledge Societies [WWW Document]. Trends and Effects of Technology Advancement in the Knowledge Society. <https://doi.org/10.4018/978-1-4666-1788-9.ch003>
- Shivanna, K.R., 2020. The Sixth Mass Extinction Crisis and its Impact on Biodiversity and Human Welfare. *Reson* 25, 93–109. <https://doi.org/10.1007/s12045-019-0924-z>
- Sianesi, B., Reenen, J.V., 2003. The Returns to Education: Macroeconomics. *Journal of Economic Surveys* 17, 157–200. <https://doi.org/10.1111/1467-6419.00192>
- Singh, N., 2004. *Information Technology and Rural Development in India*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.523823>
- Sirous, R., da Silva, F.J.N., da Cruz Tarelho, L.A., Martins, N.A.D., 2020. Mixed biomass pelleting potential for Portugal, step forward to circular use of biomass residues. *Energy Reports, The 6th International Conference on Energy and Environment Research - Energy and environment: challenges towards circular economy* 6, 940–945. <https://doi.org/10.1016/j.egy.2020.01.002>
- Smith, K.B., Humphreys, J.S., Wilson, M.G.A., 2008. Addressing the health disadvantage of rural populations: How does epidemiological evidence inform rural health policies and research? *Australian Journal of Rural Health* 16, 56–66. <https://doi.org/10.1111/j.1440-1584.2008.00953.x>
- Sukhdev, P., Wittmet, H., Schöter-Schlaack, C., Nesshöver, C., Bishop, J., Brink, P. ten, Gundimeda, H., Kumar, P., Simmons, B., Neuville, A., 2012. TEEB. *The Economics of Ecosystems and Biodiversity*. URL <http://teebweb.org/publications/teeb-for/synthesis/> (accessed 11.20.21).

- Tizot, J.-Y., 2018. Ebenezer Howard's Garden City Idea and the Ideology of Industrialism. *Cahiers victoriens et édouardiens*.
<https://doi.org/10.4000/cve.3605>
- United Nations, 2016. The World's Cities in 2016, Statistical Papers - United Nations (Ser. A), Population and Vital Statistics Report. UN.
<https://doi.org/10.18356/8519891f-en>
- Vyas, S., Kumaranayake, L., 2006. Constructing socio-economic status indices: how to use principal components analysis. *Health Policy and Planning* 21, 459–468.
<https://doi.org/10.1093/heapol/czl029>
- Williams, A.P., Abatzoglou, J.T., Gershunov, A., Guzman-Morales, J., Bishop, D.A., Balch, J.K., Lettenmaier, D.P., 2019. Observed Impacts of Anthropogenic Climate Change on Wildfire in California. *Earth's Future* 7, 892–910.
<https://doi.org/10.1029/2019EF001210>
- World Bank Group, 2021. Demographic Trends and Urbanization. World Bank, Washington, DC.

ANEXOS

Anexo I

Composição do painel de 32 indivíduos selecionado (17 urbanos e 15 rurais)

ID	Sexo	Função	Sector	Painel
1	M	Director: R&D e Inovação	Industrial/Alimentar	Urbano
2	M	CEO/Gerente	Tecnologia-Digital	Urbano
3	M	CEO/Gerente	Agrícola	Urbano
4	F	Diretora: Qualidade e Desenvolvimento	Retalho/Alimentar	Urbano
5	M	Diretor: Responsabilidade Social	Retalho/Alimentar	Urbano
6	F	Diretora	Associativo	Urbano
7	M	Presidente/Vice-presidente	Governativo/Municipal	Urbano
8	F	CEO/Gerente	Industrial/Alimentar	Urbano
9	F	Académica/Investigadora	Académico	Urbano
10	F	Secretária de estado	Governativo/Nacional	Urbano
11	M	CEO/Gerente	Agrícola	Urbano
12	M	Académico/Investigador	Académico/Marketing	Urbano
13	M	Consultora: Ambiental e Social	Retalho/Alimentar	Urbano
14	F	CEO/Gerente	Consultoria	Urbano
15	F	Diretora: Marketing & Comunicação	Tecnologia-Digital	Urbano
16	M	Presidente/Vice-presidente	Turismo	Urbano
17	F	Diretora: Recursos humanos	Tecnologia-Digital	Urbano
18	F	Presidente/Vice-presidente	Associativo	Rural
19	F	Diretora	Industrial/Automóvel	Rural
20	F	CEO/Gerente	Turismo	Rural
21	M	CEO/Gerente	Agrícola	Rural
22	F	CEO/Gerente	Agrícola	Rural
23	F	CEO/Gerente	Retalho/Alimentar	Rural
24	M	Presidente/Vice-presidente	Governativo/Freguesia	Rural
25	M	CEO/Gerente	Turismo	Rural
26	M	CEO/Gerente	Agrícola	Rural
27	M	Académico/Investigador	Académico	Rural
28	F	CEO/Gerente	Industrial/Alimentar	Rural
29	M	President/Vice-presidente	Governativo/Freguesia	Rural
30	F	CEO/Gestora	Agrícola	Rural
31	M	Presidente/Vice-presidente	Associativo	Rural
32	M	Presidente/Vice-presidente	Governativo/Municipal	Rural

Anexo II

Questões da primeira ronda de inquérito, sendo colocadas um conjunto de afirmações e tendo sido solicitado para todas elas o seguinte:

Da perspetiva da posição, (profissional e como cidadão), que ocupa, classifique a seguinte afirmação segundo a sua perceção atual.

Sendo: 1 - discordo totalmente e 5 - concordo totalmente.

Ref. ^a	Questão
01	Questão A: Indique-nos a sua faixa etária?
	Opções de respostas: 20-30 anos 30-40 anos 40-50 anos 50-60 anos 60-70 anos
02	Questão B: Indique quais as suas habilitações literárias?
	Opções de respostas: Menos de 4 anos de escolaridade 1º Ciclo do ensino básico (4º Ano) 2º Ciclo do ensino básico (6º Ano) 3º Ciclo do ensino básico (9º Ano) Ensino secundário (12º Ano) Curso Tecnológico/Profissional Bacharelato Licenciatura Mestrado Doutoramento
Q1	Questão 1: Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), valorize, quais os processos sociais, económicos e ambientais que considera colocar em causa a viabilidade dos territórios rurais? (Sendo - 1 o que menos valoriza e + 5 o que mais valoriza)
Q1.1	Opções de resposta: 1.1. Perda demográfica
Q1.2	1.2. Baixa oferta cultural
Q1.3	1.3. Baixa atratividade para as empresas
Q1.4	1.4. Baixa atratividade dos empregos
Q1.5	1.5. Falta de mão-de-obra qualificada
Q1.6	1.6. Empregos de baixa qualificação
Q1.7	1.7. Distância e tempo ate aos centros urbanos
Q1.8	1.8. Falta de transporte e infraestruturas
Q1.9	1.9. Falta de serviços públicos
Q1.10	1.10. Falta de apoios e benefícios financeiros
Q1.11	1.11. As alterações climáticas
Q1.12	1.12. Perda de biodiversidade
Q1.13	1.13. Abandono das atividades agrárias e florestais

Q2	<p>Questão 2:</p> <p>Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), coloque por ordem de valorização em que medida os seguintes processos podem contribuir para a inversão da perda demográfica e dinamização económica nos territórios rurais? (Sendo - 1 o que menos valoriza e + 5 o que mais valoriza) [Criação e dinamização de estruturas para transformação e distribuição de produtos agrícolas]</p>
<p>Q2.1</p> <p>Q2.2</p> <p>Q2.3</p> <p>Q2.4</p> <p>Q2.5</p> <p>Q2.6</p> <p>Q2.7</p> <p>Q2.8</p> <p>Q2.9</p>	<p>Opções de resposta:</p> <p>2.1. Criação de comunidades nómadas digitais</p> <p>2.2. Atração de famílias com filhos menores</p> <p>2.3. Comunidades de trabalho remoto para empresas sedeadas na cidade</p> <p>2.4. Formação de hubs de inovação direcionados a áreas específicas de atividade</p> <p>2.5. Desenvolvimento e investimento em empreendedorismo social</p> <p>2.6. Mecanismos de oferta laboral para desempregados da cidade</p> <p>2.7. Desenvolvimento de projetos de responsabilidade social e ambiental para grandes empresas</p> <p>2.8. Criação e dinamização de estruturas para transformação e distribuição de produtos agrícolas</p> <p>2.9. Criação e dinamização de projetos agrícolas biológicos e sustentáveis</p>
Q3	<p>Questão 3:</p> <p>Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão) coloque por ordem de valorização as seguintes estratégias para viabilização dos espaços e atividades rurais, pela cidade e urbanos? (Sendo -1 o que menos valoriza e +5 o que mais valoriza)</p>
<p>Q3.1</p> <p>Q3.2</p> <p>Q3.3</p> <p>Q3.4</p> <p>Q3.5</p>	<p>Opções de resposta:</p> <p>3.1. Apoios, investimento e valorização das florestas</p> <p>3.2. Apoio, investimento e valorização de zonas protegidas</p> <p>3.3. Apoio, investimento à agricultura biológica e regenerativa</p> <p>3.4. Apoio, investimento e valorização de pastagens e produção animal extensiva e sustentável</p> <p>3.5. Apoio, investimento e valorização de cadeias curtas de distribuição curtas e diretas entre consumidores e produtores</p>
Q4	<p>Questão 4:</p> <p>Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), coloque por ordem de valorização pessoal sobre o impacto que poderão ter políticas de apoio para atração e fixação de população nos territórios rurais? (Sendo -1 o que menos valoriza e +5 o que mais valoriza)</p>
<p>Q4.1</p> <p>Q4.2</p> <p>Q4.3</p> <p>Q4.4</p> <p>Q4.5</p> <p>Q4.6</p> <p>Q4.7</p> <p>Q4.8</p> <p>Q4.9</p> <p>Q4.10</p>	<p>Opções de resposta:</p> <p>4.1. Apoios financeiros diretos</p> <p>4.2. Acesso a serviços de educação</p> <p>4.3. Serviços socioculturais</p> <p>4.4. Apoio ao investimento</p> <p>4.5. Acesso a serviços de saúde</p> <p>4.6. Acessibilidade em infraestruturas e transportes</p> <p>4.7. Acessibilidades digitais</p> <p>4.8. Apoio à atividade económica</p> <p>4.9. Benefícios fiscais a empresas</p> <p>4.10. Benefícios fiscais a pessoas</p>
Q5	<p>Questão 5:</p> <p>A realidade de acesso a serviços digitais avançados e do teletrabalho poderão ser uma oportunidade de dinamização dos territórios rurais. Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), comente e indique na sua perspetiva quais seriam os grupos de profissionais com maior potencial de interesse?</p>
	<p>Comentários:</p>

Q6	Questão 6: Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), coloque por ordem de valorização os seguintes serviços de ecossistema prestados pelos espaços e/ou atividades rurais? (Sendo -1 o que menos valoriza e +5 o que mais valoriza)
Q6.1 Q6.2 Q6.3 Q6.4 Q6.5	Opções de resposta: 6.1. Serviços de aprovisionamento alimentar 6.2. Serviços de aprovisionamento de matérias primas (ex.: biomassa, fibras, madeira, etc....) 6.3. Serviço de regulação do clima, solo e água 6.4. Serviços culturais, espirituais e recreacionais (gastronomia, tradições, etc....) 6.5. Serviços de suporte da biodiversidade
Q7	Questão 7: Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), coloque por ordem de valorização e utilização pessoal os benefícios providenciados pelos territórios e/ou atividades rurais? (Sendo -1 o que menos valoriza e +5 o que mais valoriza)
Q7.1 Q7.2 Q7.3 Q7.4 Q7.5	Opções de resposta: 7.1. Bem-estar e qualidade de vida 7.2. Alimentos mais sustentáveis e saudáveis 7.3. Acesso e conhecimento de quem produz o alimento 7.4. Contacto com a natureza 7.5. Contacto com tradições e rituais ancestrais
Q8	Questão 8: Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), coloque por ordem de valorização pessoal que oportunidades reconhece poderem e deverem ser explorados/apoiados pela cidade (ou urbanos) nos territórios rurais? (Sendo -1 o que menos valoriza e +5 o que mais valoriza)
Q8.1 Q8.2 Q8.3 Q8.4 Q8.5 Q8.6 Q8.7 Q8.8 Q8.9 Q8.10	Opções de resposta: 8.1. Agricultura biológica e sustentável 8.2. Agricultura convencional 8.3. Pecuária intensiva 8.4. Pecuária extensiva 8.5. Conservação da natureza e biodiversidade 8.6. Produção florestal 8.7. Indústria 8.8. Inovação, desenvolvimento e digitalização 8.9. Cultura e tradições 8.10. Turismo
Q9	Questão 9: Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), como poderão os territórios rurais ser pagos pelos serviços de ecossistema prestados?
Q9.1 Q9.2 Q9.3	Opções de resposta: 9.1. Totalmente e unicamente por pagamentos estatais 9.2. Totalmente e unicamente por pagamentos privados 9.3. Através de um modelo de pagamentos misto (publico e privado)
Q10	Questão 10: Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), coloque por ordem de valorização as compensações/benefícios que revertem para os territórios urbanos pelas atividades e processos dos territórios rurais? (Sendo -1 o que menos valoriza e +5 o que mais valoriza)
Q10.1 Q10.2 Q10.3 Q10.4	Opções de resposta: 10.1. Sequestro de carbono 10.2. Biodiversidade 10.3. Alimentos sustentáveis e saudáveis 10.4. Preservação cultural e de tradições

Q10.5	10.5. Recursos naturais
Q10.6	10.6. A água
Q10.7	10.7. Turismo de natureza
Q10.8	10.8. Atividades de lazer
Q11	Questão 11: Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), como vê os territórios rurais desempenharem um papel de relevo, numa sociedade tecnológica e de inovação, tendo em conta que estes podem oferecer a uma população urbana oportunidades únicas e diferenciadoras?
	Comentários:
Q12	Questão 12: Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), coloque por ordem de valorização as seguintes possibilidades. Quais considera serem mais interessantes para as cidades apoiarem e valorizarem os territórios rurais? (Sendo -1 o que menos valoriza e +5 o que mais valoriza)
	Opção de respostas:
Q12.1	12.1. Financiamento de apoios estatais
Q12.2	12.2. Estratégias e parcerias intermunicipais entre concelhos “rurais” e “urbanos”
Q12.3	12.3. Promoção de iniciativas privadas
Q12.4	12.4. Empreendedorismo de inovação social
Q12.5	12.5. Iniciativas associativas e cívicas
Q13	Questão 13: As empresas poderão ter um papel relevante e determinante de apoio direto aos territórios rurais. Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), coloque por ordem de valorização pessoal as áreas específicas onde se poderia concretizar esse apoio? (Sendo -1 o que menos valoriza e +5 o que mais valoriza)
	Opções de resposta:
Q13.1	13.1. Através de apoio direto a produtores e acesso a produtos para os seus colaboradores
Q13.2	13.2. Através de criação de comunidades temporárias em territórios rurais para processos de inovação e ecoteambuiding
Q13.3	13.3. Através de parcerias na área do turismo e lazer para o bem-estar dos seus colaboradores?
Q13.4	13.4. Através de investimento no sector florestal para compensação de emissões de carbono?
Q13.5	13.5. Através de investimento direto como garantia de acesso a recursos e serviços de ecossistema?
Q13.6	13.6. Através da participação cívica em serviço de voluntariado na preservação e valorização de serviços de ecossistema?
Q14	Questão 14: O abandono de territórios rurais poderá ser uma oportunidade para renaturalizar (Rewild) e devolver território à natureza, com a promoção de florestas autóctones, reintrodução de vida selvagem, beneficiando da ausência do Homem no território. Da perspetiva da posição que ocupa (profissional e como cidadão), como valoriza esta ideia? (Sendo 1 o que menos valoriza e 5 o que mais valoriza)

Anexo III

Questões da segunda ronda de inquérito, sendo colocadas um conjunto de afirmações e tendo sido solicitado para todas elas o seguinte:

Da perspectiva da posição, (profissional e como cidadão), que ocupa, classifique a seguinte afirmação segundo a sua perceção atual.

Sendo 1 - discordo totalmente e 5 - concordo totalmente.

Ref. ^a	Questão
A1	Questão 1: “As políticas públicas nos territórios rurais deverão ter um foco em apoios diretos para a fixação e habitação de famílias com filhos menores, complementadas por benefícios fiscais e garantias de acesso a saúde e educação.”
A2	Questão 2: “Os territórios rurais terão de desenvolver campanhas e/ou programas para atração de pessoas e investimento, com base nos benefícios diferenciados de bem-estar, qualidade de vida mais sustentável e proximidade com a natureza, estabelecendo parcerias estratégicas com agentes publico e privados do meio urbano.”
A3	Questão 3: “A formação de cooperativas de serviços multidisciplinares em áreas específicas como o marketing design e-commerce, serão uma estratégia para garantir acesso a mão-de-obra qualificada em áreas de competência menos acessíveis ao tecido económico dos territórios rurais.”
A4	Questão 4: “O investimento em infraestruturas digitais nos territórios rurais é fundamental, para poder atrair e fixar investimento e pessoas, bem como dinamizar actividades promotoras da inovação económica e sustentabilidade.”
A5	Questão 5: “As empresas sedeada em território urbano terão benefícios em investir na criação de hubs de trabalho remoto oferecendo aos seus colaboradores oportunidades de residência permanente ou temporária em territórios rurais, permitindo a estes usufruir dos benefícios, de bem-estar, de qualidade de vida, alimentação saudável e contacto com natureza.”
A6	Questão 6: “A formação de hubs específicos de inovação e desenvolvimento com participação e investimento direto do sector privado e apoio público, são fundamentais para o envolvimento de empresas nos territórios rurais”
A7	Questão 7: “A formação de sistemas intermunicipais entre territórios urbanos e rurais com vista a uma gestão estratégica e exploração sustentável dos serviços de ecossistema, numa lógica de desenvolvimento sustentável, economia circular e reequilíbrio na troca de benefícios entre territórios urbanos e rurais é fundamental, devendo envolver o sector público e privado”.

A8	Questão 8: “Os territórios urbanos e os seus agentes económicos terão de pagar aos territórios rurais, pelos serviços de ecossistema, de regulação do clima, solo e água como forma de financiamento, investimento e exploração desses mesmos serviços.”
A9	Questão 9: "Será necessário criar um conjunto de modelos e regulamentos/práticas de pagamento pelos territórios urbanos (por fundos públicos e privados) aos territórios rurais pelos serviços de ecossistemas prestados, nomeadamente de regulação (clima, solo e água) e de suporte da biodiversidade.”
A10	Questão 10: “Serão necessários mecanismos de compensação e/ou bonificação às empresas dos territórios urbanos pelo investimento canalizados para territórios rurais na valorização e investimento em serviços de ecossistema, nomeadamente de regulação (clima, solo e água) e de suporte da biodiversidade.”
A11	Questão 11: “As empresas que diretamente dependem dos serviços de ecossistema de aprovisionamento alimentar estarão disponíveis a investir em atividades, organização e sistemas de certificação nos territórios rurais como estratégia de garantia das suas fontes de fornecimento e de acesso a produtos de qualidade produzidos de forma mais sustentável.”
A12	Questão 12: “As grandes empresas estarão disponíveis para apoiar e criar serviços de comodidade para os seus colaboradores, dando acesso direto a bens de consumo (ex. alimento) mais sustentáveis e serviços oferecidos pelos territórios rurais de proximidade.”
A13	Questão 13: “Os territórios rurais desenvolverão planos estratégicos e condições, promovendo bolsa e bancos de terras para incentivar o investimento em agricultura biológica, regenerativa e sustentável.”
A14	Questão 14: “Os municípios dos territórios rurais criarão condições para captar investimento alinhado com as condições, recursos e património (i)material, funções, serviços e dinâmicas locais direcionado para a captação de investimento a empresas com necessidades e interesses relacionados com essas mesmas características.”
A15	Questão 15: “As empresas estarão disponíveis para investir na floresta como estratégia de compensação das suas emissões de CO2, sendo necessário desenvolver os mecanismos efetivos e justos de compensação e os fundos de investimento que garantam essa finalidade.”
A16	Questão 16: "As empresas irão disponibilizar fundos para apoio e investimento na gestão florestal sustentável e certificação florestal promovendo o uso múltiplo dos espaços florestais, incluindo produtos alimentares (ex. wildfood) e serviços locais
A17	Questão 17: “Os municípios em territórios rurais deverão desenvolver planos estratégicos e bolsas de terra para reflorestação e investimento em gestão florestal sustentável para fixação e compensação carbónica de emissões, com origem nos territórios urbanos.”

A18	Questão 18: “Os territórios rurais e urbanos têm uma oportunidade para desenvolver e explorar negócios direcionados a pensionistas, atraídos por um conjunto de características identitárias e do património (i)material existente nos territórios rurais.”
A19	Questão 19: “A criação e o investimento em comunidades sénior para os territórios rurais, permitirá atrair um conjunto prestadores de serviços, nomeadamente na área da saúde e da cultura que contribuirá para dinamizar economicamente estes territórios.”
A20	Questão 20: “A comunidade nómada digital será atraída pelos territórios rurais, se estes lhes oferecerem um ecossistema, condições e comunidades de trabalho ajustado à sua realidade.”
A21	Questão 21: “O Turismo rural e de natureza deverá ser usado como fonte de financiamento de zonas protegidas e de conservação à biodiversidade nos territórios rurais através de uma taxa turista paga por quem visita esse território.”
A22	Questão 22: "Os territórios rurais criarão zonas protegidas e programas de conservação promotores de biodiversidade financiadas e apoiadas pelos territórios urbanos, com participação do sector público e privado."
A23	Questão 23: "Existe uma crescente disponibilidade para o investimento, a criação e crescimento de empresas de produção no modo de agricultura biológica, sustentável e regenerativa nos territórios rurais.”
A24	Questão 24: “Os circuitos curtos de distribuição serão uma estratégia viável de distribuição de alimentos, produtos e serviços produzidos pelos territórios rurais, através de empresas e/ou organização de média e grande dimensão.”

Anexo IV

Reunimos a lista do conjunto de comentários às questões colocadas na primeira ronda de inquérito, que permitem fazer a análise qualitativa para apresentação de questões na segunda ronda de inquérito.

Questão	ID.	
		Ausência de internet rápida.
Q1	i2	Baixa oferta de Habitação, Baixa de impostos para os habitantes do meio rural;
	i10	Sem dúvida que a questão infraestrutural (não necessariamente transportes, mas sobretudo a capacidade de conexão rápida) porque é possível colocar as pessoas necessárias no interior, dada a atratividade do país para empregos como sejam os de foro digital e que depois podem interconectar com as atividades locais tradicionais. A questão são as empresas terem interesse em fazê-lo (as internacionais que utilizam os empregos digitais não têm problemas sobre onde está o trabalhador, mas no caso nacional essa visão é ainda muito tradicional) julgando que incorrem em custos maiores, o que pode não ser necessariamente o caso.
	i12	A comunicação positiva à volta do setor agrário ... agroalimentar e silvopastoril como atividade "sexy", rentável e de alto valor cívico; As constantes lamentações noticiosas acerca das atividades agrícolas não atraí os jovens... A dificuldade de valorizar os terrenos agrícolas ... como é possível um hectare ser transacionado no produtor na zona de champanhe a um milhão de euros e o mesmo hectare no douro ser transacionado na melhor das hipóteses a 60.000 euros?? Qual a diferença entre a zona de champanhe e a do douro?? Enquanto não se souber criar valor para o produtor ... teremos o abandono como mote nas zonas rurais. Enquanto tivermos o retalho a promover aos turistas e aos portugueses Vinho do Porto a 3€, jamais acrescentaremos valor ao produtor.
	i13	Cadeias de fornecimento eficientes e económicas entre territórios rurais e urbanos.
	i18	Sem dúvida que a questão infraestrutural (não necessariamente transportes, mas sobretudo a capacidade de conexão rápida) porque é possível colocar as pessoas necessárias no interior, dada a atratividade do país para empregos como sejam os de foro digital e que depois podem interconectar com as atividades locais tradicionais. A questão são as empresas terem interesse em fazê-lo (as internacionais que utilizam os empregos digitais não têm problemas sobre onde está o trabalhador, mas no caso nacional essa visão é ainda muito tradicional) julgando que incorrem em custos maiores, o que pode não ser necessariamente o caso.
	i23	Ter resposta positiva do SNS.... não há urgências não existe um Pediatra....Ex: Um jovem casal com filhos certamente desiste pois a resposta do SNS está a 150 quilómetros de distância.
	i25	Administração

Q2	i1	Desindustrialização nacional e promoção de atividades do sector terciário.
	i5	Políticas de efetiva gestão florestal e prevenção dos incêndios
	i9	Dotação de serviços (essenciais) de qualidade: Saúde e Educação (pelo menos)
	i10	A possibilidade de estabelecimento de cooperativas de trabalho digital, por exemplo, em que se possa estender o conceito de cooperativa para lá do âmbito laboral: pensemos em habitação, eventos culturais, educação, formação em agricultura e métodos de permacultura, etc
	i12	Assumir o setor agroalimentar e silvopastoril como estratégico. Assumir como uma prioridade nacional. Dotar orçamentalmente (para além dos fundos da UE - PEPAC 2022-2027) reforçando a atividade. Olhar e incentivar pequenos produtores a trabalhar em rede e de forma complementar.
	i18	Benefícios fiscais para todos os residentes nos territórios rurais e do interior, IRS, IMI, etc
	i23	Resposta positiva do serviço Nacional de saúde. Criação de uma entidade que garanta serviços como Raio X; ecografias etc; Neste momento temos esses serviços à 50km de distância ou a 120k
Q3	i5	Facilidade nos acessos
	i12	Mobilização da sociedade civil para a causa. Desenhar o “storytelling” da causa nacional; Definir um plano; Sem comunicação dos propósitos a Sociedade Civil não se envolve, logo a política (partidos/Poder) não vê uma oportunidade de angariar votos; O Setor agrícola em Portugal ainda é muito corporativo e está nas mãos das confederações e associações que pouco ou nada fazem a não ser, "pedir" esmolas aos sucessivos governos ... veja-se o caso dos laticínios em Portugal como atrair jovens para a produção pecuária sustentável de leite, se por um lado a compra da matéria-prima está nas mãos de poucos (que controlam o preço) e o modelo produtivo que prevalece é o super intensivo que está claro ter chegado ao fim???
	i13	Educar os cidadãos urbanos que através do seu poder de consumo, podemos alimentar não só o nosso bem-estar mas também o bem-estar de comunidades locais, rurais, e o meio-ambiente. Isso é o trabalho da Praça.
	i18	Apoio a fixação de empresas no território redução IRC, TSU, e outros a estudar.
	i23	Entidade de apoio a projetos para jovens... Viabilidade do projeto; ajuda com burocracias;
Q4	i14	A questão da recuperação habitacional nos territórios de baixa densidade. Isto implica a consolidação das malhas urbanas, pois existem demasiadas casas dispersas o que representa um risco, sobretudo em territórios densamente arborizados e com matos incultos. É muito importante que se desenvolva uma política de permuta de terrenos ou de compensação que permita fechar a malha desses povoados. Essa abordagem abre também a possibilidade de renaturalizar (rewilding) de algumas áreas para benefício de recuperação da biodiversidade.
	i23	Entidade/ fiscalidade/acompanhamento de apoio ao empreendedorismo.

		Considero que apoios económicos são essenciais, mas de modo a não criar subsídios dependentes.... que os apoios sejam para desenvolver e criar independência económica das famílias.
Q5	i1	Varia muito com a região em que estão esses territórios rurais e da sua maior ou menos proximidade aos principais centros urbanos (Lisboa e Porto). Não me parece interessante uma especialização desses grupos profissionais. Antes, deve haver uma abordagem 36 em termos de atividades profissionais (da Saúde à Educação e da Cultura ao Desporto).
	i2	É a única opção viável e testada para a repopulação de zonas rurais. Qualquer trabalho que seja feito online num computador pode ser feito de qualquer parte do mundo.
	i3	Agricultores e silvicultores profissionais, agentes turísticos, comércio online, departamentos de investigação e desenvolvimento de empresas, empresas de base tecnológica.
	i4	Todos aqueles que não necessitam de uma presença diária presencial
	i5	Serviços; Consultoria; produção de conteúdos
	i6	Qualquer grupo profissional em que o trabalho físico não seja um critério imperativo
	i7	O Covid veio demonstrar que há um grande potencial no teletrabalho, muito mais do que até aquele momento era percecionado. Nas áreas tecnológicas é evidente, mas numa grande variedade de serviços tal também é possível (consultoria, áreas transversais de empresas (RHs, Contabilidade, serviços jurídicos, etc), Formação, entre outras. Mas não será de descurar uma visão em que o trabalho é feito de forma híbrida desde que garantidas boas vias de transporte.
	i8	Comunidades de nómadas digitais
	i9	Muitos: todos os que não exijam o contacto presencial com quem necessite do trabalho; Trabalhos administrativos; IT development; entre muitos outros.
	i10	Tudo depende que se possa juntar um conjunto diverso de profissionais. Eventualmente as empresas de design, e de arquitetura podem mais facilmente juntar esses perfis diversos. Diria que também as unidades de investigação poderiam, existindo as infraestruturas, poder em ser definidos campus nos territórios rurais para os mestrados e doutorandos (nas áreas da economia e gestão, sociologia, etc). Penso que seria muito interessante ver o impacto do contexto rural no desenvolvimento do "worldview" desses profissionais.
	i11	n/r
	i12	A plena integração de equipas/grupos de intervenção em territórios rurais multidisciplinares em que, se pudesse conjugar Ecologia/Agronomia com arquitetura, sociologia, economia, filosofia e antropologia. Estas áreas do conhecimento são essenciais estarem interligadas na construção de projetos dinâmicos e autossustentáveis em que, ao mesmo tempo se preserva o território, desenvolve-se a economia circular. Apostar na circularidade da economia por via da integração destas áreas.
	i13	Centros de inovação que estão a procura de novos sítios para fazer o seu trabalho. Agricultores que gostariam estudar as tecnologias e praticas mais avançadas em agricultura. Nómadas digitais que procuram um outro estilo de vida.

i14	Jovens famílias com perfil tecnológico, que valorizam o contacto com a natureza.
i15	Trabalhadores das áreas STEM e todos os outros que possam fazer teletrabalho a 100% ou de forma híbrida.
i16	Serviços, área cultura e produção cultural, turismo
i17	O maior interesse seria para os grupos de profissionais da área das tecnologias da informação, nomeadamente desenvolvimento de software.
i18	Benefícios fiscais as empresas;
i19	A indústria que represento exige muita mão de obra não qualificada por ser um processo muito manual. Necessitamos, desde que existimos, de profissionais nas áreas de manutenção/soldadura. As escolas profissionais que já existem nestas regiões rurais deveriam apostar no incentivo de jovens nestas áreas técnicas.
i20	Administrativos
i21	Pessoalmente n gosto de teletrabalho, prefiro falar pessoalmente com as pessoas. No meu caso é quase impossível trabalhar por teletrabalho.
i22	Profissionais em teletrabalho de quadros médios e superiores
i23	Aqueles que procuram qualidade de vida.... A nível pessoal (ter tempo e qualidade de vida e proporcionar aos filhos momentos de convivência familiar, pois estou certa que o tempo desperdiçado no trânsito se poderá transformar em qualidade de vida) cujo o seu trabalho possa ser perfeitamente ser efetuado. Os acessos digitais estão garantidos no nosso território o que viabiliza um vasto leque de profissionais.
i24	Qualquer grupo profissional com interesse na fixação em território rural. Precisamos de amplitude e interesse por parte de qualquer cidadão e a área digital, facilita e contribui para atrair as pessoas que demonstrem interesse em vir para as aldeias. Desde a agricultura sustentável e biológica até ao engenheiro ou técnico com profissões que, sem a era digital, seria impossível se estabelecerem nos meios rurais.
i25	n/r
i26	Na minha situação em geral, o teletrabalho não se enquadra e é impossível de praticar, visto que a mão de obra presencial é necessária. Mas este é um ponto muito importante visto ser possível trabalhar á distância, não sendo necessária a deslocação a Melgaço neste caso. É uma ferramenta que pode ajudar a população a se fixarem mais nos territórios rurais em vez de procurar a cidade para trabalhar. No caso da minha mulher é contabilista e está a trabalhar tanto presencial como em teletrabalho. Se isso fosse possível para mais gente existiria menos despovoação das aldeias.
i27	Tenho alguma dúvida sobre essa oportunidade. Contudo, reconheço que poderá ser uma oportunidade para atrair população. A atratividade vai muito para além do teletrabalho
i28	Comercio local
i29	Empresas de marketing e publicidade, que poderiam ajudar as empresas do território gestão agrícola e florestal
i30	Todo o grupo de profissionais que desenvolvem o seu trabalho em escritórios.
i31	No setor Agrícola primário e turismo

	i32	Profissionais na área da investigação no agroalimentar.
Q6		Sem comentários
Q7	i10	Visão sistémica sobre os ecossistemas. O um que faz parte do todo (ligação entre a pessoa e o que a rodeia)
	i12	As comunidades rurais são poços de conhecimento, logo julgo que o "Gerar conhecimento. - acesso a " deveria ser um dos benefícios a ser considerado.
	i13	Produtos medicinais e inovação através da biomimética
	i23	Valorização do nosso território Passar o testemunho as sucessivas gerações Do valor do território.
Q8	i1	Serviços de acolhimento e cuidados de saúde à terceira idade
	i13	Educação sobre alimentação saudável desde a escola primaria a universidade.
	i23	Criação de espaços de diversão e convívio entre os jovens.
Q9	i6	O Estado não deve desalavancar o princípio e responsabilidade, mas deve ver no setor privado um parceiro de ativação colaborativa
	i7	Não deve nunca ser descurado que tem de existir uma perspetiva económica e de criação de valor para que a transformação aconteça.
	i9	Incentivos fiscais, por exemplo
	i10	É uma questão de justiça na distribuição de esforço. Demasiadas vezes fica para o Estado a responsabilidade sobre as externalidades ambientais e sociais de privados. Esta questão tem de ser discutida abertamente e não se ficar pelas "taxas e taxinhas", que penalizam a visão do Estado. Deve existir um modelo misto de distribuição de esforço.
	i12	...desde que, não se criem impostos que acabarão por recair no cidadão. As contribuições de IRC e IRS deveriam contemplar estes serviços por que não?
	i18	O Apoio na minha perspetiva deveria ser direto aos habitantes dos meios rurais, pela perda de oportunidades de usufruir dos mesmos serviços, cultura saúde, educação, etc, por forma de benefícios fiscais e apoios a educação a estudantes deslocados, nomeadamente beneficio no IRS ou seja a taxa ser mais baixa, o IMI mais baixo, os bens essenciais, água, luz e Gaz, e prémios a natalidade com uma durabilidade mais acentuada de que um apoio inicial. Acessibilidades meios de transportes e compensação pelo custos dos mesmos sendo que em matéria de saúde o hospital com a menor distancia fica a 200km /ida e volta.
i23	Qualquer negócio (projeto) deverá ser apoiado mas se não for gerido como uma empresa privada.	
Q10	i10	coesão social
	i12	A paisagem, a abstração do infinito com contorno verdes ... apreciar uma bela seara ao vento ...e/ou uma bela vinha em socalcos ... é uma bem comum de paisagem ...agricultura ornamental e alimentar em simultâneo.
	i13	Saúde
	i18	Todos os impostos pagos revertem para os centros Urbanos onde tudo acontece, os habitantes dos meios rurais não tem acesso a todas as oportunidades dos meios Urbanos, Saúde educação, cultura, etc.

Q11	i1	Melhoria da qualidade de vida média das populações
	i2	Quando os territórios rurais perceberem que têm a maior oportunidade de repopulação da sua história através do trabalho remoto, quando perceberem que não nos mudamos por dinheiro mas para comunidades ativas, com oferta cultural e com uma comunidade que se entreaajuda, quando perceberem que o segredo não é criarem incubadoras mas bons programas de repopulação, as zonas rurais em Portugal vão compreender que viver em vilas e aldeias é a nova tendência e que ou se movem rapidamente ou vão perder esta oportunidade.
	i3	Na produção de serviços gratuitos do ecossistema, água, biodiversidade, alimentos, turismo, como sede de empresas dos mais diversos ramos. O solo de um país é uma questão de segurança nacional. Estas regiões têm que ser desenvolvidas de forma a assegurar reservas estratégicas para a população.
	i4	Possibilidade de viver fora dos grandes centros urbanos e conseguir ter um papel mais ativo e impactante nos territórios rurais, dada a envolvimento.
	i5	Relação com a natureza; momentos e processos de construção de wellbeing
	i6	Territórios rurais que constituam oportunidades de uma vida ativa com mais qualidade desde que com acesso aos cuidados básicos de saúde, educação e cultura, podem ser uma solução para minimizar impacto de políticas públicas de saúde, nomeadamente nos casos da saúde mental.
	i7	O território nacional sofre do modelo de estado que temos. Os territórios rurais são dos mais prejudicados pelo que só com uma descentralização e com uma regionalização com competências e receitas atribuídas se poderá romper com este modelo e alterar o paradigma atual. O relevo dos territórios está intimamente ligado a políticas de desenvolvimento que têm de estar em níveis de decisão mais próximos para dar resposta aos seus cidadãos. Se isto não acontecer, teremos sempre decisões que não conhecem o território, negligenciando o potencial dos territórios rurais, privando-os de poderem desempenhar um papel relevante.
	i8	n/r
	i9	Muito relevante.
	i10	Os territórios rurais devem continuar rurais, mas vivos. A questão é que tipicamente se pensa no apoio a estes territórios no sentido de trazer a urbanidade para o rural, quando não deve ser de todo esse o objetivo. Os territórios rurais podem ter um papel central na aplicação de novos modelos de desenvolvimento social e económico, um modelo que reconhece os limites de crescimento e biofísicos do seu território.
	i11	Fundamental
	i12	Pela de via da partilha e transferência de conhecimento juntando o binómio Inovação à tradição a chamada "Tradinovação"
	i13	Eu acho que você deu resposta a sua pergunta dentro da pergunta: "oferecer a uma população urbana oportunidades únicas e diferenciadoras." i.e. espaços mais abertos e seguros para criar famílias e nutrir o nosso bem estar através da conexão com a natureza.
	i14	Oportunidade de habitação para jovens famílias à procura de maior qualidade de vida.
	i15	Local de escape do stress da vida urbana. Qualidade de vida.
	i16	n/r

i17	Os territórios rurais podem contribuir para a população com a oportunidade de uma melhoria na qualidade de vida. A possibilidade de poder estar num ambiente mais calmo, sem o stress do dia a dia dos grandes centros e o contacto com a natureza contribuem sem dúvida para uma vida mais saudável. O contacto com ambientes rurais acaba também por contribuir para a aquisição de hábitos e rotinas mais saudáveis (caminhadas, passeios ao ar livre, melhor qualidade dos alimentos ingeridos).
i18	A qualidade de vida, do ar não poluído, uma vida calma sem stress, usufruir do património imaterial, nomeadamente a paisagem, a biodiversidade, os recursos naturais, e laços interpessoais mais profundos.
i19	Criando oportunidades atrativas para fixação de jovens (alojamento, cultura, educação/formação...). Aposta em infraestruturas de fibra (sem interesses económicos), infelizmente ainda há muitas áreas com péssima cobertura de rede/fibra.
i20	n/r
i21	Acho importante
i22	O contacto com a natureza, a ausência de stress a noção de aproveitamento do tempo... qualidade de vida
i23	Muito bem, no caso concreto do Município de Melgaço, pois temos um garante abrangente de cobertura de Rede Excelente.
i24	Cada vez mais se observa o êxodo da cidade para o campo, nem que seja, na procura de uns dias de descanso e desconexão. Os meios rurais são hoje fonte de energia pessoal e social da cidade e sem estes espaços, a vida seria mais stressante. Observamos que muitos que procuram no turismo uma forma de vida (momentânea) mais calma acabam por investir tempo e dinheiro no meio rural, adquirindo propriedades e consumindo o que nas cidades não existe. Há muita procura de produtos que mantêm a produção mais artesanal e isso diferencia os meios rurais. No entanto, deparam-se muitas vezes, com processos burocráticos extensos e falta de recursos tecnológicos e até culturais para se manterem definitivamente nos meios rurais.
i25	n/r
i26	A verdade é que cada vez mais estamos a perder as tradições e os costumes que outrora foram mais relevantes. Desde que moro e trabalho em Vrtelo, um território rural dou mais valor a estes valores e é inevitável que os alimentos são de mais qualidade e são feitos com mais amor. Não se utilizam tantos agroquímicos como em explorações mais intensivas. A nível tecnológico e de inovação é difícil contribuir visto que a população é mais idosa e não tem acesso nem interesse a nível tecnológico.
i27	A tecnologia e inovação só é vantagem se 1) ela cobrir o território de forma aceitável; 2) as pessoas tiverem formação/capacidade para as usar em proveito individual e sobretudo comum; 3) o "diálogo" urbano:rural for equilibrado; 4) as vantagens forem significativas - no urbano em termos de detalhes (qualidade do produto desenvolvido no rural), no rural em termos amplos (suporte ao território em todas as lances enunciadas no questionário)
i28	Levar os nossos produtos e a nossa tradição até ao meio rural.
i29	Os territórios rurais têm que ser apoiados e combater a desertificação, porque um território rural sem população residente tende a perder identidade e até modificar-se para um território abandonado. neste sentido acho que deve existir incentivos a instalação de população nesses territórios assim como também

		proporcionar condições tecnológicas, cuidados de saúde idênticos a população que vive em território urbano
	i30	Experiencias únicas com conhecimento profundo do território, valorizando o mesmo identificando as riquezas , partilha de conhecimento e inovando trazendo experiencias atuais dentro das necessidades da sociedade
	i31	Qualidade de vida
	i32	Considero que os referidos territórios serão cruciais.
Q13	i1	Crescimento inorgânico por aquisição e investimento em ativos corpóreos
	i10	Através do desenvolvimento de cooperativas, em que existem grupos de trabalhadores de diferentes áreas e empresas que podem partilhar um hub de desenvolvimento num determinado território rural em interação com a comunidade local.
	i12	Através de investimento no sector florestal para compensação de emissões de carbono? e na recuperação da cultura silvopastoril...um simples pinheiro, dá madeira, dá pinhas, dá sombra, sequestra carbono, fixa e melhora o solo, dá pinhões, da "caruma", dá paisagem, dá resina ...dá "mato" que dever ser utilizado para animais (essencialmente pequenos ruminantes). Apostar em espécies autóctones, animais e vegetais.
	i13	Desenvolvimento de cadeias de fornecimento que são eficientes e económicos.
	i23	Proporcionar atividades inseridas no âmbito escolar à população mais jovens.
	i27	tenho alguma dificuldade em considerar o voluntariado numa sociedade onde o básico falha. Ser voluntário sem ter o seu básico no dia-a-dia, é difícil
Q14	i1	Vivemos e viveremos em situação de escassez de recursos produtivos naturais pelo que não podemos promover o Rewild de ânimo leve. Antes, será preferível promover um equilíbrio entre uma melhor gestão da exploração e rentabilização desses recursos rurais e a sua conservação e preservação enquanto ecossistemas autóctones.
	i2	A felicidade do ser humano tem 3 pilares, natureza, comunidade e atividade física. Tudo isto é mais fácil de encontrar em zonas rurais.
	i4	O futuro agricultor deverá também incluir esse conjunto de serviços na sua oferta.
	i5	É necessário o necessário equilíbrio entre o abandono planeado e a fuga desordenada a qual se acompanha de desertificação, crescimento de espécies exóticas e incremento dos incêndios.
	i6	Abandono raramente dá bons resultados, mas nalguns casos com desenvolvimento de políticas certas pode constituir oportunidade.
	i7	A desertificação do interior é um desafio que temos de saber gerir, apostando claramente em inverter essa tendência aproveitando a oportunidade da transição digital, não descurando a oportunidade de termos um território melhor gerido e ordenado. A salvaguarda do património natural e seu incremento tem de estar intimamente ligado com essas apostas.
	i9	Acho que falta muita sensibilização de toda a população para tudo o que se refere neste Survey; isto é, sensibilizar as pessoas (principalmente as do meio urbano) para os benefícios que recolhem e podem vir a recolher do desenvolvimento/preservação das zonas rurais

i10	<p>Seria importante expandir as áreas de parque natural no nosso país, de modo a potenciar o desenvolvimento de modelos mais sustentáveis de desenvolvimento nesses territórios. Sendo parque natural, existem uma série de condições que têm necessariamente de serem cumpridas, e uma série de benefícios que podem ser multiplicados. A fragmentação do território em termos de posse impede que tal aconteça.</p>
i11	<p>Fazemos parte, só temos que aprender</p>
i12	<p>Creio que o que causou e está a causar os problemas ambientais que estamos a viver e por consequência, a dificuldade de acesso a alimentos bons para consumo, à degradação da qualidade e quantidade do ar e da água, ao envelhecimento populacional, à proliferação de pragas e doenças novas, ao êxodo rural e ao divórcio entre cidade e campo é a falta de Visão Estratégica, é na realidade a ausência de políticas de longo prazo equilibradas.</p>
i13	<p>Está pergunta é muito difícil para responder. Acredito que precisamos de pessoas que vivem no território para proteger e nutrir o território numa maneira sã. Ao mesmo tempo acredito que precisamos renaturalizar territórios para aumentar toda a biodiversidade que perdemos. Eu diria que precisamos pelo menos começar por eliminar pecuária intensiva e extensiva. Depois precisamos destacar agricultura sintrópica acima de monocultura intensiva, e diminuir demanda para nutrição que contribui para o nosso mal-estar.</p>
i14	<p>Penso que será muito difícil atrair pessoas para muitos dos territórios rurais portugueses. Talvez não fosse mal pensado, assumir isso e pensar no rewild como o foco.</p>
i15	<p>Mantenho-me um pouco neutra, pois apesar de reconhecer a extrema necessidade de reflorestação, penso que seria importante esvaziar um pouco as cidades e trazer o Homem de volta ao interior, à natureza.</p>
i17	<p>Ainda não tenho opinião formada em relação a este assunto. Se por um lado acho que a promoção das florestas é uma excelente ideia, por outro lado acho que a reintrodução da vida selvagem nem sempre é favorável. Espécies sem predadores naturais (javali e cabras), têm sido responsáveis pela destruição de terrenos agrícolas junto a florestas.</p>
i18	<p>O abandono do território Rural com a ausência do homem na natureza, desertificação do interior em nada beneficia o País, para mim deve-se apostar na povoação do interior respeitando sim a natureza, o ecossistema a biodiversidade, em produtos saudáveis, etc, todos os benefícios do meio rural, e não povoar mais os centros urbanos que cada vez mais estão sobrecarregados, e só vai acarretar menos qualidade de vida inflação dos preços de habitação e menor qualidade de todos os serviços.</p> <p>Apostar no interior nos benefícios fiscais, por forma a incentivar a fixação de pessoas no meio rural com mais saúde, educação, acessibilidades em infraestruturas e transportes, Incentivos a fixação de empresas nomeadamente fiscais e também colmatar a distância entre os centros Urbanos.</p>
i19	<p>Seria super importante e benéfico para todos renaturalizar, no entanto, devido a interesses económicos em especial a indústria do FOGO, cada vez é mais difícil e não vejo a luz ao fundo do túnel :(</p>
i21	<p>Faz falta pessoas para controlar o desenvolvimento da natureza pelo menos para evitar incêndios</p>
i22	<p>Encontrar um equilíbrio entre a ausência e a necessária presença do homem é sem dúvida o desafio para as zonas rurais. Conseguirem ser sustentáveis</p>

	mantendo a sua essência e não se deixando invadir de uma forma descontrolada, será sem dúvida algo que é urgente regular o quanto antes.
i23	O nosso território não é atingido pelo abuso do Homem.
i24	Tem que existir um equilíbrio e simbiose perfeita para que não haja demasiado abandono dos espaços rurais e que se criem as condições necessárias para a criação e sobretudo, preservação das florestas e matas e, para isso, é necessário a intervenção do Homem.
i26	É inevitável e inegável que nós, que o ser humano está aos poucos a destruir tudo á sua volta. Natureza, poluição, introdução da robótica excluindo a mão de obra manual. Nas cidades é tudo mais visível. Felizmente nos territórios rurais conseguimos fugir a isso, até agora. Visto o despovoamento estar a acontecer nos territórios rurais, sim penso que a ideia é muito válida e temos de aproveitar para tentar de certa forma lutar contra esta tendência que está a destruir o mundo. Acabar com a poluição, promover a florestação e tentar aos poucos aliciar os jovens para trabalhar as terras abandonadas.
i27	Sim, mas não considero esta oportunidade como " a oportunidade". Apenas um recurso entre outros, caso contrário corremos o risco de converter o interior (de norte a sul) num parque natural.
i28	
i29	Sem população residente não haverá sustentabilidade, é necessário encontra um equilíbrio, proporcionar apoio e formação aos residentes
i30	O ser Humano faz parte do ecossistema e deve assumir o seu papel como parte integrante da natureza sem a perturbar, se formos bons ecologistas nos nossos atos , fazemos parte do ecossistema saudável e equilibrado
i31	Dar espaço às pessoas
i32	Sem pessoas não há qualquer hipótese de renaturalizar.

Anexo V

Caraterísticas e representação percentual do grupo de indivíduos convidados para a ronda de inquéritos do estudo

Grupo	Sub-grupo Urbano	Sub-grupo Rural	Totalidade do grupo de 32 indivíduos
Idade			
30-40	18%	33%	25%
40-50	47%	40%	44%
50-60	29%	27%	28%
60-70	6%	0%	3%
Habilitações			
9º Ano	0%	6%	3%
12º Ano	6%	27%	16%
Profissional	0%	20%	9%
Licenciatura	41%	33%	37%
Mestrado	29%	7%	19%
Doutoramento	24%	7%	16%
Gênero			
Homens	53%	53%	53%
Mulheres	47%	47%	47%
Território	53%	47%	100%
Funções			
CEO/Gerentes	29%	53%	41%
Presidentes/Vice-presidentes	12%	33%	22%
Secretários de estado	6%	0%	3%
Consultores	6%	0%	3%
Diretores	24%	20%	22%
Académicos/Investigadores	12%	7%	9%
Sectores de atividade			
Sector privado	82%	67%	75%
Sector publico	18%	33%	25%
Académico	18%	7%	12%
Agrícola	27%	13%	19%
Associativo	6%	7%	6%
Governativo	13%	27%	19%
Indústria	0%	7%	3%
Industria-alimentar	12%	7%	9%
Retalho-alimentar	18%	7%	13%
Tecnologia digital	18%	0%	9%
Turismo	6%	13%	9%

Anexo VI

Resultados do desvio padrão, média aritmética e coeficiente de variação por questão da primeira ronda de inquérito ao grupo. Todos os resultados deste anexo foram calculados a partir dos dados apresentados no Anexo XII que reúnem todas as respostas dos 32 indivíduos segundo a escala de Likert.

	Desvio Padrão			Média aritmética			Coeficiente de variância		
	32 ind.	17 urb.	15 rur.	32 ind.	17 urb.	15 rur.	32 ind.	17 urb.	15 rur.
Q.1.1.	0,66	0,59	0,74	4,6	4,7	4,5	14,3	12,5	16,4
Q.1.2.	1,03	0,87	1,22	3,0	3,0	3,1	34,0	28,9	39,9
Q.1.3.	1,21	1,06	1,33	3,7	3,4	3,9	33,0	31,2	33,9
Q.1.4.	0,98	0,85	1,08	3,9	3,7	4,2	24,9	22,9	25,8
Q.1.5.	0,90	0,97	0,72	4,0	3,8	4,3	22,3	25,8	16,7
Q.1.6.	1,08	1,18	0,96	3,7	3,5	3,9	29,2	33,4	24,4
Q.1.7.	1,16	1,03	1,08	3,3	2,8	3,8	35,8	37,3	28,5
Q.1.8.	1,15	1,12	0,99	3,9	3,5	4,4	29,3	32,4	22,4
Q.1.9.	0,97	1,01	0,94	3,8	3,8	3,8	25,3	26,5	24,8
Q.1.10.	1,20	1,32	0,86	3,3	2,9	3,8	36,3	45,7	22,7
Q.1.11.	1,53	1,48	1,50	3,2	2,8	3,6	48,4	53,5	41,7
Q.1.12.	1,57	1,56	1,60	3,3	3,1	3,5	48,2	51,0	46,1
Q.1.13.	1,31	1,53	1,06	3,8	3,7	3,9	34,7	41,3	27,4
Q.2.1.	1,14	0,90	1,33	3,5	3,8	3,3	32,2	24,0	40,9
Q.2.2.	0,74	0,66	0,72	4,0	3,8	4,3	18,4	17,6	16,7
Q.2.3.	0,91	0,88	0,96	4,1	4,2	3,9	22,5	21,1	24,4
Q.2.4.	1,03	0,70	1,23	4,0	4,4	3,7	25,6	16,1	33,7
Q.2.5.	0,99	1,05	0,96	3,7	3,7	3,7	26,7	28,2	25,7
Q.2.6.	1,07	1,07	1,10	3,6	3,5	3,7	29,9	30,8	29,5
Q.2.7.	1,07	0,99	1,12	3,3	3,1	3,6	31,9	31,8	31,1
Q.2.8.	1,23	1,24	1,26	3,8	3,8	3,8	32,3	32,3	33,3
Q.2.9.	1,09	1,13	1,08	4,2	4,2	4,2	26,0	27,1	25,8
Q.3.1.	0,97	0,86	1,08	4,0	3,9	4,2	24,0	22,1	25,8
Q.3.2.	0,90	1,06	0,70	4,0	4,0	4,1	22,3	26,5	17,3
Q.3.3.	0,72	0,71	0,70	4,3	4,4	4,1	16,9	16,1	17,3
Q.3.4.	0,92	0,90	0,96	3,8	3,8	3,7	24,4	24,0	25,7
Q.3.5.	0,76	0,80	0,74	4,4	4,4	4,5	17,1	18,0	16,6
Q.4.1.	1,17	1,17	1,15	3,9	3,6	4,2	30,1	32,1	27,3
Q.4.2.	0,71	0,66	0,74	4,2	4,1	4,4	16,7	16,2	16,7
Q.4.3.	0,72	0,62	0,80	3,6	3,4	3,7	20,1	18,1	21,4
Q.4.4.	0,76	0,77	0,74	4,4	4,3	4,6	17,1	18,0	16,0
Q.4.5.	0,71	0,77	0,64	4,4	4,3	4,5	16,2	18,0	14,1
Q.4.6.	0,82	0,66	0,99	4,1	4,1	4,1	20,0	16,2	24,0
Q.4.7.	0,78	0,71	0,86	4,3	4,4	4,2	18,1	16,1	20,5
Q.4.8.	0,79	0,70	0,90	4,3	4,4	4,3	18,1	16,1	20,8
Q.4.9.	0,61	0,61	0,63	4,6	4,6	4,6	13,2	13,0	13,7
Q.4.10.	0,62	0,51	0,74	4,6	4,6	4,5	13,6	11,1	16,4
Q.6.1.	1,01	1,09	0,93	4,1	4,2	4,0	24,4	25,8	23,1
Q.6.2.	0,86	0,90	0,83	3,8	3,8	3,9	22,5	24,0	21,6
Q.6.3.	0,92	0,83	1,03	4,3	4,2	4,3	21,5	19,6	24,2
Q.6.4.	1,24	1,06	1,45	3,6	3,6	3,7	34,1	29,7	39,5
Q.6.5.	1,19	1,32	1,07	4,1	4,1	4,0	29,3	32,0	26,7
Q.7.1.	0,63	0,44	0,82	4,7	4,8	4,7	13,4	9,2	17,5
Q.7.2.	0,76	0,86	0,63	4,5	4,4	4,6	17,0	19,8	13,7
Q.7.3.	1,00	1,07	0,51	4,0	3,5	4,6	24,8	30,2	11,0
Q.7.4.	0,48	0,51	0,46	4,7	4,6	4,7	10,4	11,1	9,7
Q.7.5.	1,26	1,26	1,20	3,6	3,3	4,0	34,9	38,3	29,9
Q.8.1.	0,68	0,63	0,74	4,5	4,6	4,5	15,0	13,8	16,6

Q.8.2.	1,08	1,06	0,92	3,0	2,6	3,5	35,9	41,1	26,4
Q.8.3.	1,05	0,83	1,12	2,2	1,8	2,6	48,7	47,1	43,1
Q.8.4.	1,16	1,06	1,25	3,2	3,0	3,5	35,9	35,4	35,9
Q.8.5.	0,60	0,61	0,62	4,7	4,6	4,7	12,9	13,0	13,2
Q.8.6.	1,13	1,17	1,06	3,9	3,6	4,1	29,1	32,1	25,6
Q.8.7.	1,32	1,26	1,30	3,1	2,7	3,5	43,0	46,7	37,6
Q.8.8.	0,84	0,99	0,68	4,3	4,3	4,2	19,8	22,9	16,1
Q.8.9.	0,93	0,87	1,01	3,9	4,0	3,8	23,8	21,7	26,7
Q.8.10.	0,70	0,77	0,63	4,3	4,3	4,4	16,1	18,0	14,4
Q.9.1.	0,00	0,24	0,00	1,0	1,0	1,0	0,0	412,31	0,0
Q.9.2.	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Q.9.3.	0,00	0,00	0,00	3,0	3,0	3,0	0,0	0,0	0,0
Q.10.1.	0,87	0,93	0,82	4,3	4,4	4,3	19,9	21,4	18,8
Q.10.2.	0,56	0,47	0,63	4,6	4,7	4,4	12,4	10,0	14,4
Q.10.3.	0,50	0,51	0,51	4,6	4,6	4,6	10,9	11,1	11,0
Q.10.4.	0,82	0,83	0,72	4,0	3,8	4,3	20,4	22,1	16,7
Q.10.5.	0,57	0,61	0,49	4,5	4,4	4,7	12,6	13,9	10,5
Q.10.6.	0,68	0,80	0,52	4,7	4,6	4,9	14,5	17,3	10,6
Q.10.7.	0,83	0,93	0,63	4,3	4,1	4,6	19,0	22,5	13,7
Q.10.8.	1,11	1,12	1,01	3,8	3,5	4,2	28,9	31,9	24,1
Q.12.1.	1,03	1,12	0,94	4,1	4,0	4,2	25,1	28,0	22,4
Q.12.2.	0,87	0,90	0,72	4,3	4,1	4,7	19,9	22,2	15,5
Q.12.3.	0,82	0,85	0,82	4,3	4,3	4,3	19,0	19,8	18,8
Q.12.4.	0,84	0,73	0,98	4,3	4,2	4,3	19,8	17,4	22,5
Q.12.5.	1,07	0,87	1,30	3,6	3,6	3,6	29,9	24,3	36,1
Q.13.1.	0,90	0,88	0,88	4,0	3,8	4,3	22,3	23,1	20,7
Q.13.2.	0,87	0,80	0,94	3,6	3,4	3,8	24,3	23,3	24,8
Q.13.3.	0,97	0,85	1,13	3,8	3,7	3,9	25,8	22,9	29,1
Q.13.4.	0,97	0,99	0,96	4,2	4,1	4,3	23,0	24,1	22,5
Q.13.5.	0,96	0,87	1,08	4,1	4,0	4,2	23,5	21,7	25,8
Q.13.6.	0,95	0,73	1,08	3,5	3,2	3,8	27,4	22,9	28,5
Q.14.	1,24	1,16	1,30	3,4	3,7	3,1	36,2	31,3	41,6

Legenda:

32 ind. – representa a totalidade do grupo dos 32 indivíduos inquiridos

17 urb. – representa a totalidade do subgrupo de 17 indivíduos inquiridos de territórios urbanos

15 rur. – representa a totalidade do subgrupo de 15 indivíduos inquiridos de território rural (Concelho de Melgaço)

Anexo VII

Resultados do desvio padrão, média aritmética e coeficiente de variação por questão, na segunda ronda de inquérito ao grupo Todos os resultados deste anexo foram calculados a partir dos dados apresentados no Anexo XII que reúnem todas as respostas dos 32 indivíduos segundo a escala de Likert.

	Desvio Padrão			Média Aritmética			Coeficiente de variação		
	32 ind.	17 urb.	15 rur.	32 ind.	17 urb.	15 rur.	32 ind.	17 urb.	15 rur.
A1	0,67	0,79	0,46	4,5	4,4	4,7	14,81	18,05	9,67
A2	0,67	0,80	0,51	4,5	4,4	4,6	14,93	18,02	11,02
A3	0,86	0,79	0,86	3,9	3,6	4,2	21,92	21,55	20,52
A4	0,76	0,61	0,88	4,5	4,6	4,3	17,04	13,05	20,71
A5	0,90	1,09	0,62	4,2	4,1	4,3	21,39	26,81	14,24
A6	0,67	0,69	0,64	4,4	4,3	4,5	15,10	15,98	14,12
A7	0,62	0,69	0,46	4,5	4,3	4,7	13,83	15,98	9,67
A8	1,27	1,21	1,30	3,6	3,3	3,9	35,60	36,81	33,67
A9	1,11	1,23	0,86	3,8	3,5	4,2	28,89	34,87	20,52
A10	1,07	1,16	0,96	3,9	3,7	4,1	27,62	31,30	23,63
A11	0,76	0,75	0,80	4,0	3,9	4,1	19,05	18,97	19,64
A12	0,92	1,01	0,76	3,8	3,5	4,0	24,42	28,54	18,90
A13	0,77	0,86	0,64	4,3	4,1	4,5	18,03	20,82	14,33
A14	0,74	0,66	0,83	4,2	4,2	4,1	17,62	15,68	20,17
A15	0,84	0,90	0,74	4,3	4,1	4,5	19,82	22,16	16,64
A16	0,82	0,90	0,70	3,9	3,8	4,1	20,93	24,00	17,30
A17	0,76	0,56	0,88	4,5	4,8	4,3	16,80	11,80	20,71
A18	0,70	0,71	0,72	4,3	4,4	4,3	16,13	16,15	16,49
A19	0,68	0,66	0,72	4,3	4,2	4,3	15,96	15,68	16,70
A20	0,78	0,75	0,83	4,1	4,1	4,1	18,98	18,42	20,17
A21	1,05	1,11	0,99	4,0	4,1	3,9	26,18	26,99	25,61
A22	0,84	0,94	0,74	4,1	4,0	4,1	20,68	23,39	17,98
A23	0,74	0,66	0,85	4,0	3,9	4,0	18,64	16,71	21,13
A24	0,69	0,64	0,76	4,1	4,2	4,0	16,83	15,23	18,90

Legenda:

32 ind. – representa a totalidade do grupo dos 32 indivíduos inquiridos

17 urb. – representa a totalidade do subgrupo de 17 indivíduos inquiridos de territórios urbanos

15 rur. – representa a totalidade do subgrupo de 15 indivíduos inquiridos de território rural (Concelho de Melgaço)

AnexoVIII

Resultados da análise de componentes principais na primeira ronda de inquérito

Matriz de componente rotativa^a

	Componente				
	1	2	3	4	5
i1	,700	,073	,176	,223	-,041
i9	,679	,293	,265	,199	-,033
i17	,597	,433	,158	,065	,284
i19	,589	,291	,208	,158	,252
i18	,568	,133	,192	,320	,233
i16	,558	,220	,435	,224	,079
i27	,541	,481	,292	,095	,278
i7	,531	,403	,426	,102	,266
i11	,007	,691	,435	,100	,327
i6	,337	,670	,221	,153	,119
i12	,371	,651	,195	,102	,227
i13	,399	,621	,170	,244	,104
i10	,381	,580	,316	,116	-,016
i30	,529	,579	-,057	,258	-,047
i5	,462	,482	,236	,191	,092
i23	-,135	,476	,079	,072	,474
i4	,425	,085	,702	,246	,043
i22	,219	,368	,676	,007	-,030
i26	,063	,008	,663	,155	,488
i3	,198	,448	,593	,253	,034
i14	,389	,209	,584	,241	-,050
i25	,148	,069	,206	,814	-,030
i2	,127	,262	,204	,653	,020
i28	,193	-,039	-,081	,629	,509
i15	,311	,210	,496	,546	,040
i8	,369	,515	,206	,537	,112
i24	,416	,395	,317	,498	,166
i32	,387	,352	,346	,389	,126
i20	,107	,088	,062	-,005	,853
i21	,360	,363	-,045	,267	,508
i29	,498	,107	,262	-,201	,506
i31	,063	,365	-,016	,366	,434

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.^a

a. Rotação convergida em 17 iterações.

Anexo IX

Resultados da análise de componentes principais na segunda ronda de inquérito

Matriz de componente rotativa^a

	Componente		
	1	2	3
i9	,864	,248	,282
i5	,862	,215	,226
i10	,817	,401	,252
i4	,799	,259	,370
i30	,798	,489	,262
i12	,789	,428	,132
i8	,785	,244	,410
i14	,782	,263	,182
i1	,768	,274	,331
i15	,765	,345	,347
i22	,759	,225	,461
i27	,711	,616	-,006
i24	,646	,617	,268
i16	,644	,203	,332
i7	,632	,541	,464
i32	,573	,509	,082
i25	,079	,833	,320
i29	,250	,808	,040
i17	,489	,762	,049
i3	,470	,759	,109
i6	,528	,733	,265
i31	-,091	,717	,577
i11	,569	,705	,245
i21	,249	,670	,414
i13	,636	,663	,244
i19	,589	,656	,385
i18	,424	,634	,186
i28	,228	,225	,800
i23	,348	,020	,796
i2	,453	,221	,730
i20	,435	,525	,602
i26	,381	,353	,474

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.^a

a. Rotação convergida em 8 iterações.

Anexo X

Cálculo da média aritmética do grau de habilitações para cada uma das componentes da análise de componentes principais da primeira ronda de inquérito.

Graus de habilitações: (1) Menos de 4 anos de escolaridade; (2) 1º Ciclo; (3) 2º Ciclo; (3) 3º Ciclo; (4) Ensino secundário; (5) Curso tecnológico/profissional; (6) Bacharelato; (7) Licenciatura; (8) Mestrado; (9) Doutoramento

Componente	Individuo	Grau de habilitações	Média aritmética
1	i1	9	8,63
	i9	10	
	i17	8	
	i19	8	
	i18	8	
	i16	8	
	i27	10	
	i7	8	
2	i11	9	8,63
	i6	8	
	i12	10	
	i10	10	
	i13	9	
	i30	8	
	i5	10	
	i23	5	
3	i4	9	8,00
	i22	9	
	i26	6	
	i3	8	
	i14	8	
4	i25	5	6,86
	i2	5	
	i28	5	
	i15	9	
	i8	8	
	i24	8	
	i32	8	
5	i20	5	5,25
	i21	6	
	i29	6	
	i31	4	

Anexo XI

Cálculo da média aritmética do grau de habilitações para cada uma das componentes da análise de componentes principais da segunda ronda de inquérito

Grau de habilitações: (1) Menos de 4 anos de escolaridade; (2) 1º Ciclo; (3) 2º Ciclo; (3) 3º Ciclo; (4) Ensino secundário; (5) Curso tecnológico/profissional; (6) Bacharelato; (7) Licenciatura; (8) Mestrado; (9) Doutoramento

Componente	Individuo	Grau de habilitações	Média aritmética
1	i9	10	8,88
	i5	10	
	i10	10	
	i4	9	
	i30	8	
	i12	10	
	i8	8	
	i14	8	
	i1	9	
	i15	9	
	i22	9	
	i27	10	
	i24	8	
	i16	8	
i7	8		
2	i32	8	7,18
	i25	5	
	i29	6	
	i17	8	
	i3	8	
	i6	8	
	i31	4	
	i11	9	
	i21	6	
	i13	9	
3	i19	8	5,2
	i18	8	
	i28	5	
	i23	5	
	i2	5	
	i20	5	
	i26	6	

Anexo XII

Resultados de caracterização do grupo de 32 indivíduos auscultados na primeira e segunda ronda de inquérito

	i1	i2	i3	i4	i5	i6	i7	i8	i9	i10	i11	i12	i13	i14	i15	i16	i17	i18	i19	i20	i21	i22	i23	i24	i25	i26	i27	i28	i29	i30	i31	i32	
Urbanos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rurais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
Homem	1	1	1	-	1	-	1	-	-	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1	1	1	-	1	-	1	1	
Mulher	-	-	-	2	-	2	-	2	2	2	-	-	-	2	2	-	2	2	2	2	-	2	2	-	-	-	-	2	-	2	-	-	
Idade	3	2	3	4	5	4	3	3	3	3	4	4	3	2	2	4	3	4	3	2	2	2	3	2	3	2	4	3	3	3	3	4	4
Habilitações	9	5	8	9	10	8	8	8	10	10	9	10	9	8	9	8	8	8	8	8	5	6	9	5	8	5	6	10	5	6	8	4	8

Legenda:

Idade – (1) 20-30 anos; (2) 30-40 anos; (3) 40-50 anos; (4) 50-60 anos; (5) 60-70 anos

Habilitações – (1) < 4º ano; (2) 4º ano; (3) 6º ano; (4) 9º ano; (5) 12º ano; (6) Curso Tecnológico/Profissional; (7) Bacharelato; (8) Licenciatura; (9) Mestrado; (10) Doutoramento

Anexo XIII

Conjunto de respostas na primeira ronda de inquérito, segundo a escala de likert

	i1	i2	i3	i4	i5	i6	i7	i8	i9	i10	i11	i12	i13	i14	i15	i16	i17	i18	i19	i20	i21	i22	i23	i24	i25	i26	i27	i28	i29	i30	i31	i32	
Q.1.1	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	3	4	5	5	5	5	4	5	5	4	5	4	5	5	5	5	5	3	5	4	5	3	
Q.1.2	2	4	3	3	2	4	3	3	2	3	4	4	4	3	3	1	3	3	5	3	1	3	3	4	1	4	4	3	3	2	5	2	
Q.1.3	1	2	4	4	3	5	4	3	4	4	3	2	3	4	5	3	4	5	5	3	1	5	5	2	5	4	4	4	4	2	5	4	
Q.1.4	2	2	4	5	3	5	4	3	4	4	4	4	4	4	3	4	4	5	4	5	3	5	5	5	2	5	4	4	4	2	5	5	
Q.1.5	3	2	4	3	4	4	4	3	3	5	5	5	3	3	5	5	3	3	4	5	5	5	5	4	5	5	4	4	3	4	5	4	
Q.1.6	1	2	5	5	3	4	4	4	4	3	5	3	2	3	5	3	4	5	4	4	3	5	3	4	2	5	5	3	4	4	5	3	
Q.1.7	3	3	1	3	4	3	4	3	2	4	4	1	3	2	3	1	3	5	4	5	3	3	5	4	2	5	3	4	4	2	5	3	
Q.1.8	5	4	1	3	4	3	5	4	2	5	4	3	3	4	4	2	3	5	4	5	5	5	5	5	5	3	4	3	2	5	5	5	
Q.1.9	5	4	2	2	4	5	4	5	4	4	4	4	4	4	2	3	5	5	3	4	3	2	5	5	4	3	4	3	4	4	5	3	
Q.1.10	1	3	1	5	3	3	4	3	2	3	4	4	3	1	1	3	5	5	3	5	3	3	4	4	4	4	3	4	4	2	5	4	
Q.1.11	1	2	1	1	4	4	4	3	3	4	2	5	4	1	1	2	5	5	5	5	5	3	3	2	1	1	5	4	4	4	5	2	
Q.1.12	1	2	1	1	4	4	4	3	4	4	4	5	5	1	1	3	5	3	5	5	5	1	5	3	1	1	5	3	4	4	5	2	
Q.1.13	5	2	4	5	5	5	5	3	4	4	2	5	1	1	2	5	5	5	4	5	4	4	5	3	1	3	4	4	5	4	4	3	
Q.2.1	2	5	4	4	4	5	4	4	5	4	2	4	3	4	4	3	3	5	4	1	1	4	3	4	5	3	3	2	2	4	5	3	
Q.2.2	5	4	4	4	3	3	4	4	4	4	3	4	4	4	2	4	4	5	4	5	5	5	3	5	5	4	4	3	4	4	5	4	
Q.2.3	4	5	4	5	4	5	5	4	5	5	3	3	4	2	5	4	4	5	4	3	4	5	3	5	4	5	4	2	3	4	5	3	
Q.2.4	5	4	4	4	3	5	4	4	4	5	3	4	5	5	5	5	5	4	4	3	4	5	3	5	4	2	4	2	1	4	5	5	
Q.2.5	2	4	5	5	4	5	3	4	2	4	4	5	4	2	3	4	3	3	5	3	5	4	2	5	3	3	4	3	3	4	5	4	
Q.2.6	1	4	3	2	5	5	4	3	3	3	3	4	3	4	4	3	5	5	5	3	5	2	3	5	3	4	3	3	4	4	5	2	
Q.2.7	3	2	5	4	3	4	3	3	3	4	2	1	4	2	3	4	3	5	5	3	4	5	3	5	2	3	4	2	4	2	4	3	
Q.2.8	5	3	3	5	1	5	4	3	4	3	5	5	5	4	2	3	5	3	5	4	5	4	2	4	1	4	5	2	5	4	5	4	
Q.2.9	3	3	5	5	2	5	5	3	5	4	5	5	5	4	2	5	5	4	5	4	5	5	3	5	2	5	5	2	5	4	5	4	
Q.3.1	2	4	5	4	4	4	4	4	3	3	5	5	3	4	3	5	4	3	4	4	5	1	5	5	4	5	5	4	5	4	4	5	
Q.3.2	1	4	5	3	5	5	4	4	3	5	5	5	4	4	3	4	4	3	4	4	5	3	3	5	4	5	4	4	4	5	4	4	
Q.3.3	3	4	5	4	3	5	4	5	4	5	5	5	5	5	4	4	5	4	4	4	4	5	4	4	5	3	3	4	4	3	4	5	5
Q.3.4	4	3	5	4	2	5	4	3	3	4	5	5	3	3	4	3	4	3	4	4	5	2	5	5	4	2	4	3	4	4	3	4	
Q.3.5	5	3	5	4	4	5	5	3	5	5	5	5	5	4	5	4	3	3	4	4	5	5	5	5	5	3	5	4	5	4	5	5	
Q.4.1	2	4	4	5	3	3	5	3	2	3	3	5	2	5	5	3	5	5	5	5	5	3	2	5	3	5	5	4	5	2	5	4	
Q.4.2	5	4	4	3	4	5	4	4	5	4	4	4	4	3	3	5	4	5	5	5	5	5	3	5	3	4	5	4	4	4	5	4	
Q.4.3	2	3	4	3	3	4	4	4	4	4	4	3	3	3	3	3	4	4	5	3	5	3	3	4	3	3	4	4	3	4	5	3	

Q.4.4	3	4	5	5	4	4	5	5	3	3	4	5	4	4	5	5	5	5	5	5	5	4	3	5	4	5	5	5	5	3	5	5	
Q.4.5	5	4	4	4	5	5	4	5	5	4	4	4	5	2	4	4	5	5	5	5	5	3	5	4	4	5	5	4	4	5	4		
Q.4.6	5	4	3	4	5	4	5	5	4	4	4	4	4	3	4	3	4	5	5	5	5	3	3	4	4	3	4	4	2	5	5	5	
Q.4.7	5	5	3	5	4	5	5	4	5	5	4	4	3	4	5	5	4	5	5	3	5	4	3	5	5	3	4	4	5	3	4	5	
Q.4.8	5	4	5	5	5	4	4	4	3	3	4	4	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	3	5	4	4	4	5	4	2	5	4	
Q.4.9	3	5	5	5	4	5	5	5	5	4	5	4	4	5	5	5	5	5	5	5	5	3	5	5	4	5	5	4	4	5	4		
Q.4.10	4	5	5	5	4	4	5	4	5	5	5	4	4	5	5	5	4	5	5	5	5	5	3	5	5	4	5	5	4	4	5	3	
Q.6.1	5	1	5	5	5	5	4	3	4	4	3	5	5	5	4	5	4	5	5	3	3	5	2	5	4	3	4	4	4	4	5	4	
Q.6.2	4	2	5	5	5	3	4	4	4	3	3	3	5	4	3	3	4	5	5	3	3	4	3	5	4	3	4	3	3	4	5	4	
Q.6.3	3	3	5	5	5	4	5	5	3	4	4	5	5	4	3	4	5	5	5	3	3	5	2	5	4	3	5	4	5	5	5	5	
Q.6.4	2	5	5	4	3	4	3	4	4	4	2	4	4	2	4	2	5	5	5	3	3	1	3	5	5	2	4	5	1	4	5	4	
Q.6.5	1	4	5	5	4	5	5	4	4	5	5	4	5	5	3	1	5	5	5	3	4	5	3	5	4	2	4	4	2	4	5	5	
Q.7.1	5	5	5	5	4	5	5	5	4	4	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	2	4	5	4	
Q.7.2	3	3	5	4	5	5	4	5	5	3	5	5	5	5	4	3	5	4	5	5	5	5	5	5	4	5	4	5	3	4	5	5	
Q.7.3	2	2	5	3	4	4	4	4	4	4	5	4	5	2	3	2	3	5	5	5	5	4	5	4	4	5	4	5	4	4	5	5	
Q.7.4	4	4	5	5	5	5	5	4	5	5	5	4	5	4	4	4	5	4	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	5	4	5	4	
Q.7.5	1	2	5	4	3	5	4	3	4	5	4	4	3	1	2	3	3	4	4	5	5	4	5	4	5	3	4	5	1	2	5	4	
Q.8.1	3	4		4	5	5	4	5	5	4	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	5	3	5	4	5	4	5	4	4	5	3		
Q.8.2	5	3	1	4	3	2	2	2	3	3	1	2	2	2	2	4	3	4	5	4	3	2	2	3	4	4	4	4	3	2	4	4	
Q.8.3	1	2	1	4	1	1	2	1	3	2	1	2	1	2	2	2	2	3	4	4	2	1	1	1	4	3	3	4	2	2	3	2	
Q.8.4	2	3	5	4	4	2	4	2	4	3	3	4	1	2	2	3	3	4	4	5	5	1	3	3	3	4	3	1	4	5	4		
Q.8.5	3	4	5	4	5	5	5	4	5	5	5	5	5	4	5	5	5	5	4	5	5	3	5	5	5	4	5	5	5	5	4		
Q.8.6	4	3	2	4	3	2	4	4	5	4	1	5	5	4	5	4	3	4	4	4	5	1	3	5	4	5	4	5	4	5	5	4	
Q.8.7	5	2	1	3	2	2	4	3	5	3	1	1	2	2	3	3	4	5	5	4	4	1	3	5	3	1	3	5	3	3	3	4	
Q.8.8	5	5	5	4	2	5	5	4	5	5	2	4	4	5	5	4	4	5	4	4	4	4	3	5	5	3	4	5	4	4	4	5	
Q.8.9	3	3	5	4	3	5	3	4	5	5	3	5	4	3	4	4	5	5	4	4	5	2	3	4	5	3	3	5	3	3	5	3	
Q.8.10	4	4	5	4	4	5	4	5	5	3	3	4	3	5	5	5	5	5	4	4	5	4	3	5	5	4	4	5	4	5	5	4	
Q.9.1											1										1		1										
Q.9.2																																	
Q.9.3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3		3	3	3	3	3	3	3		3		3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
Q.10.1	3	2	5	5	5	5	5	3	5	5	4	4	5	5	4	4	5	5	5	3	5	5	4	5	5	3	4	3	5	4	4	5	
Q.10.2	4	4	5	5	4	5	5	4	5	5	5	5	5	4	5	5	5	5	5	3	5	5	4	5	5	4	4	4	4	4	4	5	
Q.10.3	4	4	5	4	5	5	5	4	5	4	5	5	5	4	5	4	5	5	5	4	5	5	4	5	4	5	5	5	4	4	5	4	
Q.10.4	4	3	4	4	3	4	4	5	3	4	5	5	4	2	3	3	4	5	5	4	5	4	5	4	4	5	4	5	3	3	5	4	
Q.10.5	5	4	4	5	4	5	4	5	3	4	5	5	5	4	4	4	4	5	5	4	5	4	5	5	5	5	5	5	5	4	4	5	4
Q.10.6	2	5	5	5	5	5	4	5	4	4	5	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	3	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
Q.10.7	5	5	5	5	4	4	4	4	4	2	5	3	5	3	5	4	3	4	5	4	5	4	5	5	5	3	5	5	4	5	5	5	

Q.10.8	1	5	3	4	3	3	4	4	4	2	5	4	4	2	5	4	3	4	5	4	5	3	5	5	5	2	5	5	3	3	5	4	
Q.12.1	1	4	5	5	3	5	4	4	3	4	4	5	3	5	5	3	5	5	4	5	5	5	3	4	4	5	3	5	4	2	5	4	
Q.12.2	4	3	3	5	3	5	4	4	5	4	5	5	4	2	4	4	5	5	5	5	5	3	3	5	5	5	5	5	5	5	5	4	
Q.12.3	5	4	4	5	4	5	4	4	5	4	2	3	5	5	4	5	5	5	5	3	5	4	3	5	5	5	4	4	3	4	5	5	
Q.12.4	4	5	4	4	4	5	3	5	3	5	4	5	5	3	4	4	4	5	5	4	5	2	3	5	5	3	4	5	4	5	5	5	
Q.12.5	2	4	2	4	4	5	3	5	3	4	4	4	4	3	3	3	4	4	5	3	5	1	2	5	3	3	4	5	2	3	5	4	
Q.13.1	3	3	5	5	5	5	3	4	4	4	4	3	3	2	4	4	4	5	4	3	4	5	3	5	5	5	5	5	3	4	5	3	
Q.13.2	2	4	3	4	3	5	3	4	3	4	4	4	3	2	4	4	3	3	5	4	3	3	3	3	5	4	3	4	5	2	4	5	4
Q.13.3	4	3	3	4	4	3	3	5	4	3	3	4	4	2	5	5	4	4	4	3	3	4	3	5	5	3	5	5	1	4	5	4	
Q.13.4	5	3	4	5	5	5	5	4	4	3	3	5	2	5	3	4	5	4	5	3	5	3	2	5	4	4	5	5	4	5	5	5	
Q.13.5	5	3	4	5	3	5	5	4	5	3	3	4	4	5	3	3	4	5	5	3	5	2	2	5	5	4	4	5	5	4	5	4	
Q.13.6	2	3	3	3	4	3	4	3	4	3	3	3	5	2	3	3	3	4	4	3	5	2	2	5	5	3	4	5	4	3	5	3	
Q.14	2	4	3	5	4	1	5	4	4	5	5	3	3	5	3	4	3	3	5	3	1	5	2	3	4	5	4	3	2	1	3	3	

Anexo XIV

Conjunto de respostas na segunda ronda de inquérito de inquérito, segundo a escala de likert

	i1	i2	i3	i4	i5	i6	i7	i8	i9	i10	i11	i12	i13	i14	i15	i16	i17	i18	i19	i20	i21	i22	i23	i24	i25	i26	i27	i28	i29	i30	i31	i32
Q1	4	5	5	5	3	5	5	3	5	4	5	4	5	4	5	3	4	5	5	4	5	5	5	5	5	5	4	5	4	4	5	5
Q2	4	5	5	5	5	5	5	4	4	4	5	5	5	4	4	2	4	5	5	4	5	5	5	4	5	5	4	5	4	4	5	4
Q3	4	3	3	4	3	5	4	4	4	3	3	4	3	2	4	4	5	5	5	4	3	4	5	3	4	3	5	5	5	4	5	3
Q4	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	5	4	5	3	4	5	4	4	5	4	4	5	5	4	4	2	5	5	3	4	5	5
Q5	5	4	4	5	3	5	5	4	4	5	5	3	4	1	4	5	3	5	5	4	4	5	5	4	4	4	3	5	4	4	5	4
Q6	4	3	3	4	4	5	5	4	4	4	5	5	5	4	5	5	4	4	5	4	5	5	5	3	4	5	4	5	5	4	5	5
Q7	4	3	5	4	5	5	4	4	5	5	5	4	5	3	4	4	4	5	5	4	5	5	4	4	5	5	5	5	5	4	5	5
Q8	2	2	5	2	2	5	4	3	3	4	5	3	4	2	2	3	5	5	5	3	5	3	1	4	5	2	4	3	5	3	5	5
Q9	2	2	5	3	2	5	4	3	2	4	5	4	5	2	4	3	5	5	5	4	4	3	4	4	5	2	5	4	4	4	5	5
Q10	5	2	5	5	2	5	4	3	3	4	5	4	4	2	4	2	4	5	5	4	3	3	4	4	5	2	5	3	5	4	5	4
Q11	3	3	4	4	4	5	4	3	5	5	5	4	4	3	4	3	4	5	5	4	4	3	5	4	5	3	4	4	3	4	5	3
Q12	4	3	5	3	3	5	4	2	3	3	5	3	4	3	3	2	5	4	5	3	5	3	3	4	5	4	4	4	4	4	5	3
Q13	4	4	5	4	4	5	5	4	3	4	5	4	5	3	4	2	5	5	5	4	5	4	4	4	5	5	5	4	5	4	5	3
Q14	3	3	4	5	4	5	5	4	4	4	5	4	5	4	5	4	4	5	5	4	4	3	5	4	5	5	3	4	3	4	5	3
Q15	2	3	4	5	4	5	4	4	4	4	5	3	5	4	3	5	5	5	5	4	5	4	3	4	5	5	5	3	5	4	5	5
Q16	2	3	4	3	3	5	4	4	3	4	5	3	5	3	4	4	5	5	4	4	4	3	3	4	5	5	4	4	4	4	5	3
Q17	5	3	5	5	5	5	5	4	5	5	5	5	5	4	5	5	5	5	5	4	4	5	4	4	5	5	5	3	4	4	5	2
Q18	5	4	5	4	5	5	4	4	5	5	4	3	5	4	5	3	5	4	5	4	4	5	3	4	5	3	5	4	4	4	5	5
Q19	4	4	3	5	5	5	4	5	5	5	4	3	4	4	4	4	4	3	5	4	5	5	5	4	5	4	4	5	3	4	5	4
Q20	4	4	4	5	4	3	5	5	4	5	4	3	4	3	4	5	3	5	5	4	3	5	5	4	3	4	3	5	3	4	5	4
Q21	4	3	4	5	5	5	5	3	5	4	4	5	5	4	5	1	3	2	5	4	3	3	4	4	5	5	4	2	4	4	4	5
Q22	3	3	5	4	4	5	4	4	4	5	5	3	5	2	5	3	4	5	5	4	3	5	5	4	5	4	4	3	4	4	4	3
Q23	4	4	2	4	4	5	4	4	4	4	5	4	3	4	4	4	4	3	5	4	5	5	4	4	5	4	4	4	2	4	4	3
Q24	4	4	5	4	4	5	4	4	3	4	4	5	5	4	3	4	5	3	5	4	3	4	3	4	5	5	4	4	3	4	5	4